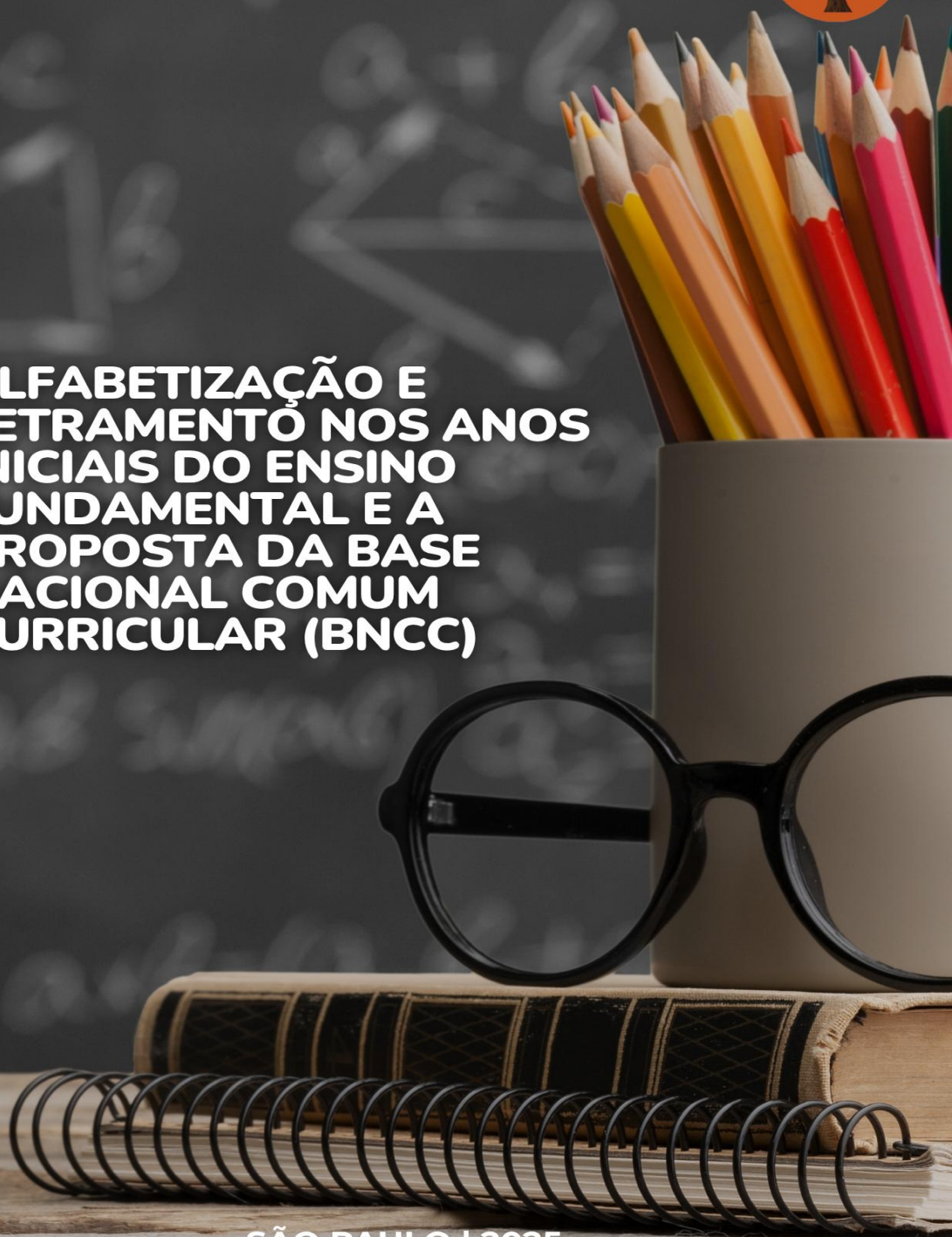


Paulo Rangel Germino da Silva
Maria Pricila Miranda dos Santos



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

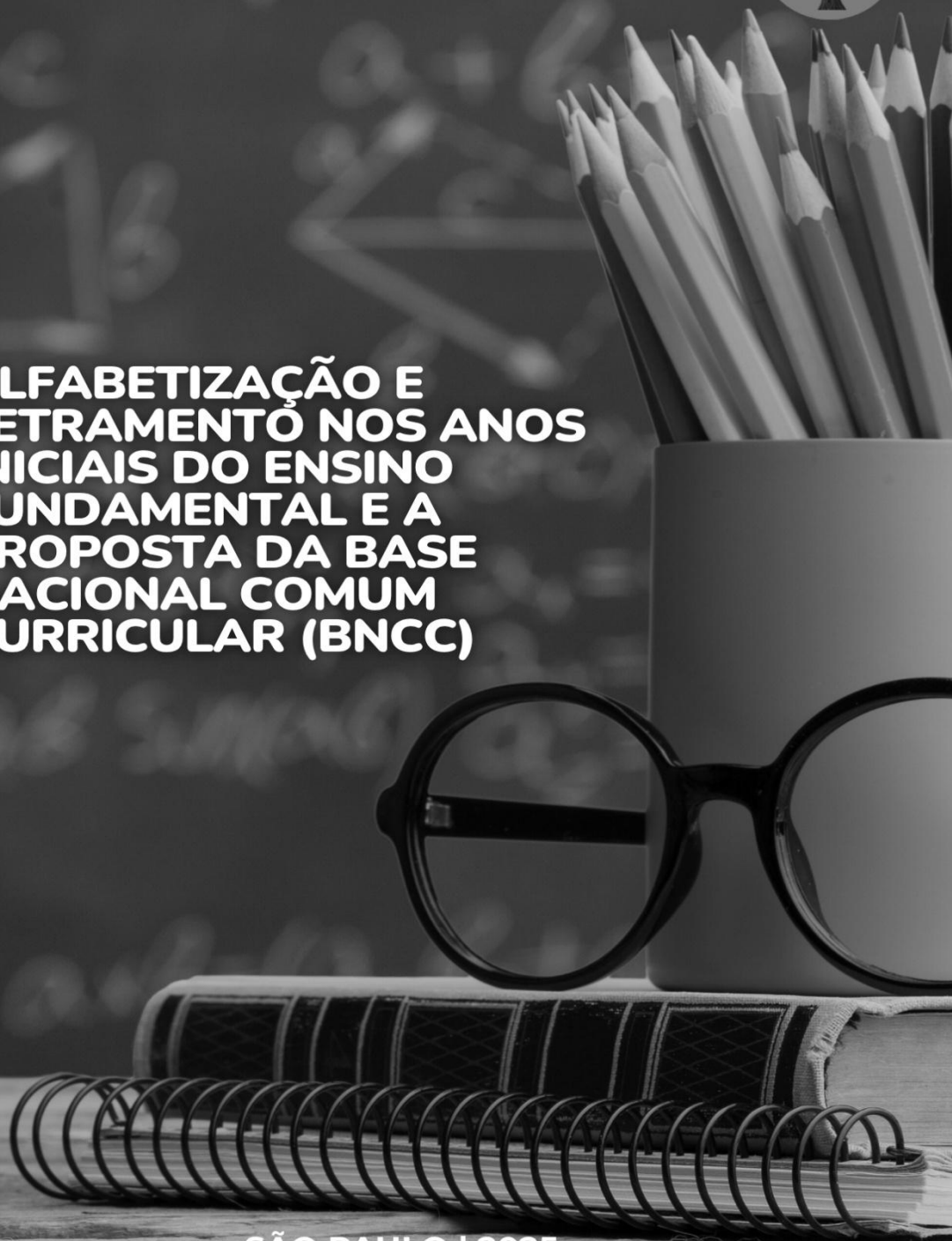


SÃO PAULO | 2025

Paulo Rangel Germino da Silva
Maria Pricila Miranda dos Santos



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)



SÃO PAULO | 2025

1.^a edição

Paulo Rangel Germino da Silva
Maria Pricila Miranda dos Santos

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL E A PROPOSTA DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

ISBN 978-65-6054-260-0



**Paulo Rangel Germino da Silva
Maria Pricila Miranda dos Santos**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL E A PROPOSTA DA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR (BNCC)**

1.^a edição

**SÃO PAULO
EDITORIA ARCHÉ
2025**

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A427

Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental e a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) [livro eletrônico] / Paulo Rangel Germino da Silva ; Maria Pricila Miranda dos Santos. – 1. ed. – São Paulo, SP : Editora Arché, 2025.
193 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6054-260-0

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Ensino fundamental – BNCC. I. Silva, Paulo Rangel Germino da. II. Santos, Maria Pricila Miranda dos. III. Título.

CDD 372.41

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE cancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*© 2025 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista, Cintia Milena Gonçalves Rolim

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos, Talita Tainá Pereira Batista, Cintia Milena Gonçalves Rolim

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista, Cintia Milena Gonçalves Rolim

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubiranilze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciencias Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

DEDICATÓRIA

Pela delicadeza e amor que a fez me levar à escola diariamente mesmo sem qualquer instrução acadêmica e ainda sofrendo por seu filho não ter o material adequado para estudar. Sem esse apoio jamais poderia ter chegado até aqui.

Esse livro é dedicado à minha mãe, Iraci Germino.

AGRADECIMENTOS

À Deus, Jeová, por ser o guia constante em toda minha formação acadêmica. Sem ele, o dador da vida, nada teria sido possível de realizar. Gratidão por alimentar meus sonhos desde a infância, ouvindo minhas orações e súplicas quando optei pela docência como carreira profissional.

Às minhas queridas professoras da Educação Infantil, onde com tanto amor me ensinaram as primeiras letras: Janidete Damiana de Souza e Erlany de Fátima Monteiro Ventura. Admiração total tenho para com as professoras que me inseriram no mundo da leitura e do letramento no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Marias das Montanhas de Carvalho Moraes, Maria José Xavier Germino Batista, Deinilane Maria de Oliveira e Maria Helena Beserra Silva de Souza que são referências na minha trajetória.

À Vera Lúcia Velez (in memoriam), por ter acreditado nos meus sonhos e com amor e empatia me inseriu no mercado de trabalho onde foi possível aprimorar minha prática de Ensino e expondo a todos o novo profissional que surgia.

Aos meus alunos da Educação Infantil, por serem indiretamente minha inspiração para a realização desse estudo sobre alfabetização e letramento.

À professora Sueli da Silva Nascimento, pelos calorosos confrontos que os nossos debates sobre alfabetização e letramento provocaram em mim enquanto pesquisador.

À minha companheira de vida, Roxanny Tenório de Sousa, pela paciência e amizade ao lidar com todas as minhas incertezas durante todo o percurso.

À minha orientadora, Dra. Maria Pricila Miranda dos Santos, por aceitar aventurar-se junto comigo nesse universo do letramento de forma lúdica e objetiva.

A troca de saberes foi o ponto de partida para a construção efetiva da pesquisa.

“As camadas populares têm que lutar muito contra a discriminação e a injustiça. Alfabetização e letramento têm esse objetivo: dar às pessoas o domínio da língua como instrumento de inserção na sociedade e de luta por direitos fundamentais” (Soares, 2023).

RESUMO

A presente pesquisa abordou uma temática de grande relevância, na qual se analisou o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental com ênfase na proposta apresentada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organizando e direcionando as práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e oralidade. Considerando ainda os direitos da aprendizagem e o papel do professor neste cenário, a dissertação foi fundamentada em teorias que versam sobre a alfabetização e o letramento, com base em autores que se destacaram nessa área, como Paulo Freire, acentuando a alfabetização como processo de construção e o letramento como prática social do uso da linguagem. O objetivo desta pesquisa é discorrer sobre a importância dos processos de alfabetização e letramento nos anos iniciais no ensino fundamental, descrevendo as percepções, apontamentos e perspectivas da Base Nacional Comum Curricular. Trata-se de uma revisão de literatura, por meio de uma pesquisa qualitativa, realizada uma análise documental da BNCC relacionada ao histórico e evolução desses dois processos educacionais, os materiais selecionados, como artigos, revistas, pesquisas e demais periódicos que foram retirados das bases de dados Scielo, CAPES e google acadêmico, através da aplicação de descritores para dar embasamento teórico. Os resultados indicaram que apesar da BNCC fornecer o referencial estrutural para a alfabetização e o letramento, muitos professores relatam as complexidades de adaptação a proposta, em decorrência da falta de formação continuada e de recursos didáticos adequados, entretanto, a abordagem interdisciplinar e o incentivo à leitura e escrita em diferentes contextos sociais que são previstos, com potencial para a promoção do ensino mais significativo e inclusivo. Concluiu-se que a implementação e eficaz das diretrizes da BNCC que exige políticas educacionais que priorizem a formação docente, o suporte pedagógico e o acompanhamento contínuo, a proposta é de que essa pesquisa contribua com o debate acerca da qualidade da alfabetização no Brasil, reforçando a necessidade das práticas pedagógicas que considerem específicas culturais, sociais e individuais dos estudantes.

Palavras-chave: Alfabetização. Anos iniciais. BNCC. Ensino Fundamental. Letramento.

ABSTRACT

This research addressed a highly relevant theme, in which it analyzed the literacy and literacy process in the early years of elementary school with emphasis on the proposal presented by the National Common Curricular Base (BNCC) organizing and directing pedagogical practices aimed at the development of reading, writing and oral skills, also considering the rights of learning and the role of the teacher in this scenario. The dissertation was based on theories that deal with literacy and language practices, based on authors who stood out in this area, such as Paulo Freire, emphasizing literacy as a construction process and literacy as a social practice of language use. The objective of this research is to discuss the importance of literacy and language practices in the early years of elementary school, describing the perceptions, notes and perspectives of the National Common Curricular Base. This is a literature review, through qualitative research, carried out a documentary analysis of the BNCC related to the history and evolution of these two educational processes, the selected materials, such as articles, magazines, research and other periodicals that were taken from the Scielo, CAPES and Google Scholar databases, through the application of descriptors to provide theoretical basis. The results indicated that although the BNCC provides the structural reference for literacy and literacy, many teachers report the complexities of adapting the proposal, due to the lack of continuing education and adequate teaching resources. However, the interdisciplinary approach and the encouragement of reading and writing in different social contexts are foreseen, with the potential to promote more meaningful and inclusive teaching. It was concluded that the implementation of the BNCC guidelines is effective, requiring educational policies that prioritize teacher training, pedagogical support and continuous monitoring. The proposal is that this research contributes to the debate about the quality of literacy in Brazil, reinforcing the need for pedagogical practices that consider the specific cultural, social and individual characteristics of students

Keywords: Literacy. Early years. BNCC. Elementary education. Literacy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais atribuições da educação escolar	36
Quadro 2 – Dimensões da alfabetização	61
Quadro 3 – Características do letramento	71
Quadro 4 - Fluxograma da estratégia de busca e seleção dos artigos	92
Quadro 5 – DECs, artigos e base de dados	93
Quadro 6 - Práticas da alfabetização e letramento	156

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Movimento de Educação de Base
MCP	Movimento de Cultura Popular
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	18
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 02	27
REFERENCIAL TEÓRICO	
CAPÍTULO 03	91
MARCO METODOLÓGICO	
CAPÍTULO 04	104
RESULTADOS E DISCUSSÕES	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	173
ANEXOS	187
ÍNDICE REMISSIVO	189

CAPÍTULO 01

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Os anos iniciais são fundamentais na vida de uma pessoa. É nessa fase que ocorre o processo de aprendizagem, como na vida estudantil, a criança toma conhecimento da formalização da fala, conhece os sinais e sons e começa a reproduzi-los, representando graficamente e aplicando em seu cotidiano, sendo esse um processo comum. É nesse sentido que a criança desenvolve a leitura e a escrita, que são os códigos que contribuem para ter acesso a toda informação existente (Soares, 2021).

Em segmento, os anos iniciais do Ensino Fundamental representam uma fase escolar de descobertas e aprendizado, servindo como base para a jornada educacional e para a vida. Em ressalva, essa é uma fase que engloba as crianças dos 6 (seis) aos 10 (dez) anos de idade, sendo marcada pelas intensas transformações e aprendizagens de cunho cognitivos e emocionais (Favero, 2017).

Nesse sentido, a leitura e a escrita são referentes a língua na qual a criança precisa desenvolver na coerência que possibilita ir aplicando a leitura de forma crítica e que esteja relacionada, com a sociedade em geral, ela está relacionada com o pensamento do método educacional em que a criança tenha a participação ativa na formação, afinal, ela está sendo preparada (Silva, 2019).

A alfabetização e o letramento são processos nos quais estão intrinsecamente relacionados. O primordial é a compreensão de como ocorre e é desenvolvido na escola, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, a compreensão desse processo é indispensável para

que o trabalho desenvolvido com esse grupo de pessoas tenha significatividade para os indivíduos que atuam (Morais, 2020).

É importante fazer uma atenuação da diferença entre a alfabetização e o letramento, sendo a primeira compreendida como uma técnica que tem como objetivo ensinar a ler e escrever de forma mais coerente, enquanto o letramento se trata da habilidade de fazer o uso da leitura e escrita, seja na escola como nos espaços gerais, em casa, no meio social, entre outros (Favero, 2017).

Sendo assim, o processo de alfabetização e de letramento estão intrinsecamente relacionados, e, quando são elaborados estrategicamente, bem planejados pelos educadores capacitados, podem acarretar com uma série de benefícios, ou seja, a aprendizagem de acordo com pressupostos significativos e eficazes em prol das crianças (Morais, 2020).

Diante de toda essa abordagem, que parece ser bem prática, a realidade é bem diferente. O processo de alfabetização no Brasil é complexo, apresentando uma série de problemas em relação à língua portuguesa e seus vieses, o que comprova a aplicação de avaliações são os métodos que muitas escolas utilizam; muitas vezes ultrapassados e precisam de uma alteração para que seja mais interessante, em outras palavras, de forma lúdica, atraindo a atenção das crianças (Nóbrega; Lucena, 2020).

Ao longo dos anos, diversas leis e diretrizes foram elaboradas de forma estratégica para contribuir com a educação brasileira. Entre elas, destacam-se a Constituição Federal de 1988, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é fundamentada pela Lei de nº 9.394 de

1996 e regulamenta a educação brasileira e estabelece as diretrizes e bases para o sistema educacional (Brasil, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que constitui os conhecimentos, competências e habilidades fundamentais para que todos os alunos possam desenvolver ao longo da educação básica, os anos iniciais do ensino fundamental, com suas próprias caracterizações.

A BNCC destaca princípios que regem essa etapa, fomentando a importância da formação integral dos estudantes, englobando aspectos cognitivos, preceitos afetivos, sociais e éticos. Cabe mencionar sobre a valorização das situações lúdicas de aprendizagem, em decorrência da necessidade de métodos atrativos e experiências, que atraíam a atenção desse grupo de pessoas (Sipavicius; Sessa, 2019).

A proposta do documento supramencionado é justamente o estabelecimento de diretrizes nas áreas do conhecimento que precisam ser desenvolvidas nos anos iniciais, como a Linguagem, a Matemática, as Ciências Naturais, as Ciências Humanas, o Ensino Religioso, além das competências específicas que os alunos precisam de acordo com cada área mencionada (Assunção; Silva, 2020).

No entanto, a BNCC reconhece a especificidade da alfabetização e letramento com a proposta de relacionar os dois parâmetros, com ênfase na centralização do texto com o trabalho voltado às práticas sociais de leitura e escrita, e ainda o planejamento de atividades que possibilitam aos alunos proporem ideias e refletirem sobre o processo (Sipavicius; Sessa, 2019).

Nesse sentido, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o processo

de alfabetização e letramento desencadeia o papel primordial na formação dos alunos, sendo a fase que desenvolvem as habilidades básicas da leitura, escrita e na compreensão da vida. Sendo assim, diversos estudantes enfrentam desafios no processo, o que pode comprometer o desempenho escolar e a inserção social ao longo da vida (Nóbrega; Lucena, 2020).

Em tese, existem muitos desafios que precisam ser enfrentados no processo, o que pode comprometer o desempenho escolar e a inserção social. No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implantada como referência obrigatória no currículo escolar, apresenta diretrizes evidentes em prol da alfabetização e letramento, assim como a implementação das orientações e obstáculos práticos, como a capacitação de professores, disponibilidade dos recursos pedagógicos, fatores diferentes e realidades regionais (Assunção; Silva, 2020).

A problemática desta pesquisa sustenta a seguinte pergunta: Como as diretrizes da BNCC para a alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental estão sendo implementadas nas escolas públicas brasileiras, e como elas impactam o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos?

A implementação da BNCC no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental são marcadas por avanços e desafios, com a proposta de desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de forma integrada com as demais áreas do conhecimento, promovendo a abordagem que cerne a decodificação das palavras e a compreensão crítica dos textos.

Nesse sentido, a implementação das diretrizes da BNCC em prol

da alfabetização e letramento nos anos iniciais desempenham o potencial para a promoção do ensino de qualidade e equidade, mesmo com os desafios, no entanto, para que os impactos positivos sejam propagados, é necessário investimento em políticas públicas na efetividade da aplicação das diretrizes.

A importância de abordar esse tema é justificada pela necessidade de ênfase sobre a alfabetização e letramento como pilares fundamentais no desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e justamente, nesse período, as crianças formam as bases de compreensão sobre a leitura, escrita e a interpretação de preceitos educacionais e ainda, do meio social.

Este trabalho é justificado pela relevância em investigar e analisar a articulação entre as propostas da BNCC e a prática pedagógica na alfabetização e letramento nos anos iniciais, em tese, as escolas estão em processo de adaptação das práticas, preconizando o documento legal, contribuindo para a compreensão dos avanços e entraves do processo, fornecendo elementos para as políticas e práticas que contribuem com o incremento integral das crianças no início do percurso educacional.

O estudo é caracterizado como uma revisão de literatura, na qual o autor utilizou materiais como teses, dissertações, artigos científicos, obras, entre outros, com bases científicas como sustentação para o desenvolvimento deste trabalho, aplicando os critérios que serão percorridos a partir de então.

No entanto, os aspectos foram explorados tendo como principais pontos relacionados à alfabetização e letramento e a proposta da BNCC,

podendo então ser compreendido como uma revisão, devido ao uso das publicações que foram considerados e discutidos o estado do objeto pesquisado.

Foram aplicados critérios para a inclusão e exclusão na seleção da base de sustentação literária, sendo a seleção das literaturas do tipo de artigos, revistas, revisões, doutrinas e outros periódicos, nos quais são disponibilizados abertamente, mas selecionados apenas o conteúdo em português e que foram publicados entre os anos de 2010 a 2024, na alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental e a proposta da BNCC, mas com respaldos do primeiro.

No entanto, o critério de exclusão foram os materiais que não atendiam a pergunta norteadora da pesquisa e da temática, e, geralmente, estavam duplicados nas bases de dados. Sendo assim, os principais periódicos serão descritos nos próximos tópicos.

Em segmento, foram utilizados quatro bases de dados principais para a seleção de artigos e periódicos, tais como, Google acadêmico, Scielo e CAPES, em que foram aplicados descritores para enfatizar mais, ou seja, evitar a propagação de artigos sem relação com o tema. Os decs aplicados foram: letramento, alfabetização, anos iniciais, ensino fundamental, BNCC.

Combinando com operadores booleanos como “*and*” e “*or*”, no entanto, foram utilizadas as combinações de palavras-chave com operadores booleanos para refinar os resultados e garantir que os estudos selecionados tenham relevância direta com o tema.

A pesquisa está dividida por etapas para a melhor compreensão da

temática. A introdução conta com uma breve apresentação, a contextualização, contando ainda com a problemática e a justificativa, os objetivos propostos e os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento do estudo.

A pesquisa aborda inicialmente sobre as políticas públicas da alfabetização, a função social da escola, a trajetória e contexto histórico da alfabetização e letramento, a teoria da aprendizagem e propostas pedagógicas. Aprofunda-se mais a seguir a temática, já com base nos preceitos relacionados à alfabetização e letramento, as noções básicas de aprendizagem, importância das referências no cotidiano. O percurso metodológico pelo qual foi desenvolvida a pesquisa é explanado de forma objetiva. A pesquisa ainda descreve a alfabetização e letramento da BNCC e sua influência na prática pedagógica. Por fim, aponta-se os conceitos e práticas de alfabetização e letramento bem como os desafios e perspectivas com a proposta da BNCC.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Discorrer sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no processo de alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apontar a função social da escola e as políticas públicas da alfabetização;

- Compreender as etapas, trajetórias e funções pedagógicas da alfabetização no Brasil;
- Definir a relação entre a alfabetização e o letramento;
- Relatar a importância da afetividade do professor; os apontamentos e perspectivas da BNCC sobre a alfabetização e o letramento.

CAPÍTULO 02

REFERENCIAL TEÓRICO

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A alfabetização e o letramento são temas centrais nas discussões sobre a educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Enquanto a alfabetização está relacionada ao domínio técnico do sistema de escrita, o letramento aborda os usos sociais da leitura e da escrita, evidenciando a funcionalidade da linguagem no cotidiano.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esses conceitos ganham um novo direcionamento pedagógico, que busca integrar os dois processos de forma a garantir uma formação mais ampla e significativa para os estudantes.

Este referencial teórico discute os fundamentos conceituais da alfabetização e do letramento, suas relações, bem como o alinhamento desses processos às diretrizes estabelecidas pela BNCC.

A BNCC determina que a alfabetização seja concluída até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada estudante. Entre os objetivos para essa etapa, são destacados o reconhecimento e uso do sistema alfabético, o desenvolvimento da consciência fonológica, a leitura de textos simples e significativos e a produção escrita com autonomia crescente (Brasil, 2018).

Em tese, a BNCC incentiva práticas pedagógicas que integrem alfabetização e letramento, destacando a importância de contextualizar o ensino e o tornar significativo, entre as estratégias propostas estão, o uso de materiais diversificados, como livros, jornais, revistas e textos digitais; as atividades que combinem a decodificação com a interpretação de textos;

a valorização do repertório cultural e das vivências dos estudantes; projetos interdisciplinares que conectem a leitura e a escrita com outras áreas do conhecimento; e a formação continuada dos professores para garantir a aplicação efetiva das diretrizes da BNCC.

A alfabetização e o letramento são processos complementares e indispensáveis nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alinhada à BNCC, a proposta de integrar esses processos contribui para a formação de estudantes autônomos, críticos e capazes de atuar em diferentes contextos sociais.

O sucesso dessa integração depende de práticas pedagógicas contextualizadas, formação docente consistente e comprometimento das políticas educacionais em garantir uma educação de qualidade para todos.

2.1 CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Ao adentrar neste assunto, é importante fazer uma análise sobre a escola e o seu desempenho frente ao papel e função social em todas as etapas da história do Brasil e do mundo, e que vem sendo desenvolvida de forma positiva ao longo dos anos em ressalva ao fato de que constitui o espaço democrático, sociocultural e que é aberto para pautas de cunhos educacionais, sociais, culturais, entre outras (Barbosa, 2021).

Em continuidade, Carvalho (2014) descreve que a escola desempenha o papel primordial no campo pessoal, social e econômico de indivíduos e da sociedade como um todo, na qual a sua função vai além da simples transmissão de conteúdos da grade curricular, ela é fundamental na formação dos cidadãos, na socialização e na preparação dos desafios no

mercado de trabalho.

Este capítulo é destinado à abordagem sobre a importância da escola em diferentes segmentos, em ressaltar a contribuição com o desenvolvimento integral do ser humano e para o avanço das sociedades contemporâneas. No entanto, a escola é uma instituição formal que tem raízes que remontam à Antiguidade, com diversas funções e objetivos ao longo dos tempos (Macedo, 2014).

É importante fazer uma análise histórica de suas funcionalidades ao longo dos anos e de diversas nações. Na Grécia Antiga, as escolas eram voltadas à formação da cidadania e da retórica, o período medieval que eram relacionadas às instituições religiosas com ênfase no ensino de doutrinas bíblicas, disciplinas desse quesito da religião e suas crenças (Jardini, 2018).

Já na Era Moderna, o surgimento dos estados-nação que atenuou a necessidade de educar a população para o trabalho nas indústrias, a escola passou a ser uma instituição primordial para o desenvolvimento econômico. Sendo assim, esse processo na transformação possibilitou que a escola assumisse o papel mais amplo, em prol do preparo dos alunos tanto para o trabalho quanto para a vida no meio social e sua participação como cidadão (Mortatti, 2015).

Barbosa (2021), em sua pesquisa “A alfabetização na Base Nacional Comum Curricular: concepção e habilidade” discorre sobre a escola ter a função de promover a integração dos indivíduos ao meio social, auxiliando no desenvolvimento de valores como o respeito, a empatia, responsabilidade e a cooperação, significa que as pessoas, ao conviverem

entre si, com diferentes origens, costumes, valores e visões do mundo, os estudantes aprendem a lidar com a diversidade e solucionar possíveis conflitos de forma construtiva, tornando os cidadãos mais conscientes e participativos.

Além disso, as escolas desempenham um papel fundamental na inclusão social, especialmente no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao garantir igualdade de oportunidades, elas asseguram que crianças e jovens tenham acesso ao conhecimento e às ferramentas necessárias para enfrentar os desafios da vida, contribuindo para romper ciclos de pobreza e promover a ascensão social. (Barbosa, 2017).

Outro ponto importante de ser mensurado é sobre o desenvolvimento cognitivo e intelectual, no qual o ambiente escolar é estruturado para a estimulação de ambos, oferecendo aos estudantes o acesso aos conteúdos e as disciplinas essenciais para a formação do conhecimento sólido. No entanto, a escola ensina conteúdos específicos da grade curricular, tais como as matérias de Matemática, Português, História, entre outras, mas promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas, com a formação de pensamentos críticos, a resolução de problemas, capacidade para analisar e sintetizar situações e assuntos, e ainda, o desenvolvimento da criatividade (Jardini, 2018).

Em tese, ao longo da trajetória escolar, o estudante aprende a investigar, questionar e refletir sobre o mundo ao seu redor, que são habilidades primordiais para o exercício da cidadania e para a construção da sociedade mais crítica e informada. Esses conhecimentos são essenciais para o sucesso acadêmico, e consequentemente, o desenvolvimento das

competências profissionais e pessoais (Crisóstomo, 2019).

Por abordar sobre competências, é importante mensurar sobre a formação ética e moral em que os alunos desenvolvem valores que os guiam na vida pessoal e profissional, por meio de debates, projetos de cidadania e discussões que versam sobre os temas sociais. Sendo assim, as escolas auxiliam na formação de cidadãos éticos e responsáveis, que compreendem a importância do respeito ao próximo, a justiça, honestidade e a responsabilidade (Corsino, 2006).

Mortatti (2015) descreve que a convivência escolar possibilita que os alunos aprendam sobre os direitos e deveres, a compreensão do impacto das suas ações na vida coletiva e o desenvolvimento da empatia e da solidariedade, no entanto, esses valores são primordiais na construção da sociedade justa e igualitária.

De acordo com Lotsch (2016), a escola é um ponto de partida em prol da formação profissional, com o preparo dos alunos no mercado de trabalho e para o exercício de profissões que exigem cada vez mais os conhecimentos técnicos e as habilidades específicas, no entanto, ao longo da formação, os alunos aprendem a lidar com a tecnologia, o trabalho em equipe, o desenvolvimento de projetos para lidar com desafios, habilidades que são fundamentais para o sucesso no ambiente profissional competitivo e em constante mudança.

Com os avanços tecnológicos e o processo de globalização, as escolas precisam estar sempre aptas para o acompanhamento de novos métodos de ensino, de forma que contribua com o processo de conhecimento e que forme cidadãos capazes de inovar e se comunicar de

forma eficaz e de se adaptarem às novas situações. Sendo assim, a escola atua como um espaço de preparação dos estudantes para a realidade complexa, oferecendo a base sólida para que possam enfrentar os desafios do século XXI (Silva, 2019).

Diante a todas as atribuições das escolas, ela também contribui com o bem-estar físico e mental dos alunos, com a promoção de hábitos saudáveis, o incentivo à prática de atividades físicas e o oferecimento das orientações acerca da saúde e da prevenção de doenças (Silva; Coelho, 2020).

Cabe mensurar que, em muitas regiões, a escola é o único local em que os alunos recebem uma alimentação nutritiva, balanceada e com o acesso aos serviços de apoios psicológico e social, que são fundamentais para o desenvolvimento integral e de todos os pontos que foram mensurados ao longo dessa pesquisa (Mortatti, 2015).

No entanto, a escola é o espaço seguro e acolhedor, isso significa que os alunos encontram apoio emocional e social em relação aos professores e colegas, auxiliando na construção de uma rede de suporte, o que é primordial no desenvolvimento da autoestima saudável e na superação das dificuldades pessoais e familiares (Moura, 2019).

A inclusão digital é primordial para que os alunos estejam preparados para o mercado de trabalho e para que possam exercer a cidadania de forma plena, utilizando a internet e as redes sociais de forma crítica e responsável. Isso aduz, ao fato de que a escola amplia as possibilidades de aprendizagem ao incentivar os estudantes a desenvolver competências digitais e a se prepararem para uma sociedade cada vez mais

digitalizada (Pertuzatti; Dickmann, 2019).

De acordo com Silva e Coelho (2020), a contextualização apresentada é bem interessante, mas a realidade é bem diferente, muitas escolas não possuem preparo, nem condições para o investimento em infraestrutura, inclusão digital ou profissionais capacitados para lidar com uma série de preceitos reais, que fazem parte da realidade vivenciada.

Apesar da sua importância, a escola enfrenta uma série de desafios, como a falta de infraestrutura, a escassez de recursos, desvalorização dos profissionais da Educação e a necessidade de atualização constante para o acompanhamento das transformações tecnológicas e sociais, e para que essa situação seja revertida, a escola possa cumprir o seu papel. É fundamental a implementação de políticas públicas que garantam investimento na educação, a valorização dos professores, a formação continuada e o desenvolvimento dos currículos que atendam às demandas contemporâneas (Oliveira, 2010).

De acordo com o estudo de Jardino (2018), a escola futurista, ou seja, que se atualiza de acordo com as necessidades da sociedade, deve ter um espaço dinâmico, inovador e inclusivo, valorizando a diversidade, promovendo a educação integral e o preparo dos estudantes para que possam lidar com os desafios em um mundo em constante transformação.

Em tese, Barbosa (2017) relata que a escola é uma instituição fundamental para o desenvolvimento humano, social e econômico, desempenham o papel insubstituível na formação de cidadãos conscientes, críticos e responsáveis, que é uma ferramenta poderosa para a promoção da equidade e da inclusão social, no entanto, o fortalecimento da escola é

uma necessidade urgente de investir na educação, no futuro de toda a sociedade.

Para Lopes (2015), é fundamental que em todos os segmentos da sociedade haja a compreensão e a valorização da importância da escola, apoiando e promovendo as ações que visem ao seu aprimoramento para que continue a cumprir com suas funções primordiais na formação de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

Rangel, Souza e Silva (2017) descreveram, em sua pesquisa, que é fundamental fazer um respaldo sobre a educação ao fazer a abordagem sobre a importância e atribuições das escolas. A educação é um dos pilares para o desenvolvimento humano e social, ela promove o conhecimento, a cidadania, e ainda, a formação ética dos indivíduos, no campo escolar, a educação formal é estruturada para oferecer, de forma sistemática, conhecimentos primordiais para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos alunos, preparando para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho.

Para Macedo (2014), a educação é compreendida como o processo de aprendizagem que ocorre ao longo da vida, e tem como objetivo o desenvolvimento das potencialidades humanas, o processo em questão, não é limitado apenas ao ambiente escolar, mas se propaga ao convívio familiar, social e para possíveis experiências culturais e sociais, pois ela contribui com a formação da consciência crítica e cidadã, capacitando o indivíduo para exercer os seus direitos e deveres, contribuindo com o bem comum.

A educação promove o conhecimento científico e técnico, além de

desenvolver habilidades socioemocionais, como a empatia, a colaboração e a resiliência, que são necessárias para a convivência saudável em sociedade. Ela é, uma ferramenta de transformação pessoal e social, a sua qualidade impacta diretamente o desenvolvimento econômico e a construção de uma sociedade justa e democrática (Silva, 2019).

Além disso, a educação escolar é uma modalidade institucionalizada da educação, organizada e oferecida de forma sistemática e gradual em escolas e demais instituições de ensino, sendo caracterizada pela estruturação do currículo, que engloba disciplinas fundamentais, assim como outras matérias extracurriculares que complementam a formação dos alunos (Martorelli, 2014).

Diante ao material selecionado como suporte teórico, algumas das principais atribuições da educação hospitalar serão apresentadas no Quadro 1, para a melhor concepção da abordagem.

Quadro 1 – Principais atribuições da educação escolar

Atribuição	Descrição
Transmitir conhecimentos	Nessa atribuição, a escola contribui significativamente com a área de aderência dos conhecimentos de cunhos científicos, culturais e ainda, históricos, possibilitando aos alunos a compreensão e prática para interpretar e atuar no mundo, de forma consciente.
Desenvolver habilidades cognitivas	A escola contribui para que o aluno possa pensar de forma crítica, solucionando problemas e que possa ajuizar e analisar as condições, habilidades que são primordiais para o desenvolvimento pessoal e, consequentemente, o sucesso profissional.
Promover a socialização	Na escola, um local que reúne alunos da mesma faixa etária, contribui para a socialização, que eles possam conviver com outros indivíduos diferentes de si mesmo, seja cultural ou de outro cunho, sendo assim, auxilia no desenvolvimento das habilidades de comunicação, colaboração e que possa respeitar a diversidade.

Preparar para a cidadania	Outro ponto importante de ser mensurado é que a escola forma indivíduos conscientes, que saibam tanto os seus direitos quanto deveres, contribuindo com o segmento de normas e ética, incentivando o engajamento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária/equidade.
Preparar para o mercado trabalho	Em ressalva, a instituição tem capacidade para preparar o aluno para a carreira profissional, tanto em questão de escolha, como outros preceitos, mas para isso é necessário enfrentar diversos desafios.

Fonte: Silva e Coelho (2020)

De acordo com o que foi apresentado no quadro 01, o ambiente escolar é um local de convivência fora do âmbito familiar, contribuindo para que o aluno possa aprender e interagir com os demais alunos, respeitando as diferenças, oferece subsídios que fomenta a capacidade para aprender e interagir com os demais, respeitando as diferenças, entre outras condições.

Cabe mensurar que essas atribuições não recaem apenas sobre as escolas, mas a família e o local de ambiente, para que juntos possam contribuir positivamente com a educação, o processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais.

Em continuidade, a educação escolar auxilia o aluno a desenvolver a autoestima, a autoconfiança e a responsabilidade, aprendendo a superar os desafios, o aluno se sente motivado a aprimorar de forma constante, desenvolvendo as competências pessoais que auxiliam na construção da vida mais plena e satisfatória.

A educação é fundamental para o exercício da cidadania, instruindo os alunos a apreciarem os seus direitos e deveres, a importância da participação social e política, assim como o respeito pelas normas e leis, a educação incentiva a reflexão sobre as questões sociais e ambientais,

desenvolvendo a consciência crítica que estimula os alunos a agirem de forma responsável e ética.

A educação de qualidade e que realmente enfatiza e aplica essa palavra, ensina o aluno a participar ativamente da sociedade, desenvolvendo habilidades como o pensamento crítico, a argumentação e o diálogo, em que os conhecimentos são primordiais para que possa atuar como agente da transformação social, promovendo o bem-estar coletivo e respeito a diversidade.

Ainda na percepção de Rangel, Souza e Silva (2017), o que pode-se perceber é que a educação é uma das ferramentas para o desenvolvimento econômico, pois uma população bem-educada que é mais produtiva e inovadora prepara os alunos para exercerem uma série de funções no mercado de trabalho, contribuindo com o crescimento econômico e a competitividade do país.

Lopes (2015) descreve que em uma sociedade globalizada o conhecimento é um dos principais ativos de um país. No entanto, o investimento na educação é fundamental para que os cidadãos possam desenvolver habilidades técnicas e cognitivas que permitam a inovação e a adaptação das novas demandas de um mercado em constante mudança.

A educação, conforme vem sendo enfatizado, é fundamental, mas enfrenta uma série de desafios, como a desigualdade no acesso, a qualidade da educação escolar é variada, e isso ocorre de acordo com a região e o contexto socioeconômico, que acarreta com as desigualdades no acesso à educação de qualidade (Silva; Silveira; Oliveira, 2019).

Além disso, Silva e Coelho (2020) apresentaram em seu estudo que

a infraestrutura inadequada, ou seja, muitas escolas, principalmente as localizadas em áreas rurais ou mais distantes, enfrentam problemas de infraestrutura, e conseqüentemente, a falta de recursos, o que dificulta o aprendizado. A desvalorização dos professores, a valorização e a formação continuada dos professores que são primordiais para uma educação de qualidade. Entretanto, a baixa remuneração e as condições de trabalho insuficientes poderão afetar a motivação e o desempenho dos educadores.

Outro desafio é o ajustamento às novas tecnologias. Isso constitui que a era digital estabelece que as escolas agreguem as novas tecnologias ao processo de ensino aprendizagem, em ressalva, a ausência de acesso à internet e aos recursos tecnológicos que é um amplo desafio para muitas instituições de ensino.

É possível constatar que a educação escolar está em constante transformação, o que é fundamental para que ela se adapte às novas demandas sociais e tecnológicas, e, para o futuro, é fundamental uma série de modificações, entre elas, a inserção das tecnologias digitais, ou seja, a integração das tecnologias digitais, como computadores, tablets, internet e as plataformas de aprendizagem que irão facilitar o acesso ao conhecimento e a propagação das possibilidades de ensino, tornando a educação mais dinâmica e acessível (Paula, 2019).

Outro ponto bem discutido é a promoção da educação em prol da sustentabilidade, o meio ambiente, ou seja, a educação escolar deve preparar os alunos para os desafios ambientais, construindo uma sociedade sustentável, ensinando sobre a importância da preservação ambiental e o uso consciente dos recursos naturais (Marchesoni, 2021).

Todos esses pontos irão contribuir com a construção do pensamento crítico e sua criatividade. No mundo que está sendo transformado constantemente, as habilidades como o pensamento crítico e a possibilidade de solucionar problemas são fundamentais, no entanto, a escola deve incentivar essas competências, tornando o aprendizado mais ativo e participativo (Paula, 2019).

Entretanto, é fundamental que a educação escolar tenha métodos e preceitos voltados ao desenvolvimento integral do aluno, atendendo às suas necessidades cognitivas, emocionais e sociais, além disso, que possa promover os valores éticos e de cidadania (Mello, 2014).

Como Moura ressaltou (2019), a educação é uma das forças mais transformadoras na vida dos indivíduos e na sociedade, promovendo o desenvolvimento integral, a cidadania e a inclusão social. Por isso, além de preparar os alunos para o mercado de trabalho, é necessário frisar e fortalecer a educação para a evolução das sociedades, o compromisso dos governos, comunidade e as instituições.

Para Barbosa (2017), a educação em quesito escolar inicia na alfabetização, ou seja, é um processo necessário para o desenvolvimento humano e para o exercício pleno da cidadania, entretanto, no Brasil, a trajetória da alfabetização é marcada pelos avanços e desafios, e a compreensão dessa história possibilita a avaliação da evolução de políticas educacionais e dos métodos de ensino adotados.

Macedo (2014) desenvolveu sua pesquisa acentuando que a alfabetização é compreendida como um processo no qual uma pessoa aprende a ler e a escrever, ou seja, a decodificação e a compreensão dos

símbolos e sons, permitindo o acesso a comunicação escrita, e consequentemente, ao processo de conhecimento. Todavia, os conceitos da alfabetização evoluíram ao longo do tempo, e na contemporaneidade, é vista como uma forma mais abrangente, considerando os aspectos cognitivos, culturais e sociais.

Os conceitos englobam alguns pontos que serão mais detalhados ao longo dessa pesquisa, no entanto, a alfabetização e letramento, que são objetos desta pesquisa, em que a primeira consiste na aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita, enquanto o letramento se refere a capacidade de utilizar as habilidades de forma contextualizada e significativa na vida social, sendo assim, uma pessoa alfabetizada pode ser considerada letrada, se ela souber usar a leitura e a escrita de forma funcional, como em documentos, receitas e ainda, os contextos profissionais (Moura, 2019).

A alfabetização crítica, que é inspirada em educadores como Paulo Freire, vai além da crítica da leitura e da escrita mecânica, ela enfatiza a capacidade de interpretar e questionar a realidade. Esse conceito de alfabetização e a consideração da leitura como um meio de transformação social é essencial, pois incentiva o pensamento crítico e a conscientização sobre o mundo (Crisóstomo, 2019).

Outro ponto importante de ser mencionado, é a alfabetização como Direito Humano, ou seja, alfabetizar a população é o dever do Estado, além de ser um direito fundamental para cada cidadão, e conforme estipulado pelas organizações como a ONU e a UNESCO, sem esse direito garantido, as pessoas encontram desafios para o acesso às oportunidades sociais,

econômicas e políticas (Soares, 2018).

É importante discorrer e realizar uma trajetória histórica da alfabetização no Brasil, que é marcada pelos períodos de inclusão e a exclusão, as transformações políticas e as inovações pedagógicas, e isso ocorre desde o período colonial até os dias atuais. Entretanto, o país enfrentou diversos desafios para a implementação do sistema educacional acessível e eficiente (Paula, 2019).

No período Colonial e Império, que ocorreu entre os anos de 1500 a 1889, o acesso à alfabetização era bem restrito e exclusivo para a elite. As primeiras escolas foram estabelecidas pelas ordens religiosas, como os jesuítas que buscavam converter os indígenas ao catolicismo. O acesso à alfabetização e à educação formal eram restritas aos homens brancos e de classes sociais mais elevadas. Com a independência do Brasil, que ocorreu no ano de 1822, surgiram as discussões sobre a educação nacional, mas a escolarização continuava sendo um privilégio para as classes elitizadas (Silva; Silveira; Oliveira, 2019).

A República Velha foi marcada pelos anos de 1889 e 1930. No início da República, o país passou a considerar a educação como uma responsabilidade dos estados, o que acarretou com a disparidade significativa da oferta de ensino, no entanto, a alfabetização ainda era uma ferramenta restrita e limitada para as classes populares. Então a educação era voltada principalmente para os homens e para as classes elitizadas (Oliveira, 2017).

Já na Era Vargas e a Reforma Francisco Campos, que ocorreu nos anos de 1930 a 1945, o governo deu nos primeiros passos para a criação

do sistema educacional nacional, introduzindo a Reforma Francisco Campos, que organizou a estrutura do ensino e implementou as escolas industriais e comerciais, mesmo o foco sendo na alfabetização universal, ainda limitado (Sasseron e Carvalho, 2020).

Na década de 1950 e com o Movimento de Educação de Base (MEB), com os movimentos populares como o Movimento de Educação de Base e o Movimento de Cultura Popular (MCP), começaram a promover a alfabetização e a educação para os jovens e adultos em áreas rurais e urbanas. Esses movimentos foram essenciais para a promoção da inclusão dos trabalhadores na educação e influenciando as futuras políticas educacionais (Sassaki, 2018).

De acordo com Oliveira (2017), o período foi marcado com o surgimento de uma figura fundamental para a educação: Paulo Freire. Com a alfabetização crítica, no ano de 1960, o educador supramencionado revolucionou o conceito da alfabetização com a criação do Método Paulo Freire, que enfatizava o diálogo e o pensamento crítico.

Frente ao que vem sendo apresentado, foi constatado que o método adotado por Paulo Freire defendia a alfabetização como modalidade de colaborar e amparar as pessoas para que pudessem questionar a realidade e a sua transformação, condicionando o processo educativo com o intuito de que tenha relação com a conscientização e a libertação das pessoas. A modalidade em questão foi continuamente e positivamente aceita, tornando um marco e modelo para a educação no mundo, mesmo que tenha passado por perseguição no período militar.

Segundo Oliveira (2017), durante a Ditadura Militar, ocorrida entre

1964 a 1985, houve uma forte centralização na educação no Brasil. Nesse contexto, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo era alfabetizar a população de forma célere. Entretanto, o programa adotou uma metodologia mecânica, sem incentivo ao pensamento crítico e a conscientização, ao contrário do método de Paulo Freire.

Com o passar da Ditadura Militar veio o período de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988. A educação se tornou um direito universal e um dever do Estado, com a garantia do ensino básico gratuito e obrigatório para todos, em tese, essa nova legislação foi um marco importante que colocou a educação como um direito fundamental para o desenvolvimento humano e social.

Nos tempos atuais, ainda existem muitos desafios na alfabetização no Brasil, nos anos de 2000 foram implementados os programas como o Programa Brasil Alfabetizado e o Plano Nacional de Educação, buscando erradicar o analfabetismo e o aprimoramento dos índices de alfabetização no país. No entanto, ainda existem desafios enfrentados, principalmente inerentes a qualidade e a universalização da alfabetização, com ênfase em locais de maior vulnerabilidade social (Crisóstomo, 2019).

Para Annunziato (2019), a trajetória da alfabetização no Brasil é complexa e reflete a necessidade de transformações políticas, sociais e econômicas no país. Apesar dos avanços significativos no acesso à educação e na criação de políticas educacionais, ainda há muito a ser feito para a garantia de uma alfabetização plena e de qualidade para toda a população.

Em continuidade, a alfabetização é primordial para o desenvolvimento humano e para o exercício da cidadania, sendo um direito básico e uma condição essencial em prol da inclusão social e a transformação da realidade. No entanto, é necessário que o Brasil continue a investir na qualidade educacional, combatendo as desigualdades regionais e sociais, adotando métodos de ensino que promovam a alfabetização significativa e contextualizada (Macedo, 2014).

Diante ao que vem sendo apresentado, na perspectiva da trajetória da alfabetização no Brasil, cabe elucidar uma figura de grande relevância e contribuição deste método, que é o autor Paulo Freire, um grande educador brasileiro que criou o método eficaz e considerado inovador que é aplicado até a contemporaneidade, com o processo de ensino e alfabetização.

Freire nasceu em 19 de setembro de 1921, em Recife, Pernambuco. Filho de um capitão da Polícia Militar e de Edeltrudes Neves Freire, o autor estudado morou em Recife até os 10 anos, e a partir de então foi morar em uma cidade vizinha chamada Jaboatão dos Guararapes, que permaneceu por mais 10 anos. Ele ingressou na escola e com apenas 13 anos de idade, perdeu seu pai, foi quando sua mãe ficou com a responsabilidade de educar seus 4 filhos, incluindo Freire, mas não teve condições de manter os filhos na escola, mas por meio de uma conversa com o diretor, liberou o acesso e ensino (Oliveira, 2017).

O autor foi se destacando consideravelmente, e, no ano de 1943, entrou na Faculdade de Direito de Recife. Um ano depois, se casou e com sua esposa teve cinco filhos, depois de formado continuou como professor

de Português no colégio que estudou e de Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1947, ele foi nomeado o diretor do setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria, já em 1955, com alguns educadores, fundou o Instituto Capibaribe em Recife, que foi uma escola inovadora que fez com que muitos intelectuais se sentissem atraídos e, que inclusive, mantém suas funções até os dias atuais (Oliveira, 2017).

Já fica bem visível a importância do autor e seu desempenho em se tornar um profissional devidamente capacitado e com grande influência na atualidade. Diante a isso, o autor não parou sua abordagem por aí e também se preocupou com os adultos que não eram alfabetizados.

Para o autor, a educação é um processo fundamental para a construção de conhecimentos do ser humano, e a leitura é essencial para que se alcance os pontos almejados. Isso significa que a leitura leva o indivíduo ao crescimento, conscientizando essas pessoas para que eles possam se transformar, os estudos são a base do ser humano, uma experiência pessoal (Freire, 1996).

A contribuição e seu conhecimento a nível mundial evoluíram a ponto de se tornar professor da Universidade de Harvard. Ele teve um papel bem contributivo em relação aos grupos engajados com experiências novas e de âmbito educacional, abrangendo pessoas da cidade e do campo, quem tivesse interesse (Assunção; Nascimento, 2022).

Paulo Freire foi expandindo o seu trabalho no mundo inteiro e sua metodologia foi ganhando destaque e recebendo inúmeras homenagens, além de ter seu nome em muitas instituições de qualidades espalhadas pelo

mundo. Ele foi intitulado como doutor Honoris Causa por vinte e sete Universidades, deixando um grande legado para a educação mundial.

Assunção e Nascimento (2022), em sua obra “Alfabetização de crianças na perspectiva de Paulo Freire”, descreveram que o autor é um dos mais influentes educadores, sendo conhecido por aderir a uma abordagem inovadora e humanizadora da educação e tendo como proposta a alfabetização que transcende a simples decodificação das palavras, enfatizando a libertação, a conscientização e a transformação social.

Em continuidade, Freire (1996) criticava o método da educação tradicional, no qual ele denominou como educação bancária. O educador acreditava que os educandos eram tratados como depósitos de informações, receptores passivos, o que propagava relações de poder que desumanizavam os indivíduos, mantendo as estruturas opressivas.

No período em que eram destacadas as altas taxas de analfabetismo no Brasil, principalmente entre as populações mais pobres, Freire identificou que a alfabetização tradicional não respondia às necessidades culturais, sociais e políticas dessas pessoas, reproduzindo a exclusão social. Entretanto, para o autor, a alfabetização não era apenas aprender a ler e a escrever, mas a compreender a realidade, e a partir disso, a sua transformação (Oliveira, 2017).

Em tese, Paulo Freire propôs a abordagem pedagógica, que considera o contexto cultural dos alunos e os convida para uma reflexão crítica sobre a realidade, ou seja, a conscientização é primordial na pedagogia freiriana. Porém, alfabetizar é contribuir e proporcionar aos alunos o reconhecimento das relações de poder que moldam as suas vidas,

compreendendo as condições de opressão e engajando a luta pela libertação (Assunção; Nascimento, 2022).

Freire defendia ainda que a alfabetização deve ser um processo de diálogo, em que o professor e o aluno aprendem juntos. Sendo assim, condiciona um ato de criação coletiva, com base no respeito mútuo e na valorização dos saberes populares. Dessa forma, os conteúdos de ensino são baseados na realidade dos alunos, se atendo as palavras que possuem relevância no cotidiano.

Cabe mencionar que a Pedagogia Freiriana influenciou nos movimentos da educação popular e as práticas pedagógicas voltadas à justiça social até a contemporaneidade. A abordagem de Freire continua sendo estudada e aplicada nos contextos educacionais e sociais, as ideias que versam sobre a alfabetização como um ato político e transformador que acentuam os movimentos pela equidade educacional e os direitos humanos perpetuam.

A trajetória da alfabetização fundamentada nos ideais e contribuições de Paulo Freire representa uma revolução no sistema educacional, ao propor uma abordagem humanizadora e emancipatória que desafia os paradigmas tradicionais e inspira educadores na busca por uma educação libertadora, transformadora e dignificante. Assim, a alfabetização passa a significar a abertura de caminhos para a autonomia e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

2.1.1 Definição de alfabetização: visão geral, abordando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita

No estudo de Ferreira (2017), o autor descreve que o processo de

alfabetização decorre do desenvolvimento individual e social da criança. Em função dessa complexidade, é fundamental considerar uma série de dimensões relacionadas à realidade humana, sendo um dos condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam a elaboração dos métodos e materiais didáticos, referentes ao processo de ensino aprendizagem e que corroboram com a formação de professores alfabetizadores.

Antes de aprofundar a proposta do tópico, é importante apresentar algumas conceituações da alfabetização de acordo com autores e pesquisadores capacitados nessa área. No dicionário, *alfabetizar* é abrangido como o ato de ensinar a ler e a escrever, no qual este é representado por meio da escrita, enquanto ler é decifrar e interpretar o sentido de perceber, captar os significados ou os sinais registrados para a recuperação das informações dos leitores de meios codificados.

A alfabetização é denominada como o processo de aquisição da leitura e escrita, a trajetória, conforme elucidada anteriormente, foi e continua sendo marcada pelas disputas em relação aos métodos fônicos, analíticos, sintéticos e que são propostos para a melhor compreensão do que mais se adequa às necessidades dos alunos, elencando a forma de atender de satisfatoriamente as carências apresentadas pelos alunos quando iniciavam a jornada de forma satisfatória, atendendo as necessidades deste, assim os tornam efetivamente alfabetizados.

Soares e Batista (2005) descreve a alfabetização, da seguinte forma:

O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a

escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita (Soares; Batista, 2005, p.24).

No estudo desenvolvido por Schwartz (2012), a alfabetização apresenta múltiplos conceitos e interpretações. Para alguns autores, ela ocorre quando o aluno consegue ler um pequeno texto; para outros, ser alfabetizado implica, sobretudo, a inserção na cultura escrita e em seus usos sociais. Dessa forma, o conceito de alfabetização pode se adequar e se transformar conforme cada período histórico.

O conceito de alfabetização se refere à habilidade de ler e escrever. Ler é ser capaz de se descentrar de suas ideias e pensamentos para acompanhar, compreender, analisar, julgar o pensamento do outro, buscar o significado por trás das palavras, ler também as entrelinhas (Schwartz, 2012, p. 24).

Entende-se que a alfabetização é uma ferramenta na aquisição do saber e que traz consigo esclarecimentos, sendo fundamental o mecanismo para o desenvolvimento social assim como o fato de ser alfabetizado torna como um privilégio no que se refere ao saber no meio social e de forma modernizada.

A alfabetização consiste na ação de alfabetizar, de ensinar crianças, jovens e adultos a ler e escrever. Vista pela ótica do aprendiz, ela consiste no processo de ser alfabetizado, de ser ensinado a ler e escrever [...] a alfabetização é o processo de apropriação da escrita alfabética, ou seja, a compreensão por parte dos sujeitos e dos princípios que regem esse sistema notacional (Leal; Albuquerque; Morais, 2010, p.18).

No sentido etimológico do significado da alfabetização, Soares (2017) descreve que a alfabetização corresponde a levar à aquisição do alfabeto, ou pela habilidade de ler e escrever, entretanto, a alfabetização é

muito mais do que apenas ensinar a codificar e decodificar. Se refere ao processo complexo e abrangente, além da aprendizagem da notação alfabética. Além da necessidade de orientar o aluno, através de procedimentos que sejam fundamentados em teorias e princípios, estimulando a orientação das operações cognitivas e linguísticas.

O processo de alfabetização tem como principal objetivo levar o educando a sua ação e a reflexão, na interpretação e entendendo o seu mundo, tornando-se transformador crítico da sua realidade social, e esse processo de alfabetizar é fazer uma ampliação dos conhecimentos do indivíduo por meio da leitura, trazendo para dentro da sala de aula a vivência da educação e a prática do que é aprendido. Isso faz com que, mesmo na fase adulta, ele possa descobrir e dominar a leitura e ainda a escrita, mas indo além de seu valor, com o fato do crescimento pessoal.

Magda Soares, em sua obra “Alfabetização e letramento”, foi uma das principais defensoras da integração dos conceitos de alfabetização e letramento. De acordo com a autora, o ato de alfabetizar é ensinar o código alfabético e as convenções da escrita, mas isso não basta para inserir o indivíduo plenamente no mundo letrado, no qual os conceitos e caracterizações do letramento serão discutidos no próximo tópico (Soares, 2018).

A proposta da alfabetização apresentada por Soares (2018) condiciona a proposta de que seja integrado desde o início da alfabetização o letramento, tornando o ensino mais significativo. É preciso reformular as práticas pedagógicas que antes separavam a alfabetização e letramento como os processos diferentes.

Quanto à análise crítica, cabe mencionar que a contribuição de Soares é fundamental devido ao fato de reconhecer que a alfabetização deve ser uma modalidade de utilidade prática e com relevância social. Entretanto, o desafio está em formar professores aptos e capacitados para desenvolverem estrategicamente as dimensões discutidas e de forma eficaz.

Outro autor que se destaca quando o assunto é alfabetização, na qual já foi mencionado quanto aos desafios e a trajetória desse mecanismo no Brasil, foi Paulo Freire, descrevendo-o como uma prática de liberdade. Ele contraria métodos que amenizam os alunos a receptores passivos de informações, a pedagogia do autor é voltada na ideia de que a leitura no mundo precede a leitura da palavra.

Outras autoras que se destacaram no processo referente à aprendizagem, foram Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Na obra “Psicogênese da Língua Escrita”, no ano de 1996, elas contribuíram valiosamente com a demonstração de que a alfabetização é um processo ativo e construtivo, ou seja, elas identificaram os estágios pelos quais as crianças passam a desenvolver a compreensão sobre a escrita desde a fase pré-silábica até a fase alfabética, sendo assim, as autoras formularam hipóteses acerca de como a escrita funciona.

Ferreiro e Teberosky (1996) discutiram que os métodos tradicionais que tratavam as crianças como uma tabula rasa, ou seja, defendendo as práticas pedagógicas que estejam de acordo e estimulem as construções cognitivas, a abordagem delas é relevante pelo fato de colocar a criança no centro do processo de aprendizagem.

No entanto, algumas críticas indicadas em seus estudos têm haver com os contextos específicos que podem não refletir as realidades de todas as populações, porém, há aqueles que possuem menor acesso aos estímulos culturais e educacionais (Ferreiro; Teberosky, 1996).

Jean Piaget, em sua obra “Desenvolvimento cognitivo e alfabetização”, apesar de não ter trabalhado diretamente com a alfabetização, tem uma teoria enfatizando que o desenvolvimento cognitivo é primordial para a compreensão do processo de aquisição da leitura e escrita, referenciando as crianças que aprendem melhor quando estão prontas para construir o conhecimento, ou seja, quando atingem os estágios cognitivos adequados (Sousa, 2021).

Piaget não se limitava ao campo teórico: interagiu diretamente com as crianças, observando seus métodos de estudo e processos de desenvolvimento na infância. Essas experiências contribuíram para a formulação da Epistemologia Genética e da Teoria do Conhecimento. Além disso, suas próprias filhas desempenharam um papel fundamental para que ele desenvolvesse e expressasse teorias que permanecem influentes até os dias atuais (Sousa, 2021).

O autor supramencionado defendia que o desenvolvimento de cada pessoa ocorria a partir de sua ação por intermédio de sua inserção na sociedade, ou seja, recebendo as influências dos fatores biológicos para o desenvolvimento mental, e a denominação dos quatro estágios para o desenvolvimento cognitivo da infância, o que caracterizava cada estágio e o período eminente aos seus comportamentos e pensamentos específicos (Piaget, 1973).

Dentro dessa perspectiva, Piaget escreveu mais de 100 livros e mais de 500 artigos científicos, construindo um modelo educacional utilizado em diversas escolas. Dentre elas, a corroboração da brincadeira em uma compreensão de que era necessário levar em consideração os estágios do desenvolvimento estabelecidos e desenvolvidos por etapas.

- Período sensório-motor (0 a 2 anos): o desenvolvimento ocorre a partir da atividade reflexa para a representação e soluções sensório-motoras dos problemas.
- Período pré-operacional (2 a 7 anos): aqui o desenvolvimento ocorre a partir da representação sensório-motora para as soluções de problemas e segue para o pensamento pré-lógico.
- Período Operacional concreto (7 a 11 anos): o desenvolvimento vai do pensamento pré-lógico para as soluções lógicas de problemas concretos.
- Período de Operações Formais (11 a 15 anos): a partir de soluções lógicas de problemas concretos para soluções lógicas (Piaget, 1998, p. 41).

Assim, o autor e suas teorias são essenciais para compreender cada fase do desenvolvimento infantil, bem como os jogos e brincadeiras que favorecem a expressão e a assimilação dos conhecimentos pelas crianças. Além de possibilitar a transformação da realidade, essa perspectiva destaca a importância do equilíbrio para o pleno desenvolvimento infantil (Piaget, 1998).

A extensa pesquisa do epistemologista suíço Jean Piaget sobre o desenvolvimento da inteligência na criança trouxe grandes contribuições para a teoria e prática educacional. Suas teorias de formação do conhecimento baseiam-se numa abordagem *interacionista* que considera o conhecimento como o resultado das interações do *sujeito* com o *objeto*: o *sujeito* aprende através de suas ações e ele próprio constrói continuamente

seu conhecimento a partir das interações com o ambiente (Sousa, 2021).

O processo de construção do conhecimento é permanente e vai estar sempre em desenvolvimento, ou seja: novos níveis de conhecimento vão sendo indefinidamente construídos a partir das trocas sujeito/objeto. A contribuição do neuropsicólogo e linguista russo Lev Vygotsky para a educação se dá com a elaboração de uma teoria Histórico-Cultural de construção do conhecimento contemporâneo de Piaget, afirmando que o desenvolvimento do indivíduo seria o resultado de um processo sócio-histórico construído a partir das experiências, hábitos, atitudes, valores e da própria linguagem daqueles que interagem com a criança em seu grupo familiar e em sua convivência (Piaget, 1979).

Portanto, é a partir das relações intrapessoais e interpessoais que o sujeito vai internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, contribuindo para a construção espaço-temporal de uma visão de sociedade e de mundo (Piaget, 1998).

A construção dessa visão de sociedade e de mundo vai colocar o indivíduo frente a questões atuais debatidas mundialmente, como, por exemplo, a discussão sobre a proteção do meio ambiente que influencia no processo educativo a partir de sua educação ambiental e sua consequente relação com o ambiente natural e construído, compreendendo, ainda, que a própria edificação escolar deve também se harmonizar com esse ambiente.

Dessa forma, Sousa (2021) descreveu que Piaget iniciou o processo de desenvolvimento das teorias sobre a aprendizagem e a construção do conhecimento na produção da cultura como resultado das relações

humanas. Nessa perspectiva, ele buscou o desenvolvimento cultural e intelectual a partir das relações histórico-sociais, demonstrando que o conhecimento é socialmente construído pelas relações humanas.

Percebe-se, pelos trabalhos de Piaget, a relevância do jogo como elemento central no desenvolvimento cultural das crianças. Segundo o autor, trata-se de uma situação imaginária criada pela criança, na qual ela pode satisfazer seus desejos em relação à realidade. O jogo, portanto, estabelece uma relação íntima entre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento, contribuindo para o preparo e para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem (Sousa, 2021).

Na percepção de Piaget (1998), o jogo é um aliado em constante transformação, capaz de acompanhar as necessidades das crianças e é essencial para o desenvolvimento infantil. Por meio da aquisição de representações simbólicas, o jogo impulsiona a imitação e se torna uma atividade fundamental. O brincar, por sua vez, constitui uma criação que integra significado e percepção, intensificando a atividade lúdica da criança e influenciando sua maneira de compreender o mundo a partir de suas próprias ações.

Sua atuação no campo da educação infantil destaca-se pela ênfase na formação de professores, no desenvolvimento de propostas pedagógicas, na abordagem de histórias e políticas públicas e na valorização do letramento e do brincar. Produz materiais pedagógicos eficazes voltados a professores e à comunidade em geral, organiza cursos a distância para a formação de profissionais, atua em brinquedotecas e disponibiliza recursos para interessados em ludicidade e suas diferentes

perspectivas (Sousa, 2021).

O autor defendia que a brincadeira é um meio essencial de aprendizagem, por diversas razões, constituindo uma importante forma de expressão dos interesses e da comunicação das crianças. Ao observar os objetos ou situações de interesse infantil e planejar atividades que as representam, é possível favorecer o desenvolvimento da criatividade e o protagonismo das crianças no processo pedagógico (Sousa, 2021).

Os jogos e brincadeiras adquirem o papel da atividade lúdica, com suas próprias caracterizações, propiciando a diversão e a colocação educativa. O objetivo é o ensinamento, como o conhecimento e desenvolvimento da criança, assim como a compreensão de que existem regras. Além disso, o educador tem o papel de suma importância pelo que o lúdico proporciona.

Nas teorias de Piaget (1973) a criança, ainda na fase inicial, já tem entendimento e já pode considerar suas decisões e a forma que interage com as pessoas. Além de expressar o que sabe fazer, em iminência aos gestos, ações, dentre outros direitos como a criança que gosta de brincar, como uma ação livre, que pode surgir a qualquer hora, inclusive no período de aulas, como forma de aprendizagem.

O autor menciona sobre a necessidade da seleção de brinquedos e jogos que são atraentes e apropriados para o aprendizado, em que não pode quebrar com facilidade, não são inflamáveis, se tornam atrativos e divertidos, sendo necessária a análise de que brincar na educação infantil seja condizente com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (Piaget, 1973).

Dessa forma, as brincadeiras estão intrinsecamente ligadas às interações, sendo impossível pensar no brincar sem considerar esse aspecto. A interação com o professor é fundamental para a construção do conhecimento e para garantir qualidade às atividades lúdicas, assim como a interação entre as próprias crianças, com os brinquedos, materiais e o ambiente. Esse conjunto de práticas pedagógicas favorece benefícios amplos, como a socialização, a inclusão e a ampliação do processo de ensino-aprendizagem (Piaget, 1973).

Piaget (1979) afirma que, por meio da ludicidade, a criança forma conceitos, seleciona ideias e percepções, além de desenvolver sua socialização. Ele ressalta que essa atividade auxilia tanto na formação quanto no desenvolvimento cognitivo, que ocorre em etapas, assim como nas fases do desenvolvimento infantil. Esse processo tem início com o surgimento da atividade representativa, que transforma as condutas práticas e leva as crianças a imitar o que observam.

Lev Vygotsky é outro autor que é importante ser percorrido neste estudo. Em sua obra “Mediação Social e Alfabetização”, ele descreveu que a alfabetização é um processo mediado socialmente, com a linguagem oral que desempenha o papel central, pois é, a partir disso, que as crianças começam a internalizar os conceitos e a compreender a escrita, introduzindo a percepção referente a zona de desenvolvimento proximal, que corresponde o espaço entre o que a criança pode fazer sozinha e o que pode realizar com a ajuda de um adulto ou colega mais experiente (Santos; Andrade, 2021).

Vygotsky (2007) defende que o aprendizado do indivíduo não pode ser dissociado do contexto histórico, social e

cultural em que está inserido. Para aprender, elaborar conhecimentos e para se autoconstruir, o ser humano precisa interagir com outros membros de sua espécie, com o meio e também com a cultura. Para o autor, as relações sociais podem se tornar aprendizado via mediação, a qual é definida pela ação que se interpõe entre sujeito e objeto de aprendizagem. Para que haja interação, é necessário utilizar-se de instrumentos criados pelas sociedades ao longo do curso da história da humanidade e que mudam a forma social e o nível de seu desenvolvimento cultural, e de signos, definidos pela linguagem, a escrita e o sistema numérico. O uso de instrumentos para diferenciar o ser humano de outros animais também é um conceito defendido por Marx e Engels, que influenciaram Vygotsky em seus apontamentos. Sua teoria procura avaliar os processos mentais envolvidos na compreensão do mundo (Santos; Andrade, 2021, p. 8).

No contexto da alfabetização, o professor atua como mediador, auxiliando o aluno a alcançar níveis mais avançados de compreensão e de análise crítica. Nessa perspectiva, Vygotsky complementa as percepções de Piaget e Ferreiro ao enfatizar que o aprendizado é um processo coletivo. No entanto, sua aplicação pode representar um grande desafio em turmas numerosas, nas quais o professor não consegue acompanhar cada aluno individualmente (Santos; Andrade, 2021).

Antunes (2019), em sua obra “a personalização no ensino da alfabetização”, destacou que a alfabetização deve ser significativa e emocionalmente envolvente para os alunos, sugerindo que o professor utilize as atividades lúdicas e que contextualize o ensino para tornar mais real para os alunos, como, por exemplo, a alfabetização relacionada ao cotidiano dos alunos, por meio das histórias, músicas ou jogos, em tese, a ludicidade.

Cagliari, em sua obra “Alfabetização e linguística”, argumentou sobre a alfabetização e como ela deve integrar os aspectos linguísticos e

sociais, criticando os métodos exclusivamente fonéticos ou visuais, defendendo a abordagem equilibrada que respeite as complexidades do sistema alfabético. Além disso, enfatizou o papel do contexto cultural, acentuando que a alfabetização deve preparar os alunos para os desafios da vida em uma sociedade letrada (Cagliari, 1998).

Na percepção de Cagliari (1998), a alfabetização, portanto, não deve ser vista como um processo linear ou exclusivamente técnico, mas como uma experiência transformadora que prepara os indivíduos para participar ativamente da sociedade. A maior dificuldade, contudo, reside em articular essas teorias na prática, especialmente em contextos marcados por desigualdades e desafios estruturais.

De forma geral, a alfabetização é compreendida como um processo essencial para a formação do indivíduo enquanto sujeito autônomo e participativo na sociedade. Tradicionalmente, ela esteve associada ao aprendizado da leitura e da escrita. No entanto, com o avanço dos estudos pedagógicos e das demandas sociais, esse conceito foi ampliado para incluir não apenas o domínio técnico do código linguístico, mas também sua aplicação prática, funcional e crítica no cotidiano.

A alfabetização não pode ser reduzida a um processo mecânico de decodificação de letras e palavras. Ela é multifacetada, englobando dimensões cognitivas, sociais e culturais, entretanto, alfabetizar é inserir o indivíduo em um contexto onde ele possa interpretar e interagir com o mundo ao seu redor.

É importante fazer um respaldo acerca das dimensões da alfabetização, que condizem com os métodos cognitivos, sociais e

culturais. O quadro abaixo representa cada uma delas, com suas respectivas caracterizações, de acordo com o estudo desenvolvido por Fávero (2017).

Quadro 2 – Dimensões da alfabetização

Dimensões	Caracterizações
Dimensão cognitiva	Envolve o desenvolvimento de habilidades para reconhecer, decodificar e compreender símbolos escritos, sendo que essa dimensão está intimamente ligada às teorias de Jean Piaget e Lev Vygotsky, que destacam o papel do desenvolvimento cognitivo e da mediação social no aprendizado.
Dimensão social	A alfabetização é também um processo de inserção em práticas sociais letradas. Paulo Freire enfatiza que alfabetizar é um ato político, pois capacita o indivíduo a interpretar e transformar sua realidade.
Dimensão cultural	O processo do aprender a ler e a escrever, envolve uma série de metodologias que mensuram, que as crianças constroem a sua compreensão e a forma como se interage, além da interpretação e compreensão da escrita em prol da contextualização cultural do meio em que vivem.

Fonte: Fávero (2017)

Diante do que foi apresentado, pode-se constatar que a alfabetização é um processo basilar no desenvolvimento humano, assinalado por diferentes dimensões que compreendem aspectos cognitivos, linguísticos, sociais, culturais e emocionais. Essas dimensões se proferem para formar um aprendizado completo e significativo, requerendo não apenas o domínio técnico do sistema alfabético, mas também a admissão em práticas sociais que empregam a leitura e a escrita como instrumentos de influência mútua e transformação.

De acordo com Sousa (2020), a dimensão cognitiva da alfabetização refere-se aos processos mentais necessários para aprender a

ler e escrever, o que engloba as habilidades como a consciência fonológica, que é a capacidade de perceber e manipular os sons da língua falada; o reconhecimento do sistema alfabético, que envolve associar fonemas aos grafemas; e os processos de decodificação e compreensão, que permitem transformar símbolos escritos em significados compreensíveis.

Além disso, essa dimensão depende de habilidades como memória e atenção, que são essenciais para o processamento da informação durante a leitura e a escrita. A alfabetização é um processo ativo, no qual a criança constrói gradualmente seu conhecimento sobre o sistema de escrita a partir de interações com o ambiente e materiais escritos (Sousa, 2020).

A dimensão linguística está relacionada ao uso da língua como sistema de comunicação e expressão, essa dimensão abrange aspectos fonéticos, como a identificação e produção dos sons da fala; morfológicos, que envolvem a estrutura das palavras; sintáticos, que dizem respeito à organização das frases; e semânticos, que tratam da interpretação dos significados (Massucato; Mayrink, 2013).

Além disso, Massucato e Mayrink (2013) consideram, em sua pesquisa, que a pragmática, ou seja, o uso da linguagem em diferentes contextos e finalidades comunicativas, é essencial para que o aprendiz compreenda as regras do sistema de escrita e seja capaz de produzir textos coerentes e coesos, ela também valoriza a diversidade linguística, reconhecendo e respeitando as variações regionais e culturais da língua, um aspecto destacado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em tese, a alfabetização tem uma dimensão social, que realça o desempenho da leitura e da escrita nas interações e práticas sociais. Por

meio dela, o indivíduo se implanta em práticas de letramento que advêm no cotidiano, como ler placas, interpretar notícias ou escrever mensagens.

Essa dimensão está diretamente relacionada à apreciação de letramento, que se refere à aptidão de aproveitar a leitura e a escrita em caráter funcional e significativo na vida social. Paulo Freire destacou a alfabetização como um ato político e social que admite ao sujeito explicar criticamente sua realidade e atuar como agente de transformação (Freire, 1996).

Nesse sentido, Sousa (2020) descreveu que a alfabetização não é apenas uma habilidade individual, mas também um instrumento de inclusão, cidadania e participação social, a dimensão cultural da alfabetização considera a relação entre a leitura, a escrita e os contextos culturais nos quais estão inseridas, ela valoriza o repertório cultural dos estudantes, utilizando textos e práticas que respeitem suas vivências e realidades.

Silva e Coelho (2020) descrevem que essa dimensão também envolve o acesso à cultura escrita, oferecendo aos aprendizes a oportunidade de interagir com diferentes gêneros textuais, como histórias, poemas, notícias e manuais, além de materiais digitais. O objetivo é ampliar o horizonte cultural dos indivíduos e permitir que eles ressignifiquem o mundo a partir das suas próprias experiências e leituras.

Essa abordagem reforça a importância de contextualizar o ensino da leitura e da escrita, promovendo uma aprendizagem que seja relevante e significativa (Fávaro, 2017).

A dimensão emocional é um aspecto crucial do processo de

alfabetização, pois envolve a motivação, a autoestima e o prazer pelo aprendizado. Durante o processo de aprender a ler e a escrever, os estudantes precisam se sentir valorizados e apoiados, desenvolvendo confiança em suas próprias habilidades (Sousa, 2020).

O estímulo à curiosidade e ao interesse pela leitura e escrita é fundamental para que o aprendizado ocorra de maneira natural e prazerosa. As relações afetivas positivas com professores e colegas, bem como o ambiente escolar acolhedor, também desempenham um papel importante na superação de dificuldades e na construção de uma relação saudável com o aprendizado (Silva; Coelho, 2020).

Essas dimensões da alfabetização são interdependentes e complementares, formando um todo integrado no processo de ensino e aprendizagem. O sucesso na alfabetização depende da capacidade do professor em articular essas dimensões em suas práticas pedagógicas, promovendo atividades que respeitem a diversidade cultural e linguística dos estudantes, valorizando seu repertório prévio para estimular a sua participação ativa. Além disso, é necessário garantir que o ensino da leitura e da escrita seja contextualizado e significativo, conectando os aprendizes às demandas sociais e culturais do mundo contemporâneo (Silva; Coelho, 2020).

No contexto das diretrizes educacionais brasileiras, a BNCC enfatiza a alfabetização como um processo abrangente e integrado, ela estabelece que os estudantes devem desenvolver habilidades relacionadas ao domínio do sistema alfabético e à participação em práticas sociais de leitura e escrita, considerando as dimensões cognitiva, linguística, social,

cultural e emocional (Massucato; Mayrink, 2013).

Fávaro (2017), descreve que entre as competências gerais previstas pela BNCC, destacam-se a valorização da comunicação, o respeito à diversidade, a autonomia e a criatividade. Essas orientações reforçam a importância de práticas pedagógicas que considerem a totalidade do sujeito, promovendo uma formação integral e inclusiva.

No estudo de Sousa (2020), a alfabetização vai além do simples domínio técnico da leitura e da escrita, configurando-se como um processo multifacetado que abrange diferentes dimensões, todas indispensáveis para a formação de indivíduos capazes de atuar criticamente na sociedade. Reconhecer e integrar essas dimensões no ensino representa um desafio para os educadores, mas também uma oportunidade de contribuir para a construção de uma educação mais completa, significativa e transformadora.

A alfabetização tem um papel emancipatório, pois capacita o indivíduo a acessar informações, exercer direitos e participar de debates sociais. Paulo Freire defende que a alfabetização deve ir além do aprendizado técnico, sendo um processo de conscientização que possibilite ao educando compreender e transformar a realidade (Fávaro, 2017).

Diante do exposto, a alfabetização corresponde ao processo contínuo e dinâmico que vai além do processo de aprendizagem inicial da leitura e da escrita, envolvendo o desenvolvimento das competências para a interpretação e a interação com o mundo, de forma crítica e consciente. Sendo assim, alfabetizar não é apenas ensinar as letras e palavras, mas também abrir portas para a cidadania e a transformação social. Entretanto,

as abordagens teóricas e práticas devem refletir a complexidade, sendo adaptado de acordo com a realidade vivenciada (Nóbrega; Lucena, 2020).

É importante destacar que a alfabetização, articulada ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, constitui um processo essencial para a formação do indivíduo e sua inserção ativa na sociedade. Esse processo não se limita à decodificação de símbolos ou à reprodução de grafias, mas envolve práticas complexas que demandam o desenvolvimento cognitivo, linguístico e socioemocional.

Em continuidade, a leitura vai além da identificação das palavras e frases, como um ato de compreensão e interpretação, ou seja, aprender a ler significa reconhecer palavras, mas ainda construir seus significados a partir delas. É necessário se ater às habilidades iniciais. No início do processo de alfabetização, as crianças desenvolvem as habilidades de decodificação, como a associação entre as letras e sons, lembrando que a fonética desempenha o papel primordial nessa etapa (Sousa, 2020).

Conforme os alunos vão progredindo, eles passam a relacionar os textos às suas experiências e contextos, compreendendo os preceitos de significado e as implicações sociais. Nesse sentido, a leitura contribui com o processo mecânico e torna a prática de interação com o mundo.

Sendo assim, a prática constante da leitura, principalmente em contextos significativos, é primordial para que o leitor iniciante desenvolva fluência e confiança ao mesmo tempo em que propaga o seu repertório linguístico e cultural (Massucato; Mayrink, 2013).

A escrita é uma habilidade na qual é necessário se ater a algumas condições fundamentais, como a coordenação motora, para que o aluno

possa escrever as letras e palavras e desenvolver a competência de estabelecer os pensamentos e ideias de forma coerente. Além disso, a criança experimenta condições acerca do sistema alfabético, progredindo através de rabiscos para a escrita convencional. Isso condiz com uma fase que é caracterizada pelos erros e tentativas, que são sinais de que está no processo de abranger as regras da escrita.

À medida que a criança desenvolve domínio sobre o sistema de escrita, ela aprende a produzir textos significativos, organizados de acordo com o propósito comunicativo. Neste quesito, entra o trabalho com gêneros textuais, como cartas, bilhetes, narrativas e relatos, que ajudam os aprendizes a usar a escrita em diferentes contextos.

A escrita, assim como a leitura, deve ser uma atividade significativa conectada à realidade do aluno. As práticas descontextualizadas, como cópias e repetição de palavras isoladas, dificultam a percepção de que a escrita é uma ferramenta para se comunicar e expressar ideias (Massucato; Mayrink, 2013).

A leitura e a escrita são processos interdependentes que se alimentam mutuamente. Quando uma criança lê, ela não apenas compreende o texto, mas também amplia seu vocabulário e internaliza padrões de organização linguística que serão úteis na escrita, sendo da mesma forma, ao escrever, o aprendiz reflete sobre o uso das palavras, da gramática e da estrutura textual, aprimorando sua capacidade de leitura.

Morais (2020) discute que o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita na alfabetização vai muito além do ensino das técnicas de decodificação e grafia, explicando que esses processos envolvem a

formação de leitores e escritores críticos, capazes de interpretar o mundo ao seu redor e de se comunicar com clareza e criatividade.

Para alcançar esse objetivo, é essencial que a alfabetização seja uma prática significativa e contextualizada que valorize as experiências dos aprendizes e promova sua autonomia como sujeitos letrados.

2.1.2 Definição de letramento: discussão do conceito como prática social, ressaltando a diferença em relação a alfabetização

O letramento é compreendido como uma habilidade de saber ler e escrever, e de acordo com as práticas sociais, engloba a leitura e escrita, nas quais pautam na linguagem enquanto produto cultural e social. É necessário ir construindo o domínio da linguagem com ênfase nos dois processos mencionados, condicionando as possibilidades para a atuação no mundo com as habilidades de interpretação e a compreensão das palavras (Soares, 2019).

Serão apresentados alguns conceitos de autores que se dedicaram à abordagem deste tema. A palavra “letramento” em si é originada da língua inglesa, na qual a sua etimologia remete ao termo em latim *littera*, que significa “letra”. Ambas as línguas utilizaram o mesmo prefixo, mas com a proposta de formar um novo conceito, por isso, o letramento é oriundo da palavra que foi influenciada pelas transformações sociais, culturais, históricas, políticas e econômicas, sendo fatores que geralmente acarretam com o surgimento de novos termos e conceitos para a designação de fenômenos e demandas que surgem na sociedade (Silva; Coelho, 2020).

De acordo com o estudo desenvolvido por Assunção e Silva (2020), o termo letramento se destacou devido aos estudos educacionais, a partir

da década de 80, com diferentes conceitos com relação a alfabetização, sendo esta a aquisição do sistema de escrita e leitura, enquanto o letramento acentua o uso social e cultural dessas práticas em contextualização significativa.

Pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Em outras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita (Val, 2006, p. 19)

Em ressalva, essa ampliação de conceitos é primordial para a compreensão da inserção dos indivíduos em uma sociedade cada vez mais atualizada e modernizada.

Não existe um “conceito acabado” sobre as coisas, na medida em que podemos com elas estabelecer, a qualquer momento, novas relações. No entanto, isto não nos pode levar a afirmar que às coisas não se atribuem conceitos determinados, definidos, exatos, pois, no interior de uma dada relação humana, uma coisa é aquilo e somente aquilo que essa relação determina. No interior daquela relação, o conceito é dado, acabado e imutável. A mudança do conceito decorre da mudança na relação que o homem estabelece com o objeto; portanto, não é o conceito, o conhecimento que muda por si mesmo: as relações do homem com as coisas mudam e, a partir dessa mudança, como expressão mesma dessa mudança, os conceitos mudam (Klein, 2002, p. 69).

Klein (2002) mensura que os conceitos de letramento estão diretamente relacionados à função social da leitura e da escrita, oferecendo aos alunos as condições para que possam construir os conhecimentos com sentidos presentes no cotidiano. Assim, poderão compreender a importância e o uso das habilidades da alfabetização na vida em sociedade.

Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, como a leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo (Silva; Coelho, 2020, p. 19).

Em tese, Silva e Coelho (2020) descrevem que essas transformações dos conceitos e definições são constantes, pela necessidade de acompanhar os novos preceitos sociais, com o uso de habilidades da alfabetização na vida social, além dos novos questionamentos que são apresentados, e consequentemente, estudos atualizados.

A concepção apontada por Klein (2002) acentua que não existe um conceito fixo e permanente, cabe ao professor reconhecer a linha de pensamento que se inspira para a efetivação da sua docência, apresentar ter prática fundamentada na perspectiva que possa contribuir com o processo de conhecimento dos alunos, e que atinjam as suas respectivas competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento da percepção geral.

De acordo com o estudo de Soares (1988), o letramento é o produto de ação desenvolvido para ensinar a ler e a escrever estado ou circunstância que obtém um grupo social ou um indivíduo como resultado de ter aprendido a escrita. Dessa forma, a autora compreende a alfabetização como o processo de decodificação da palavra, destacando, portanto, a sua relevância para os anos iniciais da escolarização.

Kleiman (1995), descreve o letramento, com as seguintes palavras:

O letramento é um panorama a respeito da prática social da escrita, “podemos definir hoje o letramento como um

conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Essas práticas sociais e o uso da escrita na escola retratam apenas um tipo de prática, a mais influente sem dúvida, contudo que fortalece somente certas habilidades e não outras (Klein, 1995, p. 20).

Percebe-se que condiz com um processo que irá contribuir e tornar o indivíduo alfabetizado cientificamente em assuntos que englobam a Ciência e Tecnologia, ultrapassando a mera reprodução de conceitos científicos, destituídos de significados, sentidos e suas aplicações (Silva, 2019).

Diante ao que vem sendo abordado, Soares (2019) descreve, em sua pesquisa, que o letramento surgiu com a proposta de atender a nova realidade social pela qual vem se tornando imprescindível. O desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita deve estar voltado para o contexto das práticas sociais, de modo que vá além da simples decodificação de palavras, possibilitando ao indivíduo tomar decisões e atuar de forma crítica em todas as fases de sua vida.

Cabe mensurar algumas das características do letramento, apontados no quadro 3.

Quadro 3 – Características do letramento

Característica	Descrição
Letramento como prática social	O letramento é entendido como uma prática social contextualizada, não é apenas um conjunto de habilidades técnicas, mas uma prática que reflete e responde a valores culturais e históricos, como por exemplo, as práticas de letramento em uma comunidade rural diferem das de um ambiente urbano por estarem ligadas às necessidades locais.
Multiletramentos	Os multiletramentos são oriundos dos avanços das

	tecnologias e das transformações no meio cultural, caracterizada por reconhecer os métodos de comunicação na contemporaneidade, seja dos textos escritos, as imagens, sons e as interações digitais, que estão bem presentes no dia a dia desses alunos. O que exige interpretação.
Letramento crítico	Paulo Freire (1987) enfatiza o papel do letramento na conscientização social. Ele vai além do uso funcional da linguagem e foca na capacidade do indivíduo de questionar e transformar a realidade, como por exemplo, ensinar a leitura de jornais para que os alunos compreendam e debatam criticamente as notícias.
Letramento funcional	O letramento funcional, defendido por organismos como a UNESCO, sendo referente à capacidade de utilizar a leitura e a escrita para resolver problemas práticos no dia a dia, como por exemplo, preencher formulários, entender instruções médicas ou interpretar contas.
Letramento digital	No contexto contemporâneo, o letramento digital é essencial, ele abrange habilidades como acessar, avaliar e produzir informações em ambientes digitais, como por exemplo, identificar as notícias falsas na internet.

Fonte: Soares (2019)

O letramento possui objetivos fundamentais para a sua efetividade, entre os quais se destaca a inclusão social. Nesse sentido, ele busca promover a inserção dos indivíduos em práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, possibilitando sua participação em atividades culturais, econômicas e políticas. Assim, o letramento garante que todos possam exercer plenamente seus direitos, como o voto ou o acesso aos serviços públicos (Silva; Coelho, 2020).

Outro objetivo do letramento é o desenvolvimento da cidadania. A crítica promove a participação ativa, ou seja, permite que os indivíduos compreendam, questionem e transformem as estruturas sociais, com a proposta de formar cidadãos conscientes, capazes de lutar pelos seus

direitos e a participação em debates públicos (Moura, 2019).

A valorização das culturas locais constitui outro aspecto central do letramento, pois reconhece e respeita os diferentes modos de ler e escrever presentes nas diversas culturas. Isso inclui, por exemplo, a incorporação de práticas culturais no processo de aprendizagem, considerando as especificidades de cada comunidade e seus costumes (Moura, 2019).

Outro objetivo do letramento é a preparação para o mercado de trabalho, como o funcional e o digital. Esses objetivos são primordiais para a formação de indivíduos aptos a lidar com as exigências do mercado contemporâneo, assegurando que os trabalhadores desenvolvam habilidades práticas, como a interpretação de relatórios e a elaboração de apresentações (Silva, 2019).

Nessa linha de abordagem, o letramento vai além do processo de alfabetização, pois abrange as práticas sociais e culturais que englobam a leitura e a escrita. Seus objetivos englobam a inclusão social, a cidadania ativa, o respeito às diversidades culturais e a preparação para os desafios do mundo contemporâneo (Soares, 2019).

Para a promoção do letramento, é primordial enfrentar os desafios estruturais da educação e a valorização das diferentes práticas de leitura e escrita que fazem parte da sociedade.

Com a apresentação dos conceitos e demais características do letramento, é fundamental descrever sobre os tipos de letramento e suas respectivas conceituações.

O letramento funcional é aquele que condiz com a capacidade de empregar a leitura e a escrita em circunstâncias práticas e habituais, além

de dominar o básico e necessário para a solução de problemas simples e a participação das práticas sociais do dia a dia. Entre as principais características, a leitura e interpretação de textos simples, tais como, as cartas, as placas nas ruas, entre outros, além da escrita de textos comuns, focando na funcionalidade e a utilidade imediata.

O letramento crítico é aquele atrelado a análise e, como a própria palavra diz, a crítica dos textos e das mensagens, possibilitando a reflexão acerca das relações de poder, ideologias e das intenções relacionadas aos discursos. Além disso, tem como características, a decodificação, questionando os significados, desenvolvendo habilidades de argumentação e de tomada de decisões conscientes, estimulando a reflexão acerca dos problemas sociais, políticos e culturais.

Quanto ao letramento digital, que é bem comum na contemporaneidade, condiz com a capacidade de compreender, interpretar e utilizar os textos e as informações em ambientes digitais, tendo como característica, o uso das ferramentas deste cunho, tais como, os computadores, smartphones e a internet.

O letramento visual é aquele relacionado com a capacidade de interpretar e produzir os significados, através de imagens, símbolos, gráficos e outras representações visuais, entre as principais características, a leitura de infográficos, mapas e os anúncios publicitários, a compreensão das suas cores, formas e design de comunicação visual com a integração aos textos e imagens para a interpretação de mensagens.

O letramento científico é a desenvoltura de compreender, interpretar e utilizar as informações científicas no cotidiano,

desenvolvendo a competência para a tomada de decisões, entre as principais características dessa modalidade, a leitura de textos científicos e técnicos, a interpretação de notícias.

O letramento midiático tem uma série de relação com os demais letramentos já mensurados, pois tem relação com a análise crítica ao consumo consciente das informações que são passadas, através da comunicação, como a internet, a televisão, o rádio, entre outros. Entre as principais características, estão a avaliação da veracidade e da intenção referente às notícias e aos conteúdos midiáticos, a reflexão do impacto da mídia e a formação das opiniões e comportamentos.

O letramento ambiental é um assunto que vem ganhando bastante destaque nas últimas décadas, principalmente pela preocupação com o meio ambiente. Entretanto, tem relação com a conscientização e a compreensão acerca dos desafios ambientais e a capacidade de agir de forma responsável em relação ao meio ambiente. Entre as principais características, o aluno compreender os temas relacionados com a sustentabilidade, as mudanças climáticas e a reciclagem, o uso das informações para as práticas sustentáveis, entre outros aspectos, também é essencial.

O letramento financeiro é outro método complacente com a capacidade do gerenciamento dos recursos financeiros de forma consciente e informada. Porém, tem como característica, a leitura e a interpretação das planilhas, faturas e até mesmo contratos. É necessário desde cedo ensinar os alunos o planejamento e a organização financeira, para que possa compreender conceitos básicos, criar orçamentos, entender sobre

condições de um financiamento, entre outras questões.

Já o letramento acadêmico é aquele no qual reflete sobre as habilidades específicas e necessárias para o processo de leitura, a produção e a melhor compreensão dos textos acadêmicos, como uma série de caracterizações, domínio de gêneros textuais como as resenhas, artigos e monografias, o uso das referências e citações, entre outros.

O letramento cultural engloba o entendimento e a participação das práticas culturais que adere a leitura e a escrita, como forma de expressão e preservação do patrimônio, entre as principais características, a compreensão dos textos literários, históricos e artísticos, a valorização da diversidade cultural e dos contextos referentes a elaboração de textos.

Os diferentes tipos de letramento destacam sua multiplicidade e adaptabilidade às demandas da sociedade contemporânea, em ressalva que cada tipo enfatiza habilidades específicas que refletem a complexidade do mundo atual, mostrando que o letramento vai muito além da alfabetização.

Compreender e aplicar essas diferentes configurações de letramento é essencial para formar cidadãos críticos, autônomos e participativos, assim como apresentado nos preceitos da alfabetização, o destaque a abordagem do letramento, os seus conceitos, objetivos e as implicações práticas.

O letramento vai além da simples obtenção da leitura e da escrita, como um artifício de conscientização que permite aos indivíduos compreenderem e transformarem a sua realidade. O autor afirma que a leitura da palavra é indissociável da leitura do mundo, ou seja, antes mesmo de aprender a decifrar letras e palavras, a criança já tem capacidade

para interpretar os acontecimentos do mundo ao seu redor, compreendendo os fenômenos sociais, culturais e históricos.

Torres (1998) descreve que o letramento não deve ser diminuído a um processo técnico, mas deve ser conectado à vivência e às experiências dos educandos. Além de ser um instrumento de conscientização, possibilitando que os indivíduos reconheçam a sua posição no mundo e que atuem para a sua transformação, como um processo de conscientização.

Em segmento, ao que foi mensurado no parágrafo anterior, o processo de conscientização é denominado como educação problematizadora e tem relação com a educação tradicional, que é chamada por Freire de educação bancária. Esta enxerga os alunos como receptores passivos de conhecimento, e, por fim, a educação problematizadora, que propõe o diálogo e a reflexão crítica como as ferramentas de aprendizagem (Torres, 1998).

Freire (1996) apresentou que o letramento é um ato político, pois influencia a forma como os indivíduos se relacionam com o poder e com as estruturas sociais. Além disso, o acesso à leitura e à escrita possibilita que os sujeitos compreendam as suas condições de vida e lutem pelas transformações sociais, como, por exemplo, a alfabetização de pessoas com pouca acessibilidade, para que possam compreender e defender os direitos do acesso à terra.

Freire (1996) aponta que o objetivo do letramento é formar cidadãos críticos que sejam capazes de questionar e transformar a sociedade. Ele rejeita a ideia de uma educação que apenas prepara os

indivíduos para que obedecam às normas sociais e econômicas que estejam em vigência.

Outro ponto importante de mensurar, é que Freire (1996) relaciona o letramento com a luta contra a opressão, acreditando que, ao dominar o processo de leitura e escrita, os indivíduos adquirem as ferramentas para resistir às injustiças sociais e econômica, como no caso da alfabetização dos adultos para que eles possam participar plenamente da vida política, como a prática do voto consciente.

Freire apresenta sua percepção do diálogo como método central, ou seja, a base da metodologia freiriana, valorizando o conhecimento prévio do educando e promovendo o processo de construção conjunta do saber. Além disso, a proposta de temas geradores, ou seja, as palavras ou expressões extraídas da realidade dos educandos, são utilizados como ponto de partida para a alfabetização e discussão crítica de questões sociais (Torres, 1998).

Além disso, a problematização engloba os desafios dos educandos para que possam refletir criticamente sobre a realidade, em vez de simplesmente memorizar as informações, como as discussões do significado da palavra trabalho e a sua relação com as condições da realidade da comunidade como um todo (Torres, 1998).

Torres (1998) descreve sobre as contribuições de Paulo Freire para o letramento, como a inclusão social. Esse processo é uma ferramenta poderosa para a promoção da inclusão social, principalmente entre as populações marginalizadas, e o método foi aplicado com sucesso em campanhas de alfabetização em diversos países, inclusive, o Brasil.

Freire (1996) descreveu, ainda, a consolidação da educação como um processo libertador, preparando os educandos para atuar como agentes de mudança em suas comunidades. Além disso, o autor tornou-se uma referência mundial no campo da educação, sendo reconhecido como um dos pensadores mais influentes do século XX, o seu método de letramento inspirou os pedagogos no mundo inteiro.

Cabe mensurar que há críticas a abordagem freireana devido à complexidade metodológica, pois alguns educadores consideram a sua metodologia complexa de aplicar em larga escala, principalmente em sistemas educacionais rigidamente estruturados, além do enfoque político apresentado por Freire: a sua associação com os movimentos de esquerda (Torres, 1998).

De acordo com o estudo desenvolvido por Gadotti (1996), o processo de letramento, na perspectiva de Paulo Freire, transcende a mera habilidade de ler e escrever. É uma prática emancipatória que permite aos indivíduos compreenderem sua realidade, questionarem as estruturas opressoras e transformarem a sociedade. Entretanto, a sua abordagem continua sendo uma fonte de inspiração para educadores comprometidos com a justiça social e a formação de cidadãos críticos.

Em segmento, ao que vem sendo apresentado, o letramento condiz com uma prática social que é bem discutida nos preceitos sociais. Kleiman (1995) destaca que o letramento vai além da simples aquisição das habilidades técnicas de leitura e escrita, compreendidos como fenômenos inseridos em contextos sociais, culturais e históricos, refletindo os valores, necessidades e as práticas da comunidade.

Kleiman (1995) descreve a diferença entre os métodos autônomos e ideológicos, sendo que o primeiro reflete no letramento como uma habilidade universal e técnica, desvinculada de contextos sociais, enquanto o ideológico é considerado como letramento moldado pelas práticas sociais e culturais, estando relacionados aos valores, poder e significados próprios de cada grupo social.

Enquanto Kleiman (1995) reforçou que o letramento deve ser compreendido como um conjunto de práticas sociais que englobam o processo de leitura e escrita, mediadas pelos contextos específicos e suas finalidades concretas, Soares (2019) descreve que o letramento condiz com as práticas sociais, pois contribuem com a inserção do indivíduo na sociedade. É através da linguagem que se constitui e se desenvolve a interação, a comunicação e a atuação sobre o meio, informando e comunicando através da linguagem, a diversidade cultural e ainda a multiplicidade envolvidas na construção dos textos e sentidos.

Conforme mensurado, o letramento proporciona uma série de habilidades, o SAE (2025) apresentou algumas delas, que seguem abaixo para a melhor percepção da abordagem:

Domínio da linguagem em todos os contextos; Apropriação das práticas sociais de leitura e escrita; Utilização adequada da leitura e da escrita nas práticas sociais; Linguagem como ferramenta de interação com o meio; Percepção da realidade por meio da leitura do mundo; Produção de significados e sentidos a partir da leitura; Elaboração de discursos; Interpretação e compreensão de textos; Proporciona reflexões (SAE, 2025, s/p).

O processo de ler e escrever condiz com a interpretação e a abrangência de todos os textos, independente do seu assunto, acarretando

o sentido e o significado do que está sendo assentido, além de colaborar para que o aluno reflita e argumente. Entretanto, a prática sociocultural harmoniza a atuação acerca do meio e da produção dos seus significados, transformando a sociedade, por meio da leitura e da escrita.

Diante do que foi apresentado neste tópico, percebe-se que o letramento está diretamente ligado à forma como a leitura e a escrita são usadas no dia a dia das pessoas, indo além do simples ato de decodificar palavras. Diferente da alfabetização, que se concentra no aprendizado das letras e na formação de palavras, o letramento envolve a compreensão e a aplicação da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais.

O letramento se manifesta em diversas situações, como ao interpretar uma receita, preencher um formulário, ler notícias ou até mesmo interagir em redes sociais. Isso significa que não basta apenas saber ler e escrever, mas é essencial compreender e utilizar essas habilidades de maneira funcional e crítica na sociedade.

A alfabetização, por si só, não garante o letramento. Algumas pessoas são alfabetizadas, mas não desenvolvem competências de letramento suficientes para interpretar textos com profundidade e utilizar a escrita de forma significativa em suas vidas. Todavia, é fundamental que a educação não foque apenas no ensino mecânico da leitura e da escrita, mas também promova práticas que incentivem a compreensão e a aplicação desses conhecimentos em diferentes contextos.

2.1.3 Relação entre a alfabetização e letramento: diferenças e complementaridades

De acordo com o estudo desenvolvido por Nóbrega e Lucena

(2020), o conceito de alfabetizar letrando surge como uma proposta pedagógica que integra, simultaneamente, os processos de alfabetização como o domínio do código escrito e o letramento como o uso social e significativo da leitura e escrita. Essa abordagem tem ganhado destaque no ensino fundamental, especialmente nos anos iniciais, por sua capacidade de conectar as práticas de leitura e escrita às vivências e contextos dos estudantes.

O termo proposto por Magda Soares (2003), no qual articula duas dimensões complementares, em que alfabetizar condiz com ensinar a decodificação e escrita do sistema alfabético da língua. Enquanto letrar é inserir o aluno nas práticas sociais de uso da leitura e escrita, enfatizando sua funcionalidade e significados no cotidiano, alfabetizar letrando, portanto, significa ensinar a ler e escrever ao mesmo tempo em que se desenvolve a competência de participar de práticas sociais mediadas pela linguagem escrita (Alves, 2017).

Algumas das características desse processo é que a integração entre a alfabetização e o letramento não se trata de separar o ensino do código escrito do seu uso funcional, até porque o aprendizado da leitura e escrita ocorre simultaneamente à inserção do aluno em contextos reais e significativos de comunicação (La Banca, 2019).

De acordo com o estudo de Sforzi (2020), o processo de alfabetizar letrando considera as experiências, práticas culturais e sociais dos alunos, os textos do cotidiano, como receitas, notícias, músicas, bilhetes e histórias, são utilizados para dar significado ao aprendizado. Além disso, o aluno aprende a ler e escrever entendendo que a linguagem escrita tem

funções específicas na vida social, além da estimulação para o desenvolvimento da compreensão crítica e da capacidade de interpretar textos.

O processo envolve a exploração de diferentes gêneros textuais, tais como as narrativas, poemas, anúncios, cartas, sendo que essa variedade amplia o repertório linguístico e cultural dos estudantes (Alves, 2017).

Os objetivos de alfabetizar letrando no Ensino Fundamental é desenvolver habilidades técnicas e funcionais, como ensinar o código alfabético e ortográfico e garantir que os alunos saibam ler e escrever textos coerentes e compreensíveis, ensinar os usos cotidianos e funcionais da leitura e escrita e permitir que o aluno compreenda o papel da linguagem na comunicação e interação social (Nóbrega; Lucena, 2020).

De acordo com La Banca (2019), é fundamental promover a criticidade desde os anos iniciais, desenvolvendo o pensamento crítico por meio da leitura, da análise de textos e da capacitação dos alunos para interpretar e produzir textos de forma autônoma e reflexiva. A alfabetização com letramento no ensino fundamental constitui uma abordagem pedagógica que une o aprendizado técnico da leitura e da escrita à inserção em práticas sociais e culturais significativas. Essa proposta favorece o desenvolvimento de habilidades funcionais e críticas, formando estudantes capazes de atuar de maneira reflexiva na sociedade. Apesar dos desafios, seus benefícios são amplos, sobretudo no fortalecimento da cidadania e na preparação para os desafios da vida contemporânea (Sforni, 2020).

A alfabetização e o letramento são conceitos fundamentais no

campo da educação, especialmente no que se refere ao ensino da leitura e da escrita. Apesar de frequentemente tratados como sinônimos, eles possuem diferenças significativas em suas definições, objetivos e abordagens pedagógicas. A compreensão das distinções entre esses dois termos é essencial para o desenvolvimento de práticas educacionais eficazes (Alves, 2017).

A alfabetização se refere ao processo de aprendizagem do sistema alfabético de escrita. Além disso, envolve o domínio das habilidades técnicas de leitura e escrita, como a decodificação de palavras e a escrita de letras e frases, esse processo é essencialmente mecânico e está relacionado à compreensão das regras que regem o sistema de escrita, como a correspondência entre fonemas e grafemas. alfabetização. Portanto, é o ponto de partida para que uma pessoa se torne capaz de ler e escrever (Nóbrega; Lucena, 2020).

Em tese, o letramento não corresponde apenas a obtenção técnica da leitura e escrita, ele está conectado ao uso social e funcional dessas habilidades, ou seja, à competência de cultivar a leitura e a escrita em assuntos reais da vida cotidiana. O letramento emerge da inserção do indivíduo em práticas sociais que empregam a linguagem escrita, como ler um jornal, explicar uma receita ou compreender um contrato.

As principais diferenças entre alfabetização e letramento estão nos seus objetivos e escopo. Enquanto a alfabetização tem como objetivo ensinar o indivíduo a decodificar e escrever, o letramento se preocupa com o uso social dessas habilidades, enfatizando a funcionalidade e a aplicabilidade do que foi aprendido.

Segundo La Banca (2019), é possível que uma pessoa seja alfabetizada, mas não letrada, ou seja, saiba ler e escrever palavras, mas não consiga aplicar essas habilidades em situações práticas. Já a pessoa letrada, além de dominar a leitura e a escrita, é capaz de utilizá-las de maneira significativa em diferentes contextos.

Outra diferença relevante está na abordagem pedagógica. O ensino voltado exclusivamente para a alfabetização tende a priorizar a memorização de letras, sílabas e palavras, com foco em exercícios mecânicos, enquanto o letramento privilegia a contextualização, utilizando textos e práticas sociais como ponto de partida para o ensino. Seguindo isso, o letramento busca relacionar a aprendizagem da leitura e escrita com as experiências de vida dos alunos, tornando o processo mais significativo e relevante (Sforni, 2020).

Apesar das diferenças, alfabetização e letramento não devem ser vistos como opostos ou etapas separadas, mas como processos complementares. Uma educação de qualidade deve integrar ambos os aspectos, garantindo que os alunos não apenas aprendam a ler e escrever, mas também compreendam o significado e a utilidade dessas habilidades em suas vidas, essa integração é particularmente importante no ensino fundamental, quando se inicia o contato formal das crianças com a linguagem escrita (Sforni, 2020).

O avanço no processo de alfabetização e letramento também depende de fatores como a formação docente, os materiais pedagógicos disponíveis e o contexto socioeconômico dos alunos, os professores bem preparados são capazes de planejar atividades que equilibrem o ensino

técnico da leitura e escrita com práticas sociais que favoreçam o letramento. O acesso a textos variados e a experiências de leitura diversificadas é essencial para que os alunos desenvolvam tanto habilidades técnicas quanto competências sociais relacionadas ao uso da linguagem escrita (Nóbrega; Lucena, 2020).

Enquanto a alfabetização é o aprendizado do código escrito, o letramento é o uso social e significativo desse código, por isso, alfabetizar e letrar são processos que devem caminhar juntos, proporcionando aos alunos não apenas o domínio técnico da leitura e escrita, mas também a capacidade de participar de práticas sociais que utilizam a linguagem escrita. Essa abordagem integrada promove a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e preparados para os desafios da sociedade contemporânea (Sousa, 2021).

De acordo com Sousa (2021), a alfabetização e o letramento são dois conceitos fundamentais no campo da educação, especialmente no que diz respeito ao ensino da leitura e da escrita, apesar de que tenham origens e enfoques distintos, esses dois processos são complementares e, quando trabalhados de forma integrada, promovem um aprendizado mais completo e significativo. A compreensão de suas complementaridades é essencial para a formulação de práticas pedagógicas que atendam às demandas educacionais contemporâneas.

Em segmento, a alfabetização pode ser definida como o processo de aquisição do sistema alfabético de escrita, ou seja, o aprendizado das habilidades técnicas de leitura e escrita, como a decodificação de palavras e a correspondência entre letras e sons (La Banca, 2019). Esse processo é

fundamental, pois fornece a base para que o indivíduo possa ler e escrever. Sem a alfabetização, o acesso ao universo da linguagem escrita é impossível, pois ela representa o ponto de partida para o desenvolvimento das demais competências relacionadas à leitura e à escrita (Sousa, 2021).

Por outro lado, La Banca (2019) descreve em sua pesquisa que o letramento referente ao uso social da leitura e da escrita, enfatizando sua funcionalidade e aplicação em contextos reais da vida cotidiana. Ele se relaciona com a capacidade de compreender, interpretar e produzir textos em situações práticas e significativas, entretanto, o letramento, vai além do domínio técnico da leitura e escrita e envolve a inserção do indivíduo em práticas sociais que utilizam a linguagem escrita de maneira contextualizada.

A complementaridade entre alfabetização e letramento está na articulação entre o domínio do código escrito e a capacidade de utilizar de forma significativa, enquanto a alfabetização fornece as ferramentas básicas para ler e escrever, o letramento dá sentido a essas habilidades ao conectar aos contextos sociais e culturais, sem o letramento, a alfabetização o que torna um processo restrito e mecânico, e, sem a alfabetização, o letramento não pode ser plenamente desenvolvido (Nóbrega; Lucena, 2020).

No campo pedagógico, essa integração implica que o ensino da leitura e da escrita deve ser simultaneamente técnico e contextualizado, significa que, ao ensinar o sistema alfabético, os professores devem utilizar textos e atividades que estejam relacionados ao cotidiano dos alunos, favorecendo a compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos

para a comunicação, a expressão e a interação social (La Banca, 2019).

Essa abordagem integrada possibilita que os alunos não apenas aprendam a ler e escrever, mas também compreendam a função e a relevância dessas habilidades em suas vidas (Sousa, 2021).

Além disso, Sforzi (2020) descreve que a integração entre alfabetização e letramento contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico. Ao expor os alunos a diferentes gêneros textuais e práticas de leitura e escrita, eles são incentivados a interpretar, questionar e produzir textos com autonomia e reflexão, o que é especialmente importante em um mundo cada vez mais marcado pela circulação de informações, onde a capacidade de selecionar, compreender e criticar conteúdos é essencial.

Sousa (2021) destaca que um aspecto relevante dessa complementaridade está na valorização da diversidade de experiências e saberes prévios dos alunos. Ao reconhecer que muitos estudantes já vivenciam práticas iniciais de letramento antes mesmo do processo formal de alfabetização, como escutar histórias, reconhecer marcas ou observar textos no ambiente, a escola pode aproveitar esse repertório prévio para enriquecer o ensino. Isso demonstra que a alfabetização não se inicia do zero, mas se desenvolve a partir de conhecimentos já construídos.

As práticas pedagógicas que integram alfabetização e letramento também promovem maior engajamento dos alunos; as atividades significativas e contextualizadas despertam o interesse e a motivação para aprender, pois mostram que a leitura e a escrita têm um propósito e são úteis no dia a dia, como trabalhar com receitas, bilhetes, notícias ou

histórias permite que os alunos vejam a aplicação prática do que estão aprendendo, tornando o processo mais interessante e relevante (Alves, 2017).

No entanto, essa complementaridade enfrenta desafios, especialmente em contextos educacionais que priorizam apenas uma das dimensões. Quando o foco está exclusivamente na alfabetização, há o risco de o ensino se tornar mecânico e descontextualizado, dificultando a aplicação prática das habilidades de leitura e escrita (La Banca, 2019).

Por outro lado, enfatizar apenas o letramento pode levar à negligência do ensino sistemático do código alfabético, o que pode gerar lacunas no domínio técnico da leitura e escrita (Nóbrega; Lucena, 2020).

Portanto, é importante que políticas educacionais e práticas pedagógicas reconheçam a importância de integrar alfabetização e letramento. A formação de professores deve enfatizar essa complementaridade, capacitando-os para planejar atividades que combinem o ensino técnico com a contextualização. Dessa forma, as escolas devem garantir acesso a materiais diversificados e estimular práticas de leitura e escrita em diferentes contextos, favorecendo o desenvolvimento pleno dos alunos (Sforni, 2020).

A alfabetização e letramento são processos interdependentes que se complementam na formação de leitores e escritores competentes, enquanto a alfabetização fornece as bases técnicas para o domínio da leitura e escrita, o letramento dá significado e funcionalidade a essas habilidades, inserindo os indivíduos em práticas sociais relevantes (Nóbrega; Lucena, 2020).

Entretanto, trabalhar essas dimensões de forma integrada é

essencial para uma educação que não apenas ensine a ler e escrever, mas também forme cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar de maneira significativa em sua comunidade e no mundo.

CAPÍTULO 03

MARCO METODOLÓGICO

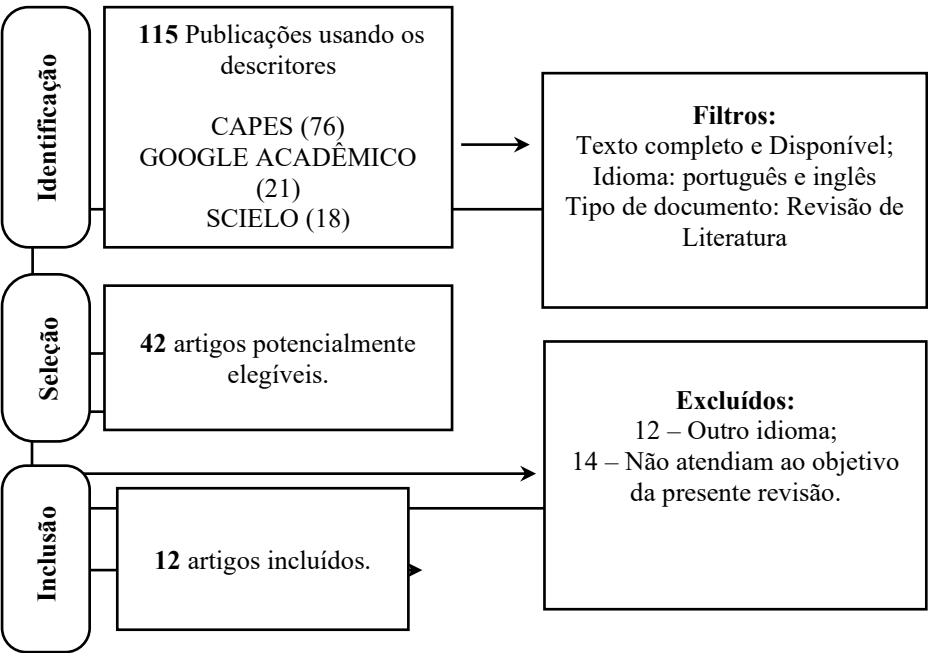
3 MARCO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, na qual o autor utilizou fontes científicas como base para seu desenvolvimento, aplicando critérios que serão apresentados a seguir.

No entanto, os aspectos foram explorados tiveram como principais pontos os preceitos apresentados pela Base Nacional Comum Curricular no processo de alfabetização e letramento, podendo então ser compreendido como uma revisão, devido ao uso das publicações que foram considerados e discutidos o estado do objeto pesquisado.

Quadro 4 - Fluxograma da estratégia de busca e seleção dos artigos



Fonte: Elaboração própria (2025)

3.2 BASE DE DADOS E PALAVRAS-CHAVE

Para a melhor percepção estratégica inerente à contextualização apresentada neste estudo, é de grande relevância demonstrar informações referentes aos principais arquivos e pesquisas que foram utilizados, com os principais autores que atenderam aos métodos de aplicação.

O quadro abaixo representa uma breve demonstração, em ressalva ao que foi mencionado dos artigos utilizados como base para o desenvolvimento deste.

Quadro 5 – DECs, artigos e base de dados

Nº	Título	Autor e ano	Objetivo	Principais achados
01	BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências	Ângela Cristina Alves Albino; Andréia da Ferreira da Silva – 2019	O presente estudo analisa a proposta de formação preconizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNCFP), em sua versão preliminar de dezembro de 2018.	Examina essas propostas, compreendendo-as como marcadas por disputas em torno da definição de um projeto curricular para a educação no País.
02	Dos PCNEM a nova BNCC para o ensino de ciências: um diálogo sob a ótica da alfabetização	Thiago Vicente de Assunção; Ana Paula Bruno Silva – 2020	O trabalho tem como objetivo apresentar um diálogo entre as expectativas apresentadas pelos documentos	A visão aqui defendida pode trazer direcionamentos mais efetivos na construção de práticas no ensino de ciências que almejem o

	científica		oficiais de educação para a formação do aluno do ensino médio e os parâmetros da alfabetização científica.	desenvolvimento de competências no aluno para a sua atuação em sociedade de forma autônoma, crítica e consciente.
03	Alfabetização e letramento	Magda Soares; Antônio Batista – 2020	A ampliação do conceito de alfabetização se manifesta não só nos Censos, mas também na escola. Até recentemente, considerava-se que a entrada da criança no mundo da escrita se fazia apenas pela alfabetização, pelo aprendizado das “primeiras letras”, pelo desenvolvimento das habilidades de codificação e de decodificação.	O uso da linguagem escrita, em práticas sociais de leitura e produção de textos seria uma etapa posterior à alfabetização, devendo ser desenvolvido nas séries seguintes.
04	Pedagogia da autonomia	Paulo Freire – 1996	Creio que uma das qualidades essenciais que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é a segurança em si mesma. É a segurança que se expressa na firmeza com que atua, com que decide, com que respeita as	A segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, e que não se esforce para estar à altura de sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua

			liberdades, com que discute suas próprias posições, e com que aceita rever-se.	classe.
05	Reflexões sobre documentos curriculares brasileiros acerca do trabalho com gêneros discursivos	Telma Leal; Joselmo Santana – 2015	Esta pesquisa objetivou investigar a influência da abordagem Bakhtiniana sobre propostas curriculares brasileiras, por meio de análise de conteúdo de 26 documentos elaborados na primeira década deste século.	Concluiu-se que há grande influência da abordagem Bakhtiniana nos documentos, embora em muitos dos pressupostos básicos dessa perspectiva teórica sejam explicitados de modo incipiente.
06	Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil?	Francisca Maciel – 2019	O alfabetizador tem, diante dele, um grupo de alfabetizando com histórias, conhecimentos, condições socioeconômicas culturais distintas e, por isso, cabe ao alfabetizador saber lidar com esse aluno no seu todo e não apenas em uma fatia do que é necessário ao aprendizado da leitura e da escrita.	É no cotidiano da sala de aula que os fazeres, as práticas e os saberes são construídos, assim como as dificuldades encontradas e, muitas delas, sanadas pelos alunos e professores no processo de alfabetização, tematizadas nas pesquisas.
07	A alfabetização científica no ensino fundamental: desafios encontrados	Solange de Oliveira – 2017	Vivemos em uma era em que a sociedade está cotidianamente envolvida com os avanços científicos e	Assim, apesar de todas as dificuldades encontradas para ensinar Ciências, o ensino acontece e elas estão comprometidas com sua função

	pelos docentes em escolas municipais		tecnológicos cada vez mais acentuados, sendo necessário alfabetizar cientificamente a população, de modo que ela possa fazer uma leitura do mundo no qual está inserida, compreendendo assim a realidade de forma crítica.	social: promover o acesso a conhecimentos que ajudem seus alunos a fazerem uma leitura do mundo e, como diria Chassot, transformá-lo, de preferência para melhor.
08	A psicologia da criança	Jean Piaget – 1998	A psicologia da criança estuda o crescimento mental e o desenvolvimento dos comportamentos da criança até a fase de transição constituída pela adolescência, que marca a inserção do indivíduo na sociedade adulta.	As influências do meio adquirem importância cada vez maior a partir do nascimento, tanto do ponto de vista orgânico quanto do mental. A psicologia da criança não poderia, portanto, recorrer apenas a fatores de maturação biológica.
09	As contribuições da teoria da aprendizagem de Lev Vygotsky para o desenvolvimento da competência em informação	Letícia Rodrigues Santos; Elisângela Andrade – 2021	A teoria da aprendizagem de Vygotsky defende que o aprendizado se dá pela interação social, que o desenvolvimento do indivíduo é resultado da relação com o outro e com o mundo que o cerca.	Concluiu-se que a teoria da aprendizagem de Vygotsky traz contribuições significativas no que tange ao desenvolvimento da competência em informação, para que os estudantes da EPT se tornem indivíduos críticos e reflexivos, que possam atuar na sociedade de modo a transformá-la.

10	Letramento: desafios e perspectivas do ensino nos anos iniciais	Francisca Silva – 2019	A presente discussão propõe uma reflexão acerca do letramento, destacando o estudo do processo de alfabetização nos anos iniciais como uma oportunidade para repensar a prática pedagógica no contexto escolar. Sistematizar essa temática exige um olhar crítico sobre a historicidade do ensino da leitura e da escrita da língua materna, com base em uma retomada bibliográfica que contribua para a compreensão da construção do conhecimento.	Dada a importância do ensino nos anos iniciais, a alfabetização tem sido amplamente discutida e analisada por estudiosos e pesquisadores da área da educação, que demonstram preocupação com a realidade atual. Há décadas observam-se dificuldades de aprendizagem, contudo, pouco tem sido feito de forma efetiva para enfrentar esse problema.
11	Alfabetização e letramento: utilização dos métodos no processo de alfabetização e letramento dos alunos nos anos iniciais	Valéria Silva; Érica Coelho – 2020	O presente trabalho tem como objetivo mostrar o processo histórico de alfabetização no Brasil, bem como as abordagens e a utilização nas práticas pedagógicas.	O presente trabalho evidenciou que, ao longo de seu contexto histórico, o Brasil sempre buscou métodos de alfabetização que atendessem às demandas sociais de cada época. No entanto, constatou-se que não existe um único método a ser seguido, mas sim diferentes abordagens, que devem ser aplicadas

				conforme a realidade e as necessidades específicas de cada ambiente alfabetizador.
12	A Base Nacional Comum Curricular e a área de ciências da natureza	Bruno Sipavicius – 2019	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada em dezembro de 2017 pelo Ministério da Educação. A leitura crítica da BNCC, especialmente a disciplina de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, gerou o presente ensaio. Na BNCC há contradição entre propostas de currículo.	Contudo, em grande parte, a BNCC apresenta um currículo de caráter tecnicista. Isso se evidencia pelo excesso de habilidades atribuídas à disciplina de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, sem, porém, fornecer esclarecimentos suficientes sobre como aplicá-las de forma investigativa.

Fonte: Elaboração própria (2025)

O quadro apresenta os doze periódicos mais utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Em sua maioria, eles discutem a importância da alfabetização e do letramento nos anos iniciais, tendo como referência a BNCC. Ressalta-se, ainda, que as bases de dados mais consultadas foram selecionadas a partir da aplicação de descritores previamente definidos.

O estudo é baseado na análise de obras e artigos científicos, conforme vem sendo enfatizado, que tratam da alfabetização enquanto prática social e do letramento como experiência significativa que transcende a mera decodificação de palavras.

Foram selecionados textos de autores consagrados, como Paulo

Freire, cuja perspectiva libertadora da educação convida à escuta ativa do sujeito, valorizando seu universo vocabular e sua capacidade de construir sentido a partir do mundo que o cerca. Entretanto, a sua contribuição é essencial para repensar a prática pedagógica como um ato de diálogo e não de imposição, rompendo com uma concepção bancária de ensino.

Além disso, foi feito presente o pensamento de Jean Piaget, que contribui com uma compreensão do desenvolvimento cognitivo das crianças, destacando que o aprendizado ocorre por meio da interação ativa com o meio. Piaget leva a perceber que a alfabetização precisa respeitar o tempo interno da criança, levando em consideração as suas estruturas mentais em formação e os estágios do seu raciocínio lógico.

3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS NA SELEÇÃO DE MATERIAIS

Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos com o objetivo de analisar a relevância preliminar dos artigos. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos estudos selecionados, a fim de assegurar que atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos. Paralelamente, foram excluídos os estudos duplicados ou aqueles que, após a leitura completa, não se mostraram diretamente relevantes para a pesquisa.

Foram utilizados quatro bases de dados principais para a seleção de artigos e periódicos, tais como, Scielo, CAPES e Google Acadêmico, em que foram aplicados descritores para enfatizar mais, ou seja, evitar a propagação de artigos sem relação com o tema. Os decs aplicados foram: alfabetização, letramento, anos iniciais, ensino anos iniciais, ensino fundamental, BNCC, Base Nacional Comum Curricular. Combinando com

operadores booleanos como “and” e “or”, no entanto, foram utilizadas as combinações de palavras-chave com operadores booleanos para refinar os resultados e garantir que os estudos selecionados tenham relevância direta com o tema.

Após o cruzamento, foram lidos os títulos e resumos dos artigos que foram encontrados, sendo que os artigos estão qualificados nos critérios de inclusão que foram lidos integralmente. Assim, houve a realização da coleta de dados relacionada a alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental com a proposta da BNCC.

Foi feita a leitura detalhada dos títulos e resumos dos mesmos e foram excluídos os estudos que não abordavam especificamente o objetivo da pesquisa e as revisões de literatura. Após esta seleção, 12 pesquisas atenderam a todos os critérios para compor a presente revisão (Quadro 5).

Após a leitura criteriosa e analítica dos 12 artigos incluídos na revisão, foram elaborados quadros apresentando as características das pesquisas e das populações estudadas e os principais resultados sobre a proposta do tema relacionado a importância da alfabetização e letramento.

A pesquisa foi conduzida de forma ética, respeitando os princípios que orientam a produção científica, e, por se tratar de uma análise exclusivamente teórica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não envolve sujeitos humanos, tampouco coleta de dados empíricos. Mesmo assim, foram seguidas diretrizes de rigor acadêmico, com atenção à fidedignidade das fontes utilizadas e ao devido crédito intelectual dos autores.

3.4 MÉTODOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão na seleção da base de sustentação literária. Foram considerados artigos, revistas, revisões e outros periódicos de acesso aberto, publicados em língua portuguesa entre os anos de 2010 e 2024. A seleção restringiu-se a estudos que abordassem o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais, em consonância com a BNCC.

No entanto, foram excluídos os materiais que não atendiam à pergunta norteadora da pesquisa ou à temática proposta, bem como aqueles que se apresentavam duplicados nas bases de dados. Os principais periódicos selecionados serão descritos no próximo tópico.

3.5 RISCOS E BENEFÍCIOS DA PESQUISA

Segundo Prestes (2016, p. 30) “para efetuar esse tipo de pesquisa, deve-se fazer um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhadas por outros estudiosos, assimilando-se os conceitos e explorando-se os aspectos já publicados”. Desse modo, há possíveis riscos durante a elaboração da pesquisa, como por exemplo: uma interpretação equivocada das informações elencadas pelos autores, por isso a importância de aprofundar a pesquisa, e em seguida, expor a análise. Pode-se apontar, ainda, outro risco possível: a seleção de material com informações “ultrapassadas”, ou mesmo com uma linguagem pouco acessível. Assim, primar por materiais atuais e com autores especialistas no tema é essencial para uma boa pesquisa.

Nesse contexto, fica claro os benefícios da pesquisa tendo em vista

que é um instrumento incentivador para novas abordagens. Especialmente para os professores do Ciclo de Alfabetização dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois tal pesquisa impulsiona a reverem as suas práticas de alfabetização e letramento. A base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve ser um guia para tais profissionais, pois esboça com clareza como deve acontecer o ensino de leitura e escrita na alfabetização.

3.6 PROCEDIMENTO ÉTICO

Este trabalho foi elaborado mediante uma revisão da literatura, ou seja, consiste em uma reunião de fontes científicas seguras que elucidam a proposta inicial da pesquisa e que, em suma, respondem ao objetivo inicial da pesquisa.

Diante disso, a referida pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética – Plataforma Brasil (CEP/CONEP), tendo em vista que durante a pesquisa excluiu-se o envolvimento de seres humanos ou afins.

3.7 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Esse estudo trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, cuja pré-análise dos dados iniciou-se a partir de uma investigação aprofundada em obras de especialistas que abordam a alfabetização e o letramento.

Em seguida, utilizou-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento atual que apresenta uma abordagem inovadora sobre o tema da pesquisa, servindo como referência para a comparação com as ideias propostas pelos autores selecionados.

A análise dos dados ocorreu após uma profunda leitura da BNCC,

sabendo que o principal objetivo dessa pesquisa é discorrer sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no processo de alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, foi possível perceber que há muitos anos se falava em Alfabetização e Letramento, e autores renomados já ampliaram essa temática em seus estudos.

CAPÍTULO 04

RESULTADOS E DISCUSSÕES

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A ALFABETIZAÇÃO

Albino e Silva (2019) discorreram que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes brasileiros ao longo da educação básica. Ela foi instituída com o objetivo de orientar os currículos de escolas públicas e privadas em todo o território nacional, por isso, o documento em questão representa um marco na história educacional brasileira.

A formação humana na BNCC é costurada por uma dimensão humana e jurídica do direito de aprender, bem como fundamentada na educação baseada em competências. É uma política de currículo baseada em experiências internacionais e justificada também por essas experiências. É importante salientar que nenhum documento curricular possui pureza epistemológica ou está ausente de processos de lutas e múltiplas colagens; ele é interdiscursivo e intertextual. Nesse sentido, a BNCC traz marcas ideológicas, tensões e diferenças, negadas em seu processo de construção (Albino; Silva, 2019, p. 141).

Este estudo aborda o surgimento, histórico, conceitos, marcos legais e características da BNCC, destacando sua importância no contexto educacional (Albino; Silva, 2019).

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Costa, Farias e Souza (2019), a proposta de uma base nacional para a educação brasileira remonta às discussões sobre a necessidade de padronizar os direitos de aprendizagem, com o objetivo de reduzir desigualdades e garantir uma formação básica comum para todos os estudantes.

A proposta ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que determinou, em seu artigo 210, a obrigação de “fixar conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum” (Cericato, 2018).

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, consolidou a necessidade de uma base comum ao prever que os currículos da educação básica deveriam ter uma parte comum e outra diversificada, adequada às especificidades regionais. No entanto, a efetivação de uma base nacional começou a ser formalmente discutida apenas em meados da década de 2010 (Cássio, 2018).

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, incluiu como uma de suas metas a construção e implementação de uma Base Nacional Comum Curricular. A partir de 2015, o Ministério da Educação (MEC) iniciou o processo de elaboração da BNCC, envolvendo especialistas, professores, gestores e a sociedade civil em consultas públicas e revisões (Costa; Farias; Souza, 2018).

O documento final foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado em Dezembro de 2017 para a educação infantil e o ensino fundamental. Em 2018, foi homologada a BNCC para o ensino médio, e, com isso, a BNCC tornou-se obrigatória e passou a orientar os currículos das redes de ensino e a formação de professores.

A BNCC é um documento normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades fundamentais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica. Sua principal função é assegurar a equidade no processo de aprendizagem,

promovendo uma formação integral que prepare os alunos para enfrentar os desafios do século XXI.

Com essa incumbência, a BNCC reforça ainda mais o quanto o período de alfabetização é importante, pois sabemos que as práticas de alfabetização e letramento devem estar presentes na vida da criança desde a Educação Infantil e ao longo de sua trajetória escolar. E, não somente no ciclo de alfabetização, mas também no Ensino Fundamental.

De acordo com a pesquisa realizada por Cericato (2018), o conceito de formação integral, central na BNCC, abrange os aspectos cognitivos, socioemocionais e culturais, reconhecendo o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Entretanto, a BNCC também é estruturada em competências gerais, que são os objetivos amplos de formação dos estudantes, e em competências específicas, que detalham os conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos em cada área e etapa de ensino.

Moreno (2016) descreve que a BNCC está fundamentada em importantes marcos legais da educação brasileira, seguindo abaixo:

- Constituição Federal de 1988: Estabelece a obrigatoriedade de fixar conteúdos mínimos para assegurar a formação básica comum.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996: Prevê uma base nacional comum para a educação básica, com respeito às diversidades regionais e locais.
- Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014: Determina a construção da BNCC como uma de suas metas.

- Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE): Regulamentam a implementação da BNCC nas escolas e sistemas de ensino (Moreno, 2016).

Esses marcos legais refletem o compromisso do Estado brasileiro com a garantia de uma educação de qualidade, equitativa e que respeite as diversidades culturais e regionais do país (Moreno, 2016).

A BNCC apresenta características fundamentais que orientam sua aplicação, entre elas o caráter normativo, que a torna obrigatória e norteadora dos currículos das escolas públicas e privadas em todo o país. Cabe destacar que a BNCC não é um currículo em si, mas um documento que define parâmetros para a elaboração dos currículos locais (Albino; Silva, 2019).

De acordo com Hypólito (2019), a BNCC está organizada em três etapas da educação básica: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e o Ensino Médio.

A BNCC estabelece 10 competências gerais, que são os objetivos amplos da educação básica, como o desenvolvimento do pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural e o uso responsável das tecnologias digitais. Também há competências específicas para cada área do conhecimento e etapa de ensino (Hypólito, 2019).

O documento promove uma educação integral, abrangendo os aspectos cognitivos, socioemocionais, culturais e éticos do desenvolvimento humano. Apesar de normatizar os direitos de aprendizagem, a BNCC respeita as especificidades regionais e locais, permitindo que os currículos sejam adaptados às realidades de cada

comunidade (Sousa, 2020).

A BNCC adota a perspectiva de ensino por competências, que integra conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para a solução de problemas e a atuação em diferentes contextos, ela assegura que todos os estudantes tenham acesso a aprendizagens essenciais, independentemente da região ou instituição de ensino (Silva, 2018).

O documento supramencionado representa um marco para a educação brasileira, pois busca promover equidade e qualidade na aprendizagem, independentemente das diferenças regionais, culturais ou econômicas, ao definir os direitos de aprendizagem, ela ajuda a reduzir desigualdades educacionais e a estabelecer parâmetros claros para a formação dos estudantes (Santos; Pereira, 2016).

Além disso, Pires, Comerlatto e Lima (2017) destacam em sua pesquisa que a BNCC contribui para a formação de cidadãos preparados para os desafios do mundo contemporâneo, como a globalização, o avanço tecnológico e as demandas do mercado de trabalho. O documento também fortalece a autonomia das redes de ensino e das escolas, ao orientar a elaboração de currículos contextualizados e significativos.

Apesar de sua relevância, a implementação da BNCC enfrenta desafios significativos, a formação de professores é um dos principais, pois demanda capacitação para que os educadores compreendam e apliquem os princípios e diretrizes do documento em sala de aula. Outro desafio está na adaptação dos materiais didáticos, que precisam estar alinhados às competências e habilidades propostas (Peroni; Caetano; Lima, 2017).

A infraestrutura das escolas também pode ser uma barreira,

especialmente em regiões mais vulneráveis, onde há falta de recursos básicos. Por fim, o envolvimento da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, alunos e famílias, é essencial para que a BNCC seja efetivamente aplicada e traga benefícios concretos para a educação (Neira; Júnior; Almeida, 2016).

A infraestrutura das escolas brasileiras é uma batalha a ser vencida ainda. O cenário atual implica negativamente na atuação do professor e na potencialização das habilidades das crianças. A criança precisa de espaço e ambientes propícios para aprimorar o conhecimento. A sala de aula e o professor como orientador são o início desse processo. É preciso experienciar, e criar possibilidades.

No estudo desenvolvido por Albino e Silva (2019), a BNCC é um documento essencial para a educação brasileira, pois estabelece os direitos de aprendizagem de forma equitativa e estruturada, promovendo uma formação integral dos estudantes. A sua implementação requer esforços conjuntos entre políticas públicas, formação docente e adaptação curricular, mas seu potencial para transformar a educação no Brasil é inegável.

Ao assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, a BNCC contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e preparada para os desafios do século XXI.

4.2 PANORAMA GERAL DA BNCC: LINHA DO TEMPO, ESTRUTURA CURRICULAR E DEMAIS CARACTERIZAÇÕES

A partir desse ponto, será apresentada uma análise baseada na linha do tempo da estrutura curricular do ensino fundamental, com ênfase

em sua evolução histórica, na organização pedagógica e em suas circunstâncias práticas. Nesse contexto, destaca-se o desenvolvimento e a inserção da BNCC como resultado de um processo histórico que envolve diferentes percepções legais.

A partir disso, serão apresentados os principais acontecimentos com base no estudo realizado nas literaturas. Então, serão destacados os principais acontecimentos identificados a partir do estudo das literaturas analisadas.

1988 - Constituição Federal: A Constituição determinou, em seu artigo 210, a necessidade de fixar conteúdos mínimos para assegurar uma formação básica comum, plantando a ideia de um documento que normatizasse a educação no Brasil.

1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): A LDB, em seu artigo 26, estabeleceu a necessidade de uma base nacional comum que orientasse os currículos da educação básica, garantindo o respeito às diversidades regionais.

2014 – Plano Nacional de Educação (PNE): O PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, incluiu como uma de suas metas a elaboração e implementação da BNCC, impulsionando o processo de construção do documento.

2015 – Início da Elaboração da BNCC: O Ministério da Educação (MEC) deu início ao processo de construção da BNCC, envolvendo especialistas, educadores e a sociedade civil em consultas públicas.

2017 – Homologação da BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Após ampla revisão e debates, o documento foi homologado

pelo MEC, tornando-se obrigatório para todas as escolas.

2018 – Homologação da BNCC para o Ensino Médio: O documento foi aprovado e homologado, completando a definição dos direitos de aprendizagem para todas as etapas da educação básica.

2020 – Implementação Obrigatória: A BNCC passou a ser obrigatória em todas as redes de ensino, orientando os currículos escolares em âmbito nacional.

A BNCC organiza o ensino em áreas do conhecimento que abrangem diferentes componentes curriculares. O Ensino Fundamental, conforme definido pela BNCC, é composto por nove anos de escolaridade obrigatória, organizados em dois segmentos principais: anos iniciais e anos finais. A estrutura curricular visa garantir uma progressão contínua e articulada das aprendizagens (Costa; Farias; Souza, 2019).

Nesse viés, os anos iniciais, que compreendem do 1º ao 5º ano, têm como objetivo desenvolver as habilidades de leitura, escrita e raciocínio lógico, além de promover a inserção dos alunos no ambiente escolar. Ressalta-se que suas principais características estão relacionadas aos componentes curriculares, integrando as demais matérias e disciplinas.

A abordagem interdisciplinar, pautada em práticas pedagógicas integradas, favorece a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento. Além disso, destaca-se a ênfase na Alfabetização e no Letramento, de modo que, até o final do 2º ano, espera-se que os alunos estejam alfabetizados, conforme as metas estabelecidas pela Política Nacional de Alfabetização.

Já os anos finais do Ensino Fundamental, que abrange do 6º ao 9º

ano, têm como objetivo aprofundar os conhecimentos adquiridos nos anos iniciais e preparar os estudantes para o Ensino Médio. Suas características incluem a ampliação dos componentes curriculares, contemplando não apenas as disciplinas já trabalhadas nos anos iniciais, mas também novos conteúdos que ampliam a formação do aluno.

De acordo com Mueller e Checinel (2020), a organização do ensino nos anos finais do Ensino Fundamental passa a ser estruturada por disciplinas, em que cada área do conhecimento é trabalhada de forma específica. Nesse contexto, também se destaca o desenvolvimento de competências socioemocionais, com ênfase no trabalho colaborativo, na resolução de conflitos e na autogestão.

A estrutura curricular definida pela BNCC para o ensino fundamental é essencial para garantir o direito de aprendizagem de todos os estudantes brasileiros. Ao estabelecer uma base comum, a BNCC contribui para reduzir desigualdades educacionais e promove uma educação de qualidade em âmbito nacional.

Além disso, sua organização por competências e áreas do conhecimento prepara os estudantes para os desafios do século XXI, promovendo o pensamento crítico, a criatividade e a cidadania.

Diante ao exposto, a BNCC representa um marco no sistema educacional brasileiro, organizando o ensino básico em uma estrutura curricular que articula competências gerais e específicas, promovendo a formação integral dos estudantes a sua implementação no ensino fundamental assegura o desenvolvimento de habilidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e as especificidades regionais, apesar

dos desafios de sua aplicação, a BNCC é fundamental para promover uma educação equitativa, inclusiva e alinhada às demandas do mundo contemporâneo.

4.3 ALFABETIZAÇÃO NA BNCC: DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS

Conforme vem sendo mensurado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que orienta o ensino em todo o Brasil, determinando as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas a todos os estudantes na Educação Básica (Batista; Ribeiro, 2015).

No que tange à alfabetização, a BNCC estabelece diretrizes específicas para os primeiros anos do Ensino Fundamental, com vistas a garantir que todas as crianças desenvolvam as competências necessárias para ler e escrever com autonomia (Mortatti, 2019).

No Ensino Fundamental, especialmente no ciclo de alfabetização, para que a criança tenha acesso a leitura e escrita de forma integral, autônoma, é preciso que o professor e a instituição escolar tenham essas diretrizes como base do seu currículo. Dessa forma, o ensino fará real sentido para o estudante, não somente no contexto escolar, com os pares, mas na vida cotidiana.

Almeida (2019) descreveu que a BNCC foi instituída em 2017 e está embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que prevê a necessidade de um currículo nacional unificado. Em tese, a alfabetização, nesse contexto, é entendida como um

direito de todas as crianças e considerada um dos pilares do processo educacional, essencial para o desenvolvimento pessoal, social e acadêmico.

De acordo com o estudo de Batista e Ribeiro (2015), os autores descreveram que o documento reflete também compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para a alfabetização plena até o 3º ano do Ensino Fundamental.

A teoria da aprendizagem é um campo da educação e da psicologia que busca compreender como os seres humanos adquirem, modificam e mantêm conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos ao longo da vida. Esse estudo aborda os principais conceitos, abordagens e contribuições de diferentes teorias da aprendizagem, destacando suas aplicações e implicações no processo educativo (Almeida, 2019).

De acordo com o estudo desenvolvido por Bunzen (2019), a aprendizagem pode ser compreendida como uma mudança relativamente permanente no comportamento ou no conhecimento, resultante da experiência, da prática ou da interação com o meio. Embora existam diferentes perspectivas teóricas sobre como ela ocorre, todas compartilham a premissa de que a aprendizagem é essencial para o desenvolvimento humano e para a adaptação ao ambiente.

Entre as principais teorias da aprendizagem, destacam-se o behaviorismo, o cognitivismo, o construtivismo e o sóciointeracionismo, e cada uma dessas abordagens oferece uma perspectiva única sobre os processos de ensino e aprendizagem (Almeida, 2019).

O behaviorismo, representado por autores como John Watson, Ivan Pavlov e B.F. Skinner, define a aprendizagem como uma mudança observável no comportamento, resultante de estímulos externos e respostas associadas. Pavlov, com seus experimentos de condicionamento clássico, demonstrou como associações entre estímulos podem gerar respostas aprendidas (Frade, 2019).

Skinner, por sua vez, desenvolveu o conceito de condicionamento operante, enfatizando o papel de reforços e punições no fortalecimento ou enfraquecimento de comportamentos. No contexto educacional, o behaviorismo é aplicado em estratégias como reforço positivo, prática repetitiva e modelagem de comportamentos desejados (Mortatti, 2019).

De acordo com Almeida (2019), o cognitivismo, por outro lado, concentra-se nos processos mentais internos envolvidos na aprendizagem, como atenção, memória, percepção e resolução de problemas. Essa abordagem enfatiza o papel ativo do indivíduo na construção do conhecimento.

Jean Piaget é um dos principais representantes dessa perspectiva, com sua teoria do desenvolvimento cognitivo que identifica estágios de maturação mental (sensório-motor, pré-operatório, operacional concreto e operacional formal). A aprendizagem, para Piaget, ocorre quando há desequilíbrio entre o que a pessoa já conhece e a nova informação, levando à assimilação e à acomodação. Outro autor importante, é Jerome Bruner, que introduziu o conceito de aprendizagem por descoberta e o papel das estruturas cognitivas na aquisição do conhecimento (Fradem, 2019).

Frade (2019) continua sua percepção apresentando que

o construtivismo, amplamente influenciado por Piaget e por Lev Vygotsky, propõe que a aprendizagem ocorre quando os indivíduos constroem ativamente seu conhecimento a partir de experiências e interações.

O construtivismo ressalta que a aprendizagem é um processo individual, mas profundamente influenciado pelo ambiente e pelas experiências sociais. Vygotsky, em sua abordagem sócio-histórica, introduziu conceitos como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que descreve o espaço entre o que uma pessoa pode fazer sozinha e o que pode realizar com a ajuda de outros (Frade, 2019). Ele também destacou a mediação cultural, enfatizando que a aprendizagem é mediada por instrumentos culturais, como a linguagem.

O sóciointeracionismo, que também tem Vygotsky como uma de suas principais influências, aprofunda a ideia de que a aprendizagem é essencialmente social e colaborativa. Segundo essa teoria, o desenvolvimento cognitivo resulta da interação entre o indivíduo e o ambiente social (Buogo, 2020).

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Mortatti (2019), a mediação do professor, de colegas ou de outros agentes educacionais é central para o progresso do aluno. No campo educacional, essa perspectiva incentiva práticas como trabalho em grupo, uso de ferramentas tecnológicas e diálogo como elementos fundamentais para a aprendizagem.

As teorias da aprendizagem elucidam como os indivíduos aprendem, e, ainda, dirigem as práticas pedagógicas, como no

behaviorismo, em que o ensino é estruturado com base na repetição, no reforço e no feedback.

Em suma, as teorias da aprendizagem norteiam como o processo de aprendizagem acontece quando recebemos o conhecimento. O professor precisa, diante disso, filtrar os conceitos elencados pelos estudiosos e dispor de práticas de ensino atuais, mas que, de certa forma, trazem em seu contexto, um viés desses estudos importantes.

No cognitivismo, as estratégias incluem o uso de mapas mentais, organização de informações e estímulo à resolução de problemas, já no construtivismo e no sóciointeracionismo, as práticas pedagógicas promovem a aprendizagem ativa, a colaboração e a contextualização dos conteúdos (Almeida, 2019).

Existem também teorias complementares que enriquecem a compreensão sobre a aprendizagem, destacando o papel da observação, da imitação e da autoeficácia nesse processo. Essas perspectivas defendem que o aprendizado ocorre tanto pelo contato direto com a experiência quanto pela reflexão sobre ela, configurando um ciclo contínuo de ação e reflexão.

A tecnologia também tem impactado significativamente as teorias da aprendizagem, levando ao desenvolvimento de abordagens contemporâneas, como o conectivismo. Essa teoria, proposta por George Siemens, enfatiza a aprendizagem em rede e a importância de conectar-se a fontes diversas de conhecimento em um mundo digitalizado. O conectivismo considera que o conhecimento não está apenas na mente do indivíduo, mas também distribuído em sistemas e comunidades.

As teorias da aprendizagem destacam a importância de considerar as características individuais dos aprendizes, como idade, interesses, cultura, estilo de aprendizagem e contexto social. Cada teoria oferece ferramentas valiosas para os educadores, que podem adaptá-las às necessidades específicas de seus alunos e às demandas do ambiente educacional (Almeida, 2019).

Segundo Bunzen (2019), a teoria da aprendizagem constitui um campo amplo e dinâmico em constante evolução, à medida que novas pesquisas e tecnologias ampliam a compreensão sobre como as pessoas aprendem. Seja no contexto escolar, em programas de formação profissional ou na educação informal, essas teorias oferecem bases sólidas para a construção de práticas pedagógicas eficazes e transformadoras.

A integração de diferentes perspectivas permite um entendimento mais completo e uma abordagem mais rica e adaptável para promover o aprendizado em diversos contextos (Bunzen, 2019).

De acordo com o estudo de Frade (2019), a aprendizagem é um processo essencial para o desenvolvimento humano e está presente em diferentes contextos, como na escola, no trabalho, na vida social e no ambiente familiar. De forma geral, a aprendizagem pode ser definida como uma mudança relativamente permanente no comportamento, no conhecimento ou nas habilidades, resultante de experiências, interações ou prática.

Conforme Leal, Silva, Costa e Pimentel (2015), a aprendizagem é compreendida como um processo dinâmico e contínuo, que possibilita ao indivíduo adaptar-se ao ambiente e interagir de forma mais eficaz com ele.

Nesse sentido, desempenha um papel essencial tanto na aquisição de novos conhecimentos quanto no desenvolvimento de competências e na transformação pessoal, podendo ocorrer em contextos formais, como o escolar, ou informal, em situações cotidianas.

Entre os principais elementos que caracterizam a aprendizagem, destaca-se o papel da experiência. A aprendizagem é baseada em interações com o meio, que levam à aquisição de novas informações ou à modificação de conhecimentos e comportamentos existentes. Esse processo pode ser consciente, como ao estudar um tema específico, ou inconsciente, como na aquisição de hábitos ou habilidades motoras (Leal; Silva; Costa; Pimentel, 2015).

Outro aspecto central da aprendizagem é sua natureza ativa. Embora influenciada por fatores externos, como estímulos ambientais ou instruções de um professor, a aprendizagem depende do envolvimento ativo do aprendiz, que processa, organiza e constrói significados a partir das informações recebidas. Esse aspecto destaca a importância da motivação, do interesse e da curiosidade no processo de aprendizagem (Garcia, 2016).

Existem diferentes tipos de aprendizagem que variam de acordo com o contexto e o objetivo. A aprendizagem cognitiva, por exemplo, refere-se à aquisição de informações e conhecimentos que envolvem processos mentais, como atenção, memória e raciocínio. A aprendizagem motora, envolve o desenvolvimento de habilidades físicas, como andar de bicicleta ou tocar um instrumento musical. A aprendizagem emocional está relacionada ao desenvolvimento de competências socioemocionais, como

a empatia, o autocontrole e a resiliência (Mortatti, 2019).

Além disso, a aprendizagem pode ser classificada de acordo com os níveis de profundidade. A aprendizagem superficial ocorre quando o indivíduo memoriza informações sem compreender seu significado ou aplicação prática. Por outro lado, a aprendizagem significativa se refere quando o aprendiz relaciona os novos conhecimentos com conceitos e experiências previamente adquiridos, promovendo uma compreensão mais profunda e duradoura (Garcia, 2016).

A aprendizagem também é influenciada por diversos fatores, internos ou externos ao indivíduo. Entre os fatores internos, há um destaque na idade, no nível de desenvolvimento cognitivo, na motivação, nas emoções e nas crenças pessoais; esses fatores determinam como o indivíduo processa e retém informações (Leal, 2019). Batista e Ribeiro (2015) mensuram que os fatores externos incluem o ambiente de aprendizagem, os métodos de ensino, os recursos disponíveis e as interações sociais. Explicam que um ambiente estimulante e acolhedor, por exemplo, tende a favorecer a aprendizagem, enquanto um ambiente estressante ou desmotivador pode acarretar com prejuízos.

Os teóricos da aprendizagem desenvolveram diferentes abordagens para explicar como ocorre o processo de aprendizagem. No behaviorismo, a aprendizagem é vista como uma mudança no comportamento observável, resultante da associação entre estímulos e respostas (Leal; Santana, 2015). Essa abordagem enfatiza o papel do reforço e da repetição na consolidação do aprendizado. No cognitivismo, o foco está nos processos mentais internos, como a forma como as informações são percebidas, organizadas

e armazenadas na memória. Já o construtivismo e o sóciointeracionismo destacam a aprendizagem como um processo ativo de construção de significado, mediado por interações sociais e culturais (Melo, 2019).

No contexto educacional, compreender as noções básicas da aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes. Para isso, professores e educadores devem reconhecer as diferenças individuais dos alunos e adotar estratégias que atendam às necessidades e estilos de aprendizagem específicos. Metodologias que promovem a interação, o engajamento e a contextualização dos conteúdos mostram-se mais eficazes, pois estimulam a participação ativa do estudante e favorecem a construção de um conhecimento significativo (Melo, 2019).

A aprendizagem é um fenômeno complexo e multifacetado que abrange mudanças em diferentes domínios, como o cognitivo, o motor e o emocional, sendo influenciada por uma interação entre fatores internos e externos. Envolve um processo ativo de construção de significado e o entendimento das noções básicas da aprendizagem permite não apenas melhorar as práticas educacionais, mas também compreender melhor o desenvolvimento humano em diferentes contextos (Mortatti, 2019).

Por meio da aprendizagem, os indivíduos são capazes de se adaptar, evoluir e contribuir para a transformação da sociedade.

De acordo com Maciel e Resende (2019), o processo de aprendizagem é essencial para o desenvolvimento humano, mas pode ser influenciado por diversas dificuldades e obstáculos que afetam o desempenho e a aquisição de conhecimentos. Esses desafios podem ter

origens variadas, como fatores biológicos, psicológicos, sociais, pedagógicos ou ambientais, e exigem estratégias específicas para serem superados.

As complexidades no processo de aprendizagem são condições que intervêm na disposição do aluno em adquirir, processar ou expressar elementos de caráter eficiente. Elas podem se despontar em distintas áreas, como leitura, escrita, cálculo, compreensão ou habilidades motoras. Entre as principais dificuldades de aprendizagem estão: a dislexia, que contradiz a leitura e a interpretação de palavras; a disgrafia, que prejudica a escrita; e a discalculia, que dificulta a compreensão de conceitos matemáticos.

Essas condições têm origem em fatores neurológicos e requerem abordagens pedagógicas específicas para ajudar o estudante a superar os desafios (Monteiro, 2019).

Além das dificuldades específicas, existem obstáculos mais amplos que podem prejudicar o processo de aprendizagem. Entre eles, estão fatores emocionais, como ansiedade, baixa autoestima, estresse e desmotivação. Os estudantes que enfrentam esses desafios emocionais podem ter dificuldades em concentrar, reter informações e participar ativamente das atividades escolares. Ressalta-se que a ausência de um ambiente de apoio, seja no âmbito familiar ou escolar, pode intensificar tais dificuldades (Morais, 2019).

Outro obstáculo importante, é a deficiência na relação entre o estudante e o professor. Métodos de ensino inadequados, falta de feedback ou falta de empatia por parte do educador podem criar barreiras para o aprendizado, como as práticas pedagógicas excessivamente tradicionais,

que não consideram as necessidades e os estilos de aprendizagem dos alunos, podem levar ao desinteresse e à frustração (Leal; Santana, 2015).

Da mesma forma, a ausência de estratégias inclusivas pode excluir alunos com necessidades especiais ou dificuldades específicas, aumentando o fosso educacional (Maciel, 2019).

De acordo com os estudos de Melo (2019), os fatores sociais e culturais também desempenham um papel importante como obstáculos no processo de aprendizagem. Os estudantes de contextos socioeconômicos desfavorecidos, frequentemente enfrentam limitações, como falta de acesso a materiais didáticos, ambientes de estudo inadequados ou baixa expectativa acadêmica por parte da comunidade.

O ambiente escolar, por sua vez, pode ser um facilitador ou um obstáculo para a aprendizagem, as salas de aula superlotadas, falta de recursos tecnológicos ou materiais e condições físicas inadequadas, são fatores que prejudicam a qualidade do ensino. Além disso, a falta de formação continuada para os professores pode limitar sua capacidade de identificar e lidar com as necessidades específicas de seus alunos (Leal; Santana, 2015).

Os fatores biológicos e de saúde também podem interferir no processo de aprendizagem. Os problemas de visão, audição ou saúde mental não diagnosticados podem afetar o desempenho escolar. Distúrbios como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou o Transtorno do Espectro Autista (TEA) exigem adaptações específicas no ambiente de aprendizagem para garantir que os estudantes possam atingir seu máximo potencial (Morais, 2019).

Há uma diversidade de alunos nas salas de aula e se torna impossível atender a todos de forma unificada. Nesse cenário, é preciso entender como cada criança aprende, quais suas especificidades, seu histórico escolar para que o ensino seja direcionado com qualidade e equidade.

As estratégias para superar essas dificuldades e obstáculos envolvem tanto ações preventivas quanto intervenções específicas. No ambiente escolar, é essencial que os professores adotem práticas pedagógicas diversificadas e inclusivas que considerem as necessidades individuais dos alunos e promovam um clima de respeito e apoio (Almeida, 2019).

Na percepção de Almeida (2019), a implementação de tecnologias educacionais, métodos de ensino ativos e estratégias personalizadas pode ajudar a superar barreiras e melhorar os resultados de aprendizagem.

O apoio psicológico e emocional também desempenha um papel fundamental. Estudantes que enfrentam dificuldades emocionais ou sociais podem se beneficiar de programas de orientação, aconselhamento ou intervenções psicopedagógicas. Além disso, o envolvimento das famílias no processo de aprendizagem é fundamental para a construção de um ambiente de apoio que favoreça o desempenho escolar (Batista; Ribeiro, 2015).

Outro ponto importante a ser destacado é a formação continuada dos professores, aspecto fundamental para que estejam preparados a identificar as complexidades do processo de aprendizagem, adaptando as práticas pedagógicas e inserindo estratégias que atendam às múltiplas

necessidades dos alunos.

As políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de ensino, como investimentos em infraestrutura escolar, materiais didáticos e programas de inclusão, são igualmente importantes para mitigar os obstáculos à aprendizagem.

A conscientização e o combate a desigualdades sociais e culturais são passos fundamentais para reduzir as barreiras no processo educativo. A promoção de uma educação equitativa e inclusiva, que valorize a diversidade e forneça oportunidades iguais a todos os estudantes, é essencial para superar os desafios da aprendizagem em diferentes contextos.

As dificuldades e os obstáculos no processo de aprendizagem são multifacetados e podem surgir de diferentes fontes. No entanto, com uma abordagem integrada que inclua práticas pedagógicas inovadoras, suporte emocional, políticas públicas eficazes e o envolvimento da comunidade, é possível minimizar esses desafios e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Na percepção de Frade (2019), a alfabetização é um processo fundamental no ciclo inicial da Educação Básica e está inserida principalmente no componente curricular de Língua Portuguesa, no Campo de Atuação da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Na Educação Infantil, a BNCC foca no desenvolvimento das capacidades linguísticas que antecedem o processo formal de alfabetização.

Essas habilidades englobam o desenvolvimento da oralidade, o

reconhecimento e uso da linguagem verbal e não verbal, a exploração de histórias, contos e textos informativos e ainda, o desenvolvimento da curiosidade pela escrita e pelos sons das palavras (Frade, 2019).

O principal objetivo nessa etapa é promover a imersão em ambientes letrados e estimular práticas que valorizem a interação com diferentes gêneros discursivos e textuais (Bunzen, 2019).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano), a alfabetização está centrada em garantir que os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano, sendo esta uma das competências gerais da BNCC (Sipavicius; Sessa, 2019).

Ainda dentro desse ponto de vista, os princípios da alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estão fundamentados na ideia de que a alfabetização vai além da simples decodificação de letras e sons, abrangendo um processo mais amplo de letramento, o que significa que a alfabetização deve capacitar os estudantes não apenas a ler e escrever, mas também a compreender, interpretar e utilizar a linguagem escrita em diferentes contextos sociais. Esses princípios orientam o ensino e a aprendizagem nos primeiros anos do Ensino Fundamental, visando assegurar que todos os estudantes adquiram as competências necessárias para o uso pleno da leitura e da escrita.

A BNCC estabelece a alfabetização como uma prioridade nos anos iniciais do Ensino Fundamental, enfatizando a necessidade de consolidar essas habilidades até o final do 2º ano, respeitando os ritmos de aprendizagem individuais e promovendo práticas pedagógicas que sejam ao mesmo tempo significativas e inclusivas (Bunzen, 2019).

Entre os princípios que regem a alfabetização na BNCC, serão apresentados os que se destacaram na literatura utilizada como base para esta pesquisa.

O princípio da universalidade e da equidade estabelece que a alfabetização é um direito de todos os estudantes, independentemente de sua origem social, cultural ou geográfica. A BNCC reconhece a necessidade de garantir esse direito de forma equitativa, combatendo desigualdades e promovendo a inclusão. Esse princípio implica ainda a adoção de práticas pedagógicas que considerem as especificidades de cada contexto, assegurando que o aprendizado seja significativo para todos (Sipavicius; Sessa, 2019).

No que se refere à integração entre alfabetização e letramento, a BNCC não reduz a alfabetização ao aprendizado técnico da leitura e da escrita, mas a compreende como um processo articulado ao letramento. Assim, defende o uso funcional e reflexivo da língua escrita em situações reais de comunicação, ampliando o foco para a compreensão de textos, a produção de significados e a interação em diferentes contextos sociais e culturais (Bunzen, 2019).

O princípio da progressão gradual prevê que a BNCC organize a alfabetização como um processo contínuo e progressivo, distribuído ao longo dos três primeiros anos do Ensino Fundamental. No 1º ano, os estudantes são introduzidos às práticas iniciais de leitura e escrita, com foco na compreensão do sistema alfabético. No 2º ano, o objetivo central é consolidar a relação entre sons e letras, além de desenvolver a fluência leitora. Já no 3º ano, espera-se que os estudantes alcancem autonomia na

leitura e na escrita, demonstrando capacidade de interpretar e produzir textos com coesão e coerência (Mortatti, 2019).

Outro princípio abordado foi os da Significância e da Contextualização. Eles detalham que as práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização devem ser contextualizadas e significativas para os estudantes, ou seja, os conteúdos devem estar ligados ao cotidiano e às experiências das crianças, de forma a despertar o interesse e favorecer a compreensão (Sipavicius; Sessa, 2019).

A BNCC valoriza o uso de gêneros textuais diversos, como histórias, poemas, receitas e notícias, para introduzir os alunos ao universo da leitura e da escrita de maneira significativa.

De acordo com Batista e Ribeiro (2015), a BNCC promove uma abordagem interdisciplinar da alfabetização, compreendendo que ela não se restringe à disciplina de Língua Portuguesa. Outras áreas do conhecimento, como Matemática, Ciências e História, também desempenham um papel relevante no desenvolvimento das competências de leitura e escrita. Essa integração possibilita que os estudantes utilizem a linguagem escrita de forma funcional em diferentes contextos escolares e sociais.

A BNCC valoriza a pluralidade linguística e cultural do Brasil, reconhecendo que as crianças ingressam na escola com diferentes repertórios e experiências linguísticas. Assim, a alfabetização deve respeitar e incorporar essa diversidade, promovendo o diálogo entre as variedades da língua portuguesa e as culturas locais (Sipavicius; Sessa, 2019).

Outro princípio é a participação ativa do estudante, que é compreendido como protagonista de sua aprendizagem. Nesse processo, os alunos são incentivados a explorar, experimentar e construir conhecimentos de forma autônoma e colaborativa, enquanto o professor atua como mediador, orientando e apoiando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita (Leal; Santana, 2015).

Por fim, destaca-se a formação integral e o desenvolvimento de competências, pois a alfabetização é entendida como parte do desenvolvimento global do estudante e contribui para a consolidação de competências gerais previstas na BNCC, como pensamento crítico, comunicação, criatividade e responsabilidade. O objetivo central é formar cidadãos capazes de atuar de maneira consciente e transformadora na sociedade (Sipavicius; Sessa, 2019).

Portanto, os princípios da alfabetização estabelecidos pela BNCC são norteadores para práticas pedagógicas que visam garantir uma educação equitativa, inclusiva e significativa, contribuindo para o desenvolvimento pleno das crianças nos primeiros anos escolares e para sua formação enquanto cidadãos ativos e participativos na sociedade, assim como destacaram Sipavicius e Sessa (2019).

Outro ponto relevante a ser abordado são as competências estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a alfabetização, que têm como objetivo garantir que os estudantes desenvolvam habilidades essenciais de leitura, escrita, compreensão e uso da linguagem de forma autônoma, crítica e reflexiva (Buogo, 2020).

Para Mortatti (2019), a alfabetização, na perspectiva da BNCC, não

é limitada à decodificação do sistema alfabético, mas está intimamente ligada ao letramento, que envolve o uso da linguagem em diferentes contextos sociais, culturais e comunicativos.

Na percepção de Sipavicius e Sessa (2019), as competências específicas para a alfabetização estão inseridas no componente curricular de Língua Portuguesa e são desenvolvidas ao longo do ciclo de alfabetização, que abrange os três primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo fundamental discorrer sobre esses pressupostos para a melhor compreensão dos pontos de competências específicas.

De acordo com Buogo (2020), o estudante deve compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabética, identificando as relações entre fonemas (sons) e grafemas (letras). Essa competência é fundamental para que ele possa ler e escrever palavras, frases e textos de maneira autônoma. Além disso, envolve a consciência fonológica, que inclui a identificação de sílabas, rimas, e sons iniciais e finais das palavras.

A fluência na leitura é uma competência que inclui a capacidade de ler palavras e textos com precisão, velocidade e expressividade adequadas. Essa habilidade é essencial para que o estudante consiga compreender e interpretar o que lê, pois reduz o esforço cognitivo necessário para decodificar as palavras, permitindo o foco na construção do sentido (Batista; Ribeiro, 2015).

Os estudantes devem desenvolver a habilidade de compreender diferentes tipos de textos, narrativos, descritivos, informativos ou instrucionais. Essa competência envolve identificar informações explícitas e implícitas, interpretar sentidos e reconhecer a finalidade dos textos em

variados contextos. Além disso, espera-se que o aluno seja capaz de produzir textos escritos adequados ao gênero, ao propósito comunicativo e ao destinatário, organizando as ideias de forma lógica e clara, observando as convenções da língua, como pontuação, ortografia e segmentação das palavras.

Batista e Ribeiro (2015) descrevem que a BNCC enfatiza a importância de expor os estudantes a uma diversidade de gêneros textuais, como contos, poesias, notícias, receitas e bilhetes, entre outros. Cabe mensurar que essa competência visa ampliar o repertório textual do estudante, desenvolvendo sua capacidade de reconhecer as características de cada gênero e utilizá-los de maneira adequada em situações práticas.

De acordo com Maciel (2019), os estudantes devem compreender que a escrita é um processo que envolve planejamento, elaboração, revisão e reescrita. Essa competência incentiva a reflexão sobre o próprio texto, promovendo a capacidade de revisar e melhorar a qualidade do que foi produzido. A alfabetização deve capacitar os estudantes a refletirem sobre o conteúdo dos textos que leem e escrevem, analisando as informações, argumentando sobre pontos de vista e relacionando o conhecimento adquirido à sua vivência e ao mundo ao seu redor.

Em continuidade, os discentes devem ser capazes de utilizar a linguagem de forma eficiente em diferentes contextos sociais e culturais, o que engloba ainda as práticas comunicativas formais e informais, como interações orais, leitura de textos acadêmicos e produção de mensagens para diferentes destinatários (Maciel; Resende, 2019).

A BNCC enfatiza a valorização da pluralidade linguística do Brasil,

considerando as variações regionais e socioculturais da língua portuguesa. Essa competência busca promover o respeito às diferentes formas de expressão, ampliando a compreensão sobre o uso da linguagem em diferentes contextos (Mortatti, 2019).

Ao final do ciclo de alfabetização, os estudantes devem ser capazes de ler e escrever de forma autônoma, utilizando essas habilidades como ferramentas para a aprendizagem em outras áreas do conhecimento e para a participação ativa na sociedade (Morais, 2019).

Essas competências são trabalhadas de forma articulada, em uma progressão que respeita o desenvolvimento dos estudantes ao longo dos três primeiros anos do ensino fundamental. Elas estão alinhadas às dez competências gerais da BNCC, que promovem uma formação integral, focada não apenas no domínio técnico da leitura e da escrita, mas também no desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas que contribuem para o exercício pleno da cidadania (Maciel; Resende, 2019).

As habilidades para a alfabetização definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são detalhadas dentro do componente curricular de Língua Portuguesa e estão organizadas em torno dos eixos estruturantes: leitura, escrita, oralidade, análise linguística e semiótica. Essas habilidades orientam o desenvolvimento dos estudantes ao longo do ciclo de alfabetização, que compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Elas têm como objetivo garantir que os estudantes adquiram as competências necessárias para a leitura, escrita e compreensão da linguagem, bem como para o uso social da língua em diferentes contextos

(Maciel; Resende, 2019).

É igualmente necessário que os estudantes desenvolvam a capacidade de identificar e manipular os sons da língua falada, como sílabas, rimas, aliteraões e fonemas. Essa consciência fonológica é fundamental para a compreensão do sistema de escrita e para a consolidação da leitura e da escrita. Além disso, a habilidade de ler palavras e textos simples de forma fluente, reconhecendo automaticamente palavras já conhecidas e decodificando novas, constitui um dos pilares centrais do processo de alfabetização.

É fundamental desenvolver a capacidade de identificar informações explícitas e implícitas nos textos lidos, interpretar sentidos e relacionar o conteúdo ao seu contexto de produção e circulação. Do mesmo modo, é necessário saber escrever palavras, frases e pequenos textos, inicialmente com apoio e, de forma progressiva, com autonomia. Essa habilidade envolve a organização das ideias, a segmentação correta das palavras e o uso adequado das convenções ortográficas.

Outro ponto importante é a familiarização com diferentes gêneros textuais, como histórias, poemas, bilhetes, receitas e notícias, o que engloba a identificação das características de cada gênero e produzir textos que atendam às suas especificidades. É necessário ter capacidade para revisar e reescrever seus textos, identificando erros e buscando aprimorar aspectos como clareza, coesão e ortografia (Batista; Ribeiro, 2015).

Para Leal e Santana (2015), a competência de utilizar a leitura e a escrita em contextos práticos envolve ações como ler placas, rótulos e embalagens, aplicando essas informações no cotidiano. Além disso,

abrange a prática da leitura em voz alta e silenciosa, realizada de forma fluente, com precisão, ritmo e entonação adequados, respeitando os sinais de pontuação. Também inclui a habilidade de identificar aspectos linguísticos e textuais, como palavras-chave, repetição, conectores e marcadores temporais, que contribuem para a construção do sentido do texto.

De acordo com Mortatti (2019), o desenvolvimento da habilidade de refletir sobre as regras da escrita, como o uso de letras maiúsculas, pontuação, ortografia e a segmentação das palavras, é fundamental. Além disso, ampliar o vocabulário por meio do contato com diferentes textos e contextos possibilita ao estudante identificar e aplicar novas palavras em suas produções orais e escritas.

As competências discutidas revelam os inúmeros desafios enfrentados à medida que os alunos avançam nos anos iniciais. Elas reforçam a visão da BNCC de que a alfabetização deve articular aspectos técnicos, como a decodificação, com dimensões sociais e culturais, relacionadas ao uso expressivo e funcional da linguagem. Nesse sentido, cabe aos professores adotar estratégias pedagógicas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem e promovam a inclusão, assegurando o desenvolvimento integral dos estudantes (Brasil, 2018).

A alfabetização, conforme orientada pela BNCC, é um processo essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária e para o exercício pleno da cidadania. Embora existam desafios significativos na implementação dessas diretrizes, esforços conjuntos entre governo, educadores e sociedade são fundamentais para garantir que todas as

crianças brasileiras tenham acesso a uma alfabetização de qualidade. A continuidade do diálogo e o investimento em práticas inovadoras são caminhos essenciais para superar os obstáculos e assegurar o direito à educação básica e equitativa para todos (Brasil, 2018). Portanto, as práticas de letramento fazem parte da formação integral das crianças. O tópico a seguir tratará dessas abordagens.

4.4 LETRAMENTO NA BNCC: ABORDAGENS DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO COMO PARTE DA FORMAÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz uma abordagem abrangente sobre o letramento, destacando sua importância como um processo que vai além da decodificação de palavras, abarcando a capacidade de usar a leitura e a escrita de forma significativa em diferentes contextos sociais (Soares, 2020).

De acordo com o estudo desenvolvido por Ferreiro (2017), o letramento é apresentado na BNCC como um dos pilares para o desenvolvimento integral do estudante, especialmente no componente curricular de Língua Portuguesa, sendo articulado ao processo de alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Na percepção de Soares (2020), a BNCC reconhece o letramento como a inserção dos estudantes em práticas sociais que envolvam a leitura e a escrita, ampliando sua capacidade de compreender e interagir com o mundo. Diferentemente de uma abordagem meramente técnica, que foca na aprendizagem do sistema de escrita, o letramento busca conectar o uso da linguagem às demandas e situações concretas da vida cotidiana,

promovendo uma visão crítica e reflexiva.

Então, apresentar o alfabeto e os sons isolados das letras à criança não garantem uma alfabetização eficaz. A criança irá contextualizar o que aprendeu se tiver obtido estímulos que a fizeram refletir sobre a língua. Então, atividades com o alfabeto sem alinhamento são rasas.

Em tese, o letramento, segundo a BNCC, é trabalhado em dois âmbitos principais: o desenvolvimento das competências gerais e as habilidades específicas relacionadas ao uso da língua portuguesa. Esses âmbitos estão alinhados à formação integral do estudante, garantindo que ele possa atuar como cidadão consciente e participativo (Albino; Silva, 2019).

O documento propõe uma integração entre alfabetização e letramento, considerando que ambos os processos devem ser trabalhados de maneira concomitante. Enquanto a alfabetização se concentra no domínio técnico do sistema alfabético, o letramento amplia esse aprendizado ao inserir o estudante em práticas sociais de uso da linguagem, assim, a leitura e a escrita não são vistas apenas como habilidades escolares, mas como ferramentas essenciais para a participação em diferentes contextos sociais e culturais (Soares, 2020).

Em tese, ao mesmo tempo em que o estudante aprende a decodificar palavras, ele é incentivado a compreender o sentido de textos, e interpretar mensagens e produzir escritos com propósito e significado. Essa abordagem integrada garante que a alfabetização não seja descontextualizada, mas esteja sempre conectada às práticas de letramento (Ferreiro, 2017).

Quando o aluno compreende textos que circulam socialmente e faz relação deles com suas vivências, podemos ter certeza que sua alfabetização foi mediada corretamente, inserida em contextos de aprendizagem. Aprender palavras sem significado real não provoca no estudante a necessidade de pesquisar e transformar.

É importante ressaltar que o documento enfatiza o letramento como uma prática social, vinculada à interação com diferentes gêneros textuais e situações comunicativas. Isso significa que o ensino da leitura e da escrita deve estar articulado às experiências dos estudantes e às demandas do seu contexto, valorizando a diversidade cultural e linguística presente no Brasil (Ferreiro, 2017).

Os gêneros textuais têm um papel central nesse processo, pois permitem que os estudantes se familiarizem com diferentes formas de comunicação, como narrativas, reportagens, receitas, bilhetes, anúncios e poemas. Por meio do contato com esses gêneros, os estudantes aprendem a reconhecer as características específicas de cada um, desenvolvendo habilidades de interpretação e produção textual adequadas às suas finalidades e contextos (Albino; Silva, 2019).

A BNCC organiza o ensino de Língua Portuguesa em quatro eixos estruturantes: oralidade, leitura, escrita e análise linguística/semiológica. Esses eixos são fundamentais para o desenvolvimento do letramento, pois promovem o uso integrado da linguagem (Soares, 2020).

A oralidade é trabalhada como uma habilidade essencial para a interação social, englobando práticas como conversação, argumentação e exposição de ideias. No contexto do letramento, a oralidade também

contribui para a construção da leitura e da escrita ao permitir que os estudantes explorem a linguagem em diferentes situações de comunicação (Albino; Silva, 2019).

O ensino da leitura na perspectiva do letramento vai além da decodificação, focando na compreensão, interpretação e análise crítica de textos. A BNCC destaca que a leitura deve ser trabalhada de forma contínua e diversificada, envolvendo gêneros textuais variados e promovendo o contato com diferentes tipos de linguagem, como a verbal, visual e multimodal (Soares, 2020).

A escrita é entendida como um processo que envolve planejamento, produção, revisão e reescrita. Na BNCC, o letramento enfatiza que os estudantes devem ser capazes de produzir textos que atendam a diferentes propósitos e contextos, respeitando as normas da língua e as características dos gêneros textuais (Ferreiro, 2017).

O professor alfabetizador, ao ensinar a leitura e a escrita, deve compreender que ambas constituem um processo dinâmico e criativo. Quando essas práticas são apresentadas às crianças de forma prazerosa e lúdica, tornam-se mais acessíveis, favorecendo a expressão e a produção textual.

Esse eixo busca desenvolver nos estudantes a capacidade de refletir sobre o funcionamento da língua, compreendendo aspectos como gramática, pontuação, ortografia e organização textual. Essa análise está diretamente ligada ao letramento, pois permite que os estudantes compreendam os mecanismos que estruturam os textos e utilizem a linguagem de forma eficaz (Leal, 2019).

O letramento está intimamente relacionado às dez competências gerais da BNCC, que visam formar cidadãos capazes de atuar de maneira crítica, ética e responsável na sociedade. Entre essas competências, destacam-se aquelas que envolvem o pensamento crítico, a comunicação, a cultura digital e a valorização da diversidade cultural (Albino; Silva, 2019).

A competência de “utilizar diferentes linguagens para se expressar e partilhar informações” está diretamente ligada ao letramento, pois pressupõe que os estudantes saibam usar a leitura e a escrita para interagir em diferentes contextos. Da mesma forma, a competência de “exercitar a empatia, o diálogo e o respeito às diferenças” são favorecidos pelo contato com textos que valorizem a pluralidade cultural e promovam reflexões sobre questões sociais (Soares, 2020).

A BNCC orienta que o ensino do letramento deve ser planejado de forma diversificada, com atividades que promovam a interação dos estudantes com diferentes tipos de textos e contextos (Assunção; Silva, 2020).

Algumas estratégias pedagógicas recomendadas englobam a proposta de projetos interdisciplinares que envolvam a leitura e a escrita, como a criação de jornais escolares ou a elaboração de histórias coletivas; incentivar a leitura de textos variados, incluindo textos informativos, literários, digitais e multimodais; promover debates e discussões sobre temas de interesse dos estudantes, relacionando aos textos lidos e produzidos; utilizar recursos tecnológicos, como vídeos, blogs e redes sociais, para explorar as múltiplas linguagens e ampliar as práticas de

letramento; respeitar os ritmos e as vivências dos estudantes, valorizando suas experiências prévias e conhecimentos (Albino; Silva, 2019).

A BNCC apresenta o letramento como um elemento central para a formação integral dos estudantes, destacando sua relevância para o exercício da cidadania e a interação social, ao integrar o letramento ao processo de alfabetização, o documento propõe uma abordagem que valoriza o uso significativo da leitura e da escrita, conectando a aprendizagem escolar às demandas e desafios do mundo contemporâneo (Assunção; Silva, 2020).

Em linhas gerais, Ferreira (2017) descreve em sua pesquisa que essa visão amplia o papel da escola, que não se limita a ensinar a decodificação do sistema de escrita, mas busca formar indivíduos capazes de usar a linguagem de maneira crítica, criativa e transformadora.

Conforme vem sendo mensurado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta as práticas de letramento como elemento essencial na formação integral das crianças, considerando a leitura e a escrita não apenas como habilidades escolares, mas como competências fundamentais para a interação social, a construção do conhecimento e o exercício pleno da cidadania (Albino; Silva, 2019).

De acordo com o estudo de Assunção e Silva (2020), a formação integral, como preconizada pela BNCC, engloba o desenvolvimento cognitivo, social, emocional, cultural e ético dos estudantes, sendo o letramento uma base indispensável para alcançar esse objetivo.

O letramento, conforme definido na BNCC, transcende o domínio técnico do sistema de escrita alfabética, enfocando o uso funcional,

significativo e contextualizado da leitura e da escrita em práticas sociais, ele envolve a capacidade de compreender, interpretar, criticar e produzir textos em diferentes formatos e linguagens, promovendo a inserção ativa dos estudantes em diversos contextos culturais e sociais (Assunção; Silva, 2020).

Ao valorizar o letramento como uma prática social, a BNCC destaca sua conexão com o mundo real e sua importância para a participação em situações que vão desde a compreensão de uma notícia até a interpretação de informações em meios digitais, como aplicativos ou redes sociais (Assunção; Silva, 2020).

A BNCC estrutura a formação integral das crianças por meio de suas dez competências gerais, nas quais o letramento ocupa uma posição central, ele está diretamente relacionado à comunicação, ao pensamento crítico, à empatia, à valorização da diversidade cultural e à integração das tecnologias digitais (Ferreiro, 2017).

A competência geral de “utilizar diferentes linguagens para se expressar e partilhar informações” reflete diretamente as práticas de letramento, que incluem a leitura, a escrita, a oralidade e o uso de recursos tecnológicos. Sendo assim, o letramento contribui para que as crianças desenvolvam habilidades, não apenas técnicas, mas também sociais e éticas, ao utilizarem a linguagem para dialogar, mediar conflitos e compreender diferentes pontos de vista (Albino; Silva, 2019).

Na Educação Infantil, a BNCC propõe o desenvolvimento das práticas de letramento de maneira lúdica e contextualizada, considerando a linguagem como parte do cotidiano das crianças. O objetivo é criar um

ambiente alfabetizador no qual as crianças possam explorar diferentes formas de expressão, como histórias, músicas, brincadeiras e interações orais (Assunção; Silva, 2020).

As atividades como rodas de leitura, contação de histórias e experimentação com diferentes materiais escritos, como os jornais, revistas, embalagens são formas de introduzir as práticas de letramento desde cedo, respeitando o ritmo e as experiências das crianças (Assunção; Silva, 2020).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a BNCC articula alfabetização e letramento como processos complementares, visando garantir que as crianças dominem o sistema de escrita e sejam capazes de utilizar em situações práticas. As práticas de letramento se tornam mais sistematizadas, incluindo a interação com diferentes gêneros textuais, como cartas, receitas, narrativas, notícias e textos instrucionais (Soares, 2018).

Para Ferreira (2017), o objetivo é que os estudantes compreendam o propósito e o contexto de cada gênero textual, desenvolvendo habilidades como leitura crítica, interpretação de informações e produção de textos adequados a diferentes situações comunicativas.

A BNCC orienta que as práticas de letramento sejam planejadas de forma intencional e diversificada, promovendo a interação das crianças com diferentes contextos sociais e culturais. A apresentação de textos de diferentes gêneros e formatos, como literatura, jornais, textos digitais e materiais visuais, enriquece o repertório cultural e linguístico das crianças (Albino; Silva, 2019).

As práticas de letramento podem ser incorporadas em projetos interdisciplinares, como a elaboração de relatórios científicos ou a interpretação de gráficos matemáticos. As ferramentas digitais, como blogs, vídeos, aplicativos e redes sociais, ampliam as possibilidades de interação com a linguagem e conectam as crianças às práticas contemporâneas de leitura e escrita (Assunção; Silva, 2020).

É importante ressaltar que o professor tem um papel central na promoção das práticas de letramento, atuando como mediador do processo de aprendizagem. Ele deve planejar atividades que integrem leitura, escrita e oralidade de maneira significativa, respeitando as necessidades, interesses e ritmos de cada estudante.

Além disso, o professor deve estimular o pensamento crítico, promovendo discussões sobre temas relevantes para a realidade das crianças e incentivando a reflexão sobre os textos lidos e produzidos. Essa abordagem contribui para a autonomia dos estudantes, organizando para usar a linguagem de forma consciente e responsável (Assunção; Silva, 2020).

Entre as abordagens propostas, destaca-se a perspectiva sociocultural do letramento, que considera a leitura e a escrita como práticas inseridas no cotidiano, com diferentes propósitos e funções sociais. Isso significa que o ensino deve ir além do simples domínio da ortografia e gramática, incluindo atividades que estimulem a interpretação crítica de textos, a produção escrita com propósito e o uso da linguagem em situações reais.

Percebe-se, ainda, que a BNCC valoriza a multiletramentos,

reconhecendo a necessidade de trabalhar com diferentes tipos de textos, incluindo os digitais, visuais e multimodais. Dessa forma, os alunos são preparados para lidar com a diversidade de linguagens que fazem parte do mundo contemporâneo.

Outra abordagem importante que foi percebida é o letramento crítico, que incentiva os estudantes a analisarem os textos de forma reflexiva, compreendendo seus significados implícitos, intenções e impactos sociais. Essa perspectiva reforça o papel da escola na formação de cidadãos ativos, capazes de interpretar e questionar as informações que consomem.

4.5 BNCC: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA O LETRAMENTO

O letramento, segundo a BNCC, vai além do domínio técnico da leitura e da escrita, englobando práticas sociais que possibilitam o uso significativo e crítico da linguagem em diversos contextos. As competências gerais da BNCC apresentam diretrizes para o desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo aspectos cognitivos, sociais, culturais e éticos. Muitas dessas competências estão diretamente relacionadas ao letramento, pois envolvem a leitura, a escrita, a interpretação e a comunicação (Albino; Silva, 2019).

Já foram apresentadas as dez competências da BNCC, no entanto, serão destacadas as que estão mais relacionadas diretamente com o letramento, seguindo abaixo:

1. Valorizar e utilizar diferentes linguagens – Incentiva os estudantes a dominarem diversas formas de expressão, como verbal, visual, gestual

e multimodal, para se comunicarem e interagirem em diferentes contextos.

2. Exercitar a empatia e o diálogo – O contato com textos diversos permite que os estudantes compreendam diferentes perspectivas, exercitando a escuta ativa e o respeito às diferenças.
3. Utilizar o conhecimento de forma crítica e reflexiva – Envolve a interpretação de informações em diferentes suportes e linguagens, capacitando os estudantes a analisarem textos de forma crítica.
4. Compreender e usar tecnologias digitais – O letramento digital é essencial na BNCC, destacando a necessidade de os estudantes interagirem de maneira crítica e ética com os recursos tecnológicos.
5. Valorizar a diversidade cultural – O acesso a textos literários e informativos de diferentes culturas promove a compreensão da pluralidade cultural e linguística (Brasil, 2018).

A BNCC organiza as habilidades de letramento de forma progressiva, adaptando às diferentes fases de desenvolvimento dos estudantes. Na Educação Infantil, o foco está na introdução às práticas de linguagem de forma lúdica e significativa. As habilidades desenvolvidas neste estágio buscam criar uma base sólida para o letramento, promovendo a exploração da oralidade, da leitura e da escrita (Albino; Silva, 2019).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a BNCC articula alfabetização e letramento, buscando o domínio do sistema alfabético e a inserção em práticas sociais de leitura e escrita (Assunção; Silva, 2020).

Nos anos finais do Ensino Fundamental, as habilidades de letramento são aprofundadas, com foco no uso crítico e autônomo da

linguagem. A BNCC propõe que os estudantes desenvolvam competências para interpretar textos complexos e produzir conteúdos adequados a diferentes contextos, incluindo os digitais (Ferreiro, 2017).

Então, diante disso, é possível promover práticas de alfabetização e letramento em cada fase escolar e, é primordial que, em todo o processo acadêmico, os professores das etapas correspondentes alinhem o que é proposto pela BNCC, fazendo as adaptações necessárias.

Para Soares (2020), a BNCC enfatiza o trabalho com diferentes gêneros textuais, uma vez que eles representam as práticas sociais de leitura e escrita, sendo que cada gênero possui características específicas que permitem aos estudantes desenvolverem habilidades de letramento diversificadas.

Entre os gêneros mais destacados para o ensino do letramento estão: os narrativos, como contos, crônicas e fábulas; os informativos, como notícias, reportagens e infográficos; os instrucionais, como receitas, manuais e instruções de jogos; os argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e debates; os poéticos, como poemas, músicas e parlendas; e os digitais, como postagens em blogs, redes sociais e e-mails (Assunção; Silva, 2020).

De acordo com os estudos de Assunção e Silva (2020), a BNCC incentiva o trabalho interdisciplinar no qual o letramento permeia todas as áreas do conhecimento. A leitura e a escrita são ferramentas fundamentais para o aprendizado em Matemática, Ciências, História, Geografia e Artes, promovendo uma formação mais integrada.

Além disso, a BNCC propõe estratégias pedagógicas que integrem

o letramento às práticas escolares. Entre elas, destacam-se: a elaboração de projetos que envolvam leitura, pesquisa e produção de textos; o incentivo a debates e rodas de conversa sobre temas atuais, articulando-os a textos informativos e argumentativos; o uso de tecnologias digitais, como blogs, vídeos e redes sociais, para desenvolver o letramento digital; a oferta de um ambiente alfabetizador com materiais diversificados, como livros, jornais, revistas e textos multimodais; e o trabalho com textos que abordem a diversidade cultural, promovendo reflexões sobre identidade, inclusão e cidadania (Albino; Silva, 2019).

As competências e habilidades de letramento na BNCC são planejadas para formar cidadãos críticos, autônomos e capazes de interagir de maneira ética e consciente na sociedade. Ao associar o letramento à formação integral dos estudantes, a BNCC propõe uma educação que valoriza a linguagem como ferramenta de transformação social e de ampliação do acesso ao conhecimento (Soares, 2020).

Sendo assim, essa abordagem promove um ensino significativo que conecta a leitura e a escrita às demandas do mundo contemporâneo, preparando os estudantes para atuar de forma plena e responsável em suas vidas pessoais e coletivas.

4.6 BNCC E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica na alfabetização e letramento desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, principalmente nos anos iniciais do ensino. Essa prática deve articular o ensino do sistema alfabético com a inserção em práticas sociais de leitura e escrita,

promovendo um aprendizado significativo, reflexivo e inclusivo (Borges; Soares, 2023).

De acordo com Marques e Santos (2022), a alfabetização é entendida como o processo de domínio do código escrito, e o letramento envolve o uso funcional e crítico da leitura e da escrita em diferentes contextos, que devem ser trabalhados de forma integrada.

Na percepção de Martins (2020), a prática pedagógica na alfabetização e letramento deve se basear em perspectivas que considerem a criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem, respeitando sua diversidade cultural, social e cognitiva.

Baseada em teorias como de Vygotsky, a perspectiva socioconstrutivista destaca a importância da interação social no processo de aprendizagem. Segundo essa visão, o professor atua como mediador, criando situações de aprendizado que permitam às crianças desenvolverem suas habilidades de leitura e escrita em colaboração com colegas e com o apoio de adultos mais experientes (Borges; Soares, 2023).

Para Martins (2020), a perspectiva histórico-cultural também enfatiza o papel do contexto social e cultural na formação dos estudantes. Sendo assim, o letramento, nesse caso, é visto como um processo de inserção nas práticas sociais de uso da linguagem, envolvendo a leitura e a escrita como ferramentas de participação na sociedade.

Essa perspectiva propõe que o ensino da alfabetização e do letramento vá além da aprendizagem técnica e inclua a formação de leitores críticos, capazes de interpretar e questionar os textos que leem. O objetivo é formar cidadãos conscientes, que compreendam o papel da

linguagem na construção de significados e no exercício da cidadania (Tardif, 2014).

Na contemporaneidade, a prática pedagógica deve considerar a multimodalidade, ou seja, o uso de diferentes linguagens, como a verbal, visual, gestual e digital. Essa abordagem amplia o conceito de letramento, incorporando as novas demandas do mundo digital e da comunicação globalizada (Soares; Fernandes, 2018).

As propostas pedagógicas para a alfabetização e o letramento devem ser planejadas de forma a atender às necessidades dos estudantes, considerando suas vivências e contextos socioculturais (Martins, 2020).

A alfabetização e o letramento precisam ser trabalhados de maneira conectada, com atividades que ajustem o estágio do sistema alfabético com a admissão em práticas sociais de leitura e escrita. Isso quer dizer que os estudantes devem aprender a interpretar palavras ao mesmo tempo em que abrangem o sentido dos textos e sua função social, tomando como exemplo, durante o ensino das letras e palavras, que o professor pode empregar textos autênticos, como receitas, cartazes, bilhetes e notícias, para contextualizar o aprendizado (Soares; Fernandes, 2018).

O trabalho com diferentes gêneros textuais é essencial para o desenvolvimento do letramento. Cada gênero possui características específicas que ajudam os estudantes a compreenderem a função social da leitura e da escrita, as propostas pedagógicas baseadas em gêneros textuais incluem a análise, leitura e produção de narrativas, poemas, cartas, notícias, propagandas e textos instrucionais (Borges; Soares, 2023).

O trabalho com a diversidade textual garante ao estudante a

autonomia necessária para lidar com eficiência em diversas situações que exijam sua compreensão e a habilidade de exercer a linguagem. De nada adianta saber e escrever se não tem a habilidade de se sobressair em situações de escrita, principalmente em contextos fora do ambiente escolar.

De acordo com o estudo desenvolvido por Vidotti (2020), a alfabetização e o letramento na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser promovidos de maneira lúdica, utilizando jogos, brincadeiras, músicas e histórias para estimular o interesse e a curiosidade das crianças. Atividades como brincadeiras de rima, jogos de memória com palavras e criação de histórias coletivas são exemplos de práticas lúdicas que favorecem o aprendizado.

Os projetos interdisciplinares permitem que a alfabetização e o letramento sejam trabalhados em conjunto com outras áreas do conhecimento, como Matemática, Ciências, História e Artes. Um projeto sobre alimentação saudável pode envolver a leitura de textos informativos, a produção de cartazes e a elaboração de receitas, promovendo o uso funcional da leitura e da escrita (Vidotti, 2020).

A escola que adota projetos interdisciplinares estimula não apenas os estudantes a desenvolverem pesquisas, mas também os professores, que, ao saírem de seu objeto de estudo específico, abrem-se ao diálogo com outros docentes e diferentes experiências. Nesse contexto, todos aprendem e compartilham saberes, o que torna a prática pedagógica mais diversa e as produções dos alunos mais significativas.

Para Sena (2016), a leitura deve ser incentivada, desde cedo, com a oferta de materiais diversificados, como livros literários, gibis, revistas e

textos digitais. Nesse viés, a criação de bibliotecas escolares e a organização de atividades como rodas de leitura, contação de histórias e clubes de leitura são estratégias eficazes para formar leitores críticos e autônomos.

As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de letramento, permitindo o acesso a textos multimodais e a interação em plataformas digitais. A prática pedagógica pode incluir atividades como a criação de blogs, o uso de aplicativos educativos e a leitura de e-books, conectando os estudantes às práticas contemporâneas de comunicação (Borges; Soares, 2023).

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Hammond (2017), o professor é o principal mediador no processo de alfabetização e letramento. Seu papel vai além de transmitir conhecimentos, conforme mensurado anteriormente, ele deve planejar atividades que integrem leitura, escrita e oralidade, respeitando as individualidades dos estudantes e promovendo um ambiente acolhedor e estimulante.

Apesar dos avanços nas propostas pedagógicas, a alfabetização e o letramento ainda enfrentam desafios significativos. Entre eles, destacam-se a desigualdade social e suas consequências no acesso a materiais de leitura e escrita; a formação inicial e continuada de professores, que muitas vezes não contempla práticas contemporâneas de letramento; a inserção de tecnologias digitais de forma significativa e inclusiva no ensino; além da necessidade de adaptar as práticas pedagógicas à diversidade linguística e cultural dos estudantes (Borges; Soares, 2023).

A prática pedagógica na alfabetização e no letramento deve ser

fundamentada em perspectivas teóricas que valorizem a linguagem como prática social e na construção de propostas que considerem as necessidades, interesses e vivências dos estudantes (Sena, 2016).

Ao integrar alfabetização e letramento, o ensino promove não apenas o domínio técnico do sistema de escrita, mas também o uso crítico e reflexivo da linguagem em diferentes contextos, com estratégias diversificadas e o papel ativo do professor. A alfabetização e o letramento podem transformar a educação em uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos conscientes e participativos (Tardif, 2014).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes fundamentais para orientar a prática pedagógica nas escolas brasileiras, promovendo uma educação que valorize a formação integral dos estudantes e atenda às demandas do século XXI. A prática pedagógica, conforme a BNCC, deve articular competências, habilidades e conteúdos de forma integrada, considerando a diversidade sociocultural e as diferentes realidades dos estudantes (Soares; Fernandes, 2018).

A prática pedagógica na BNCC está fundamentada em princípios que buscam assegurar uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade. Esses fundamentos englobam a formação integral em que a BNCC busca o desenvolvimento das dimensões intelectual, social, emocional e cultural dos estudantes, considerando em sua totalidade (Borges; Soares, 2023).

A centralidade no estudante consiste em colocar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, valorizando suas experiências, interesses e necessidades. Já a diversidade e a inclusão destacam-se como princípios fundamentais, uma vez que a BNCC reconhece a importância

de respeitar as diferenças culturais, sociais, étnicas e linguísticas, promovendo uma educação que acolha e valorize todos os estudantes (Martins, 2020).

É necessário destacar que o ensino deve ser contextualizado a partir das vivências dos alunos, introduzindo os conteúdos de acordo com as condições concretas de seu cotidiano. Além disso, a prática pedagógica precisa estar integrada a diferentes áreas do conhecimento, favorecendo uma compreensão ampla e significativa da realidade.

Como já foi mencionado, a BNCC organiza a prática pedagógica em três etapas principais: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cada etapa possui objetivos específicos e características próprias, mas todas estão orientadas pelo desenvolvimento das competências gerais e específicas.

Na Educação Infantil, a prática pedagógica é voltada para a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. A BNCC propõe uma abordagem que privilegie o lúdico, a interação social e a exploração do mundo (Borges; Soares, 2023). O Ensino Fundamental, dividido em anos iniciais e finais, tem como foco o desenvolvimento das competências específicas das áreas do conhecimento, articuladas às competências gerais da BNCC (Tardif, 2014). O objetivo do ensino médio é atenuar os conhecimentos contraídos no Ensino Fundamental e preparar os estudantes para a vida fora do âmbito escolar, o convívio em sociedade e no mundo.

O planejamento é um aspecto central da prática pedagógica na BNCC, pois organiza o ensino em torno das competências e habilidades a

serem desenvolvidas. A prática pedagógica, conforme a BNCC, representa um avanço significativo na educação brasileira. Ao propor uma abordagem centrada no estudante e voltada para a formação integral, ao articular competências, habilidades e conteúdos de forma integrada, a BNCC oferece um caminho para uma educação mais equitativa, inclusiva e relevante para os desafios do século XXI (Borges; Soares, 2023).

Portanto, sua implementação requer o compromisso de toda a comunidade escolar, investimentos em formação docente e uma reflexão contínua sobre as práticas educacionais para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

4.7 CONCEITOS E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO ENGLOBALDO NA PRÁTICA DOS PROFESSORES DE ACORDO COM A BNCC

De acordo com o estudo desenvolvido por Rodrigues (2017), a alfabetização e o letramento são processos complementares e indispensáveis para o desenvolvimento pleno das competências linguísticas, cognitivas e sociais dos estudantes. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza que a alfabetização deve ocorrer no contexto mais amplo do letramento, ou seja, do uso funcional, social e crítico da leitura e da escrita.

É importante frisar, novamente, que a alfabetização é referente ao processo de ensino e aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico de escrita, tratando do domínio das relações fonema-grafema e permitindo ao estudante decodificar e codificar palavras. Enquanto o letramento envolve o uso social da leitura e da escrita em diferentes contextos e situações, o

que vai além do aprendizado técnico, abrangendo a inserção do indivíduo nas práticas sociais de linguagem, de forma funcional e crítica (Macedo, 2016).

De acordo com o estudo desenvolvido por Souza, Giorgi e Almeida (2018), a BNCC propõe a integração entre alfabetização e letramento, destacando que não é suficiente ensinar o código escrito de forma isolada. É necessário que os estudantes compreendam o significado das práticas de leitura e escrita no contexto social e cultural em que vivem.

No estudo desenvolvido por Macedo (2016), o autor acentua que a BNCC organiza as práticas de alfabetização e letramento em torno de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas nos anos iniciais do ensino fundamental. Por isso, as práticas pedagógicas devem articular o ensino do sistema alfabético às experiências significativas de leitura e escrita, com estratégias que considerem o contexto sociocultural dos estudantes.

O quadro abaixo apresenta as caracterizações e descrições das práticas da alfabetização e do letramento.

Quadro 6 - Práticas de alfabetização e letramento

Práticas da alfabetização	Práticas do letramento
<p>1. Domínio do Sistema Alfabético:</p> <ul style="list-style-type: none">•Ensinar a correspondência entre sons (fonemas) e letras (grafemas).•Trabalhar com a consciência fonológica, favorecendo a percepção dos sons da fala e sua relação com as letras.•Promover atividades de leitura e escrita que estimulem a decodificação e a compreensão.	<p>1. Inserção em Práticas Sociais de Linguagem:</p> <ul style="list-style-type: none">•Trabalhar com diferentes gêneros textuais, como bilhetes, histórias, receitas e notícias.•Contextualizar as práticas de leitura e escrita, conectando-as à realidade dos estudantes.

<p>2. Sequência Didática Planejada:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Utilizar textos simples para introduzir os sons e as letras. •Criar situações que permitam a escrita espontânea e a produção textual inicial. 	<p>2. Desenvolvimento da Compreensão e Interpretação:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Propor atividades que envolvam a leitura crítica de textos, incentivando a reflexão sobre o significado e a função social dos textos. •Estimular a produção textual criativa e funcional, como a escrita de cartas ou a criação de histórias.
<p>3. Abordagem Lúdica e Contextualizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Jogos com palavras e letras. •Brincadeiras que envolvam sons e rimas, como músicas e poemas. 	<p>3. Uso de Tecnologias Digitais:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Incorporar ferramentas digitais no ensino, como aplicativos educativos, livros digitais e vídeos interativos. •Promover práticas multimodais que integrem diferentes linguagens, como a escrita, o som e as imagens.

Fonte: Souza, Giorgi e Almeida (2018)

Com o que vem sendo apresentado, o papel do professor é central no processo de alfabetização e letramento, ele atua como mediador e orientador, garantindo que os estudantes desenvolvam as competências previstas na BNCC.

A BNCC propõe que alfabetização e letramento sejam trabalhados de forma integrada desde o início do processo de escolarização, significando que o ensino do sistema alfabético deve ocorrer em paralelo à inserção em práticas sociais de linguagem.

Na alfabetização, os estudantes aprendem as relações entre letras e sons, enquanto no letramento exercitam a leitura e a escrita em contextos significativos, como a produção de bilhetes ou pequenas histórias. Dessa forma, o trabalho com a escrita de palavras isoladas ocorre de maneira articulada à produção textual em situações funcionais, favorecendo a construção de sentidos e a inserção da criança nas práticas sociais de uso da linguagem (Souza; Giorgi; Almeida, 2018).

A BNCC redefine o ensino da alfabetização e letramento como processos complementares e interdependentes, voltados para a formação de leitores e escritores competentes. Nesse sentido, os professores desempenham um papel crucial na mediação desses processos, com práticas pedagógicas que integram o aprendizado técnico da escrita e leitura ao uso social e crítico da linguagem (Macedo, 2016).

Na BNCC, o assunto alfabetização é entendido como apropriação da escrita e do letramento pela criança. São feitas práticas sociais de leitura e escrita, acrescentando a tecnologia. Essa base curricular integra a política da educação básica em todo território nacional. É referência para a formulação dos currículos escolares, conforme propostas pedagógicas das instituições. A alfabetização aprovada na BNCC trata das descrições legais no documento. Os quesitos se relacionam com outros documentos oficiais da educação. A alfabetização na BNCC tem natureza histórica, junto a políticas públicas das práticas pedagógicas. A formação é requerida nos processos de ensino-aprendizagem filtrado pelo discurso pedagógico (Barbosa, 2021, p. 25).

O desafio está em articular essas dimensões de maneira contextualizada, inclusiva e significativa, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Essa abordagem contribui para a formação de sujeitos capazes de participar ativamente da sociedade e de exercer sua cidadania de forma plena (Saviani, 2013).

A utilização de referências cotidianas no processo de alfabetização e letramento é uma abordagem pedagógica eficaz para tornar o aprendizado mais significativo, contextualizado e próximo da realidade dos estudantes. Ao agregar elementos do dia a dia no ensino, os professores facilitam a construção de conhecimentos, promovem o engajamento dos alunos e criam condições para que desenvolvam competências necessárias

para a leitura, escrita e interpretação crítica (Macedo, 2016).

O uso de elementos do cotidiano permite que os estudantes percebam a relação entre o que aprendem na escola e o que vivenciam fora dela, essa conexão é essencial para dar significado ao aprendizado, tornando-o relevante e aplicável às suas realidades (Silva, 2017).

De acordo com o estudo de Rodrigues (2017), ao incorporar elementos da vida diária dos alunos, como eventos culturais, práticas familiares, ou situações sociais, o professor reconhece e valoriza o repertório que eles já possuem, o que contribui para a autoestima e o senso de pertencimento dos estudantes.

As atividades que partem de contextos familiares e cotidianos despertam maior interesse nos alunos, promovendo sua participação ativa no processo de aprendizagem. Segundo a teoria da aprendizagem significativa, o aprendizado é mais eficaz quando novas informações se conectam a conhecimentos prévios, as referências cotidianas atuam como pontes entre o novo conteúdo e as experiências já vividas (Macedo, 2016).

Na percepção de Souza, Giorgi e Almeida (2018), no processo de alfabetização, a inserção de palavras e textos vinculados ao cotidiano favorece o reconhecimento de letras, sons e vocábulos. Exemplos como nomes próprios, objetos escolares, alimentos e placas de trânsito contribuem para que os alunos se familiarizem com o sistema de escrita de forma contextualizada e significativa.

O letramento vai além do domínio técnico da escrita, englobando a participação ativa em práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Entretanto, as referências cotidianas, como jornais, revistas, aplicativos de

mensagens, convites e cartazes, ajudam os estudantes a entenderem o papel da linguagem na sociedade.

Além disso, trabalhar com textos e situações reais do cotidiano, como propagandas, notícias ou mensagens publicitárias, permite que os estudantes analisem criticamente os usos da linguagem, identificando intenções, informações implícitas e significados. O contato com situações reais de comunicação amplia a capacidade dos alunos de compreender e produzir diferentes gêneros textuais, preparando para participar de forma efetiva e crítica em sua comunidade.

A utilização de referências cotidianas no ensino da alfabetização e do letramento é uma prática fundamental para promover a aprendizagem significativa, contextualizada e inclusiva. Quando se relaciona elementos do dia a dia dos estudantes, os professores não apenas facilitam o processo de ensino, mas também criam condições para que os alunos desenvolvam competências essenciais para participar ativamente das práticas sociais de leitura e escrita.

Desse modo, a alfabetização e o letramento alinhadas à BNCC provocam discussões pertinentes. O tópico a seguir, diante desse contexto, tratará dos desafios e perspectivas quando se trata da Base Nacional Comum Curricular e a alfabetização e o letramento na atualidade.

4.8 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO COM A BNCC

De acordo com o estudo de Vieira e Chiarini (2018), a alfabetização é um processo essencial para a formação de crianças e jovens, sendo a base para o desenvolvimento de competências linguísticas, cognitivas e sociais.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a alfabetização ocupa lugar central no Ensino Fundamental, principalmente nos primeiros anos, e é considerada um direito de aprendizagem de todos os estudantes.

Mariano (2017) descreve que o letramento enfrenta inúmeros desafios no contexto educacional brasileiro, sendo discutidos, a partir de então, as dificuldades associadas à implementação do letramento segundo a BNCC e propõe reflexões para superar essas barreiras.

A alfabetização e letramento andam juntas no processo de aquisição da leitura e escrita, partindo do pressuposto que alfabetizar letrando é trazer para dentro da sala de aula a prática da leitura e escrita, conforme a realidade de cada sujeito. “Os processos de alfabetização e letramento escolares envolvem, fundamentalmente, a apropriação e o uso competente da leitura e da escrita de textos variados, com significado e relevância social”. Assim, a prática da leitura e escrita é buscada pela criança conforme o interesse e a forma como lhe trará algum significado social, e é por meio desse interesse que a alfabetização vai se constituindo e sendo ampliada no decorrer de seu processo de alfabetização e letramento (Freddi, 2024, sp).

A BNCC organiza o ensino do letramento a partir de eixos como oralidade, leitura, escrita, análise linguística e semiótica. Essas habilidades estão alinhadas às competências gerais, que incluem o desenvolvimento do pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural e a formação de cidadãos autônomos e éticos (Mariano, 2017).

No entanto, a implementação das diretrizes da BNCC enfrenta diversos desafios no contexto educacional brasileiro.

Conforme vem sendo mensurado nessa pesquisa, a BNCC define a alfabetização como o processo de aquisição do sistema alfabético de escrita, associado ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Ela deve ocorrer até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, sendo

realizada em paralelo ao letramento, ou seja, ao uso social e funcional da leitura e escrita (Nascimento; Moraes; Machado, 2015).

Em continuidade, a BNCC organiza o processo de alfabetização dentro do Componente Curricular de Língua Portuguesa, estruturado em campos de experiência e eixos de desenvolvimento, como oralidade, leitura, escrita, produção textual e análise linguística. As competências e habilidades previstas buscam formar leitores e escritores capazes de participar ativamente da sociedade (Vieira; Chiari, 2018).

A partir de então, serão percorridos os principais desafios referentes à alfabetização, de acordo com a BNCC e as suas respectivas caracterizações, como a formação dos professores, afinal, a falta de formação inicial, ou a sua deficiência, condiz com o fato da necessidade de capacitar esses profissionais, a formação adequada para o processo de alfabetização.

Cabe mencionar, ainda, que a falta de formação continuada dos professores, como a ausência de programas relacionados a essa condição, dificulta a atualização dos professores com as metodologias e as práticas pedagógicas eficazes na alfabetização.

A infraestrutura escolar representa um dos desafios para o processo de alfabetização, sobretudo nas escolas públicas, que muitas vezes enfrentam a escassez de recursos didáticos, como livros, jogos e ferramentas tecnológicas de apoio. Soma-se a isso a inadequação dos ambientes, expressa em salas de aula superlotadas, bibliotecas incompletas e carência de materiais de apoio, condições que precisam ser analisadas e aprimoradas para garantir uma aprendizagem de qualidade.

Outro ponto relevante refere-se à diversidade sociocultural e linguística. O Brasil, marcado por uma ampla pluralidade cultural, abriga regiões onde a língua portuguesa convive com línguas indígenas e outras expressões linguísticas. Nesse contexto, a adaptação do ensino da alfabetização torna-se um desafio constante. Além disso, as desigualdades sociais se evidenciam de forma significativa: crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam maiores dificuldades no processo de alfabetização, em grande parte devido à falta de acesso a recursos educacionais e de apoio adequados.

O uso de metodologias inadequadas constitui outro desafio. A BNCC não estabelece um método único de alfabetização, mas orienta as práticas pedagógicas com base em evidências. No entanto, observa-se, por vezes, resistência à adoção de métodos estruturados e fundamentados, bem como a falta de contextualização das propostas de ensino em relação ao contexto sociocultural dos alunos, o que pode tornar o aprendizado desinteressante e desconectado da realidade dos estudantes (Brasil, 2018).

Outro desafio que precisa ser mensurado é o tempo que é insuficiente para a alfabetização completa, pois a BNCC condiciona que a alfabetização precisa ser concluída até o final do 2º ano do ensino fundamental, sendo que esse prazo pode ser insuficiente para as crianças com dificuldades no processo de aprendizagem (Brasil, 2018).

A avaliação e o monitoramento do processo de alfabetização são outros desafios que precisam ser mensurados, pois a ausência de mecanismos adequados é um grande problema. Pode-se tomar como exemplos: os professores que não possuem ferramentas para a avaliação

do desenvolvimento dos alunos em todas as habilidades previstas pela BNCC, a pressão pelos resultados, como provas decoradas, entre outras questões.

Além disso, a pandemia acarretou com uma série de desafios, impactando o processo de alfabetização, a interrupção das aulas presenciais e a falta do acesso a tecnologia para o ensino remoto, ou até mesmo o conhecimento para o manuseio.

A alfabetização, conforme estabelecido na BNCC, é um direito fundamental e um processo que vai além da mera decodificação do sistema de escrita, no entanto, o Brasil enfrenta inúmeros desafios para garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas no prazo estabelecido. Esses desafios incluem a formação insuficiente dos professores, a carência de recursos, as desigualdades sociais, e as dificuldades em adaptar metodologias aos diferentes contextos culturais e linguísticos.

Em linhas gerais, Pereira e Teixeira (2015) descrevem que superar esses obstáculos requer investimentos em políticas públicas abrangentes, formação docente de qualidade, infraestrutura escolar adequada e práticas pedagógicas baseadas em evidências. Também é essencial que o processo de alfabetização esteja sempre conectado às realidades e vivências dos estudantes, garantindo que a aprendizagem seja significativa e inclusiva, assim será possível alcançar a equidade e qualidade educacional preconizadas pela BNCC.

O cenário educacional brasileiro apresenta desafios significativos para alcançar esse objetivo. Assim como os desafios que foram apresentados quanto ao processo de alfabetização, é necessário descrever

sobre os preceitos da BNCC e apresenta propostas de melhorias para tornar esse processo mais eficiente, inclusivo e alinhado às necessidades dos estudantes (Mariano, 2017).

Além de estabelecer que a alfabetização deve ocorrer em paralelo ao letramento, conectando o aprendizado do sistema alfabético à vivência prática e contextualizada da linguagem, essa perspectiva amplia a função da alfabetização, promovendo o uso social da leitura e escrita em diferentes contextos (Vieira; Chiari, 2018).

A BNCC organiza a alfabetização dentro do Componente Curricular de Língua Portuguesa, com base em eixos como leitura, escrita, oralidade e análise linguística.

Com base nas literaturas selecionadas para a realização dessa pesquisa, cabe fazer um respaldo às propostas de melhorias para a alfabetização. Como o investimento na formação docente, a reformulação dos currículos, a expansão dos programas de formação continuada. A produção dos materiais didáticos contextualizados, a valorização da educação infantil, a inserção de metodologias com base em evidências, o uso das tecnologias educacionais, a avaliação e monitoramento, e o desenvolvimento de políticas públicas estratégicas de longo prazo também estão presentes nesse contexto.

A alfabetização e o letramento, conforme definido pela BNCC, é mais do que um processo técnico; é a base para a construção de cidadãos críticos e autônomos. Apesar de suas diretrizes claras, a implementação da alfabetização e processo de letramento enfrentam desafios significativos, que vão desde desigualdades sociais e regionais até limitações na formação

de professores e metodologias pedagógicas.

Para superar esses obstáculos, é necessário um esforço conjunto entre governos, escolas, professores e comunidades, com foco na formação docente, no uso de tecnologias, na produção de materiais adequados e na valorização das práticas contextualizadas. O monitoramento contínuo e o investimento em políticas públicas sustentáveis são fundamentais para garantir que a alfabetização seja um direito efetivo de todas as crianças brasileiras.

Outro ponto importante de ser mensurado é que tanto a alfabetização quanto o letramento enfrentam inúmeros desafios no contexto educacional brasileiro, sendo percorridos a partir de então, as dificuldades associadas à implementação do letramento segundo a BNCC e propõe reflexões para superar essas barreiras.

A BNCC organiza o ensino do letramento a partir de eixos como oralidade, leitura, escrita, análise linguística e semiótica, e essas habilidades estão alinhadas às competências gerais, que incluem o desenvolvimento do pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural e a formação de cidadãos autônomos e éticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar e discorrer sobre o processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental de acordo com as diretrizes e propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foram abordados os aspectos e preceitos teóricos e práticos relacionados ao ensino da leitura e da escrita, destacando o papel das práticas pedagógicas na formação docente e das condições estruturais no desenvolvimento das competências previstas pelo documento supramencionado.

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender sobre o fato de que a alfabetização e o letramento são ações interdependentes que não apenas se limitam a decodificação dos sinais gráficos, mas englobam as práticas sociais, afetivas, culturais e cognitivas.

A BNCC apresenta uma visão ampla e contemporânea sobre alfabetização e letramento, como a integração de processos interdependentes e fundamentais para a formação integral do estudante. A alfabetização é entendida como a apropriação do sistema alfabético de escrita, enquanto o letramento é compreendido como a inserção do sujeito em práticas sociais mediadas pela leitura e pela escrita.

Essa abordagem evidencia o compromisso da BNCC com uma educação inclusiva, crítica e que valorize a diversidade cultural e social dos alunos. No entanto, os desafios identificados durante a pesquisa revelam uma lacuna significativa entre o que é proposto pela BNCC e a realidade das escolas brasileiras.

Nessa perspectiva, autores como Paulo Freire e Piaget se destacam por enfatizar a importância do respeito ao tempo da criança, à sua vivência e ao seu protagonismo no processo de aprendizagem. Freire valoriza o diálogo e a escuta como elementos centrais da prática educativa, enquanto Piaget ressalta a construção ativa do conhecimento, que se desenvolve a partir da experiência e do processo de descoberta.

Muitos professores enfrentam dificuldades para implementar as diretrizes, seja pela insuficiência de formação continuada, pela falta de recursos didáticos adequados ou pelas condições precárias de infraestrutura escolar. Além disso, a diversidade das salas de aula, marcada por diferentes níveis de desenvolvimento, exige práticas pedagógicas diferenciadas, o que demanda tempo, planejamento e suporte pedagógico, muitas vezes inexistentes.

Outro ponto crítico identificado, é a necessidade de articulação entre teoria e prática. Embora a BNCC forneça um referencial importante para o planejamento pedagógico, sua linguagem técnica e a ausência de materiais de apoio específicos dificultam sua aplicação no dia a dia escolar. Os professores relatam dificuldades em interpretar as competências e adaptá-las às particularidades de suas turmas, evidenciando a necessidade de maior apoio institucional e formação técnica.

Apesar desses desafios, os resultados da pesquisa apontam para o potencial transformador das práticas de alfabetização e letramento quando estas são planejadas e executadas de forma contextualizada, interdisciplinar e inclusiva. A BNCC, ao enfatizar a leitura e a escrita como ferramentas para a cidadania e a participação social, oferece diretrizes que,

se bem implementadas, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento crítico e criativo dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Portanto, a efetividade da proposta da BNCC depende de investimentos em políticas públicas que priorizem a formação docente, assegurando processos contínuos e de qualidade, com foco em metodologias ativas e estratégias inclusivas. Dessa forma, é necessário oferecer apoio pedagógico por meio de recursos didáticos e materiais alinhados às competências previstas, bem como garantir condições estruturais adequadas que promovam ambientes escolares propícios à aprendizagem.

A pesquisa reforça que a alfabetização e o letramento devem ser vistos como direitos básicos e indispensáveis para a formação de sujeitos autônomos e capazes de interagir de forma crítica com o mundo. É destacado a importância de continuar promovendo estudos sobre a aplicação da BNCC, de modo a identificar avanços, propor ajustes e garantir que sua implementação contribua efetivamente para a construção de uma educação pública de qualidade.

Em suma, mesmo com as diretrizes propostas pela BNCC, existem muitos desafios que precisam ser sanados na esfera do cotidiano escolar, como a formação continuada dos professores, a falta dos recursos didáticos adaptados às realidades regionais e a necessidade das práticas pedagógicas que dialoguem significativamente com o cotidiano desses alunos.

Além disso, existe um risco iminente da abordagem acerca da alfabetização como a etapa mecânica, dissociada da formação humana

ampla, quando, na verdade, ela deve ser compreendida como um processo contínuo e relacional. Nesse viés, alguns preceitos são apontados para pesquisa futura, como a investigação de como os professores da educação básica têm interpretado e aplicado na BNCC em suas práticas de alfabetização nos anos iniciais, e a análise sobre os impactos da formação docente na qualidade das práticas alfabetizadoras.

Outras sugestões incluem o estudo das metodologias ativas no contexto da alfabetização de competências socioemocionais, bem como a análise do papel da ludicidade, da literatura infantil e das tecnologias educacionais como mediadores no processo de alfabetização e letramento. Além disso, destaca-se a relevância do desenvolvimento de pesquisas de campo em escolas públicas de diferentes regiões do Brasil, a fim de observar de forma mais aprofundada as tensões e as potencialidades existentes entre o que é prescrito pela BNCC e o que se concretiza no cotidiano escolar.

Espera-se que este trabalho inspire reflexões e práticas pedagógicas que coloquem o aluno no centro do processo educativo, respeitando suas especificidades, estimulando seu protagonismo e assegurando sua inserção em uma sociedade letrada e democrática.

Assim, diante da pesquisa apresentada, sua relevância consiste em fomentar, entre gestores, professores e demais profissionais da área educacional, a necessidade de repensar conceitos considerados fundamentais para a construção de uma educação mais igualitária e alinhada às demandas atuais.

Os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e os

gestores escolares que aplicarem em sala de aula as reflexões discutidas nesta pesquisa poderão alcançar resultados significativos no processo de alfabetização das crianças e, conseqüentemente, contribuir para a formação de indivíduos proativos, criativos e reflexivos no futuro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Â. C. A; SILVA, A. F. **BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./maio, 2019.

ALMEIDA, C. A. **Ninguém chega lá, partindo de lá, mas daqui:** uma crítica ao conceito de alfabetização na PNA, à luz de algumas contribuições de Paulo Freire. In: Revista Brasileira de Alfabetização-ABAlf, v.1, n. 10, Edição Especial, 2019.

ALVES, Andréia Carilia da Silva Fernandes. **Leitura e escrita no segundo ciclo do ensino fundamental I.** 2017. 18 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caraúbas/RN, 2017.

ANNUNCIATO, Pedro. Nova Escola. **O bê-á-bá dos métodos de Alfabetização.** Publicado em Nova Escola. ed. 323, 01 de junho de 2019.

ASSUNÇÃO, Thiago Vicente de; SILVA Ana Paula Teixeira Bruno. Dos PCNEM à nova BNCC para o ensino de ciências: um diálogo sob a ótica da alfabetização científica. **Revista de Educação, Ciência e Cultura.** Canoas, v. 25, n. 1, 2020.

BARBOSA, Daiany Toffaloni. SOUZA, Nelly Narcizo de. O método fônico sob a perspectiva neuropsicológica. **Revista da UNIFEBE,** ISSN 2177-742X, Brusque, v. 1, n. 22, set./dez. 2017.

BARBOSA, Rebeca Melisande Fernandes. **A alfabetização na Base Nacional Comum Curricular: concepções e habilidades.** 2021. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2021.

BATISTA, A. A. G.; RIBEIRO, W. M. **Consensos e dissensos em torno de uma Base Nacional Comum Curricular no Brasil.** Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2015.

BORGES, W. M. S.; SOARES, C. A. **Histórico da base nacional comum curricular**. 1. ed. São Luís: Laboro, 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUNZEN JÚNIOR, Clecio. Um breve decálogo sobre o conceito de ‘literacia’ na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.352. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/352>. Acesso em: 2 out. 2025.

BUOGO, Cristina de Fátima Marcon. **Políticas educacionais: perspectivas para práticas pedagógicas educacionais no processo de alfabetização e letramento**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. Lages, SC, 2020.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1998.

CERICATO, L. A formação de professores e as novas competências gerais propostas pela BNCC. **Revista Veras**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 137-149, jul./dez., 2018.

CORSINO, P. (org.). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Colaboração de BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. Brasília: MEC/SEB, 2006.

COSTA, M. C. S.; FARIAS, M. C. G.; SOUZA, M. B. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Formação de Professores no Brasil:

retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 91-120, jan./jun. 2019.

CRISÓSTOMO, L. S. B. **Métodos de ensino na alfabetização e no letramento**: usar ou não usar? 2019. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Nossa Senhora Aparecida-FANAP, Aparecida de Goiânia/Goiás, 2019.

DA SILVA MARQUES, Juliene; SANTOS, Taciane Bielinki dos. A concepção de leitura na BNCC: tensionamentos e (des)orientações para os anos iniciais do Ensino Fundamental. **Trem de Letras**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e022007, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/1737>. Acesso em: 6 out. 2025.

DE MORAIS, A. G. **Sistema de Escrita Alfabética**. 7^a. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2020. _____. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização**. Ed. Autêntica, 2019.

DE MELO, Regina Lúcia Couto. Análise crítica da concepção básica do Plano Nacional de Alfabetização (PNA). **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.363. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/363>. Acesso em: 6 out. 2025.

FAVERO, E. O primeiro ano do ensino fundamental de nove anos: uma revisão teórica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 397–406, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572017000300397&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 24 set. 2024.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Um paradigma científico e evidências a ele relacionadas resolveriam os problemas da alfabetização brasileira?. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.339. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/339>. Acesso em: 5 out. 2025.

FREDDI, Nadine. Alfabetização e letramento: organizando o trabalho pedagógico. Artigo Online. **Brasil Escola**, 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. _____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Paulo Freire**: Uma biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GARCIA, E. Pesquisa Bibliográfica Versus Revisão Bibliográfica - Uma Discussão Necessária. **Revista Línguas e Letras**, v. 17, n. 35, 2016.

HAMMOND, D. L. **A importância da formação docente**. Cadernos Cenpec | Nova série, v. 4, n. 2, 2017.

HYPOLITO, A. M. **BNCC, agenda global e formação docente**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./maio, 2019.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**: novas perspectivas sobre a prática social da escrita. 1. ed. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JARDINI, R. S. R. Fonema ou gesto articulatório: quem, de fato, alfabetiza? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 839-54, abr./jun. 2018.

LA BANCA, R. O. Posicionando a criança no centro do seu cuidado: reflexões sobre o desenvolvimento cognitivo e o letramento em saúde infantil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, n. 2, p. 1-6, 2019.

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G. **Alfabetizar letrando na EJA**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LEAL, T. F.; SANTANA, S. J. Reflexões sobre documentos curriculares brasileiros acerca do trabalho com gêneros discursivos. In: **Revista Brasileira de Alfabetização**, v.1, n. 1, p. 204-226, 2015.

LEAL, Telma Ferraz. Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.358. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/358>. Acesso em: 6 out. 2025.

LEAL, F. T. et al. Prática docente: as diferentes dimensões do processo de alfabetização In: II Congresso Brasileiro de Alfabetização, 2015, Recife. **Anais...** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. v.1. p.1-14.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 45, p. 445-466, 2015.

LOTSCH, V.O. **Alfabetização e letramento I**. [recurso eletrônico], São Paulo, Cengage, 2016.

MACEDO, E. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530-1555, out./dez. 2014. _____. Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 02, p. 45-67, abr./jun. 2016.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil?. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.376. Disponível em:

<https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/376>. Acesso em: 6 out. 2025.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; RESENDE, Valéria Barbosa de. Alfabetização de jovens e adultos na Política Nacional de Alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.375. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/375>. Acesso em: 6 out. 2025.

BASTOS MARCHESONI, Laís; SHIMAZAKI, Elsa Midori. Letramento e alfabetização de jovens e adultos: um trabalho com gêneros textuais do cotidiano. **Dialogia**, [S. l.], n. 37, p. e18218, 2021. DOI: 10.5585/dialogia.n37.18218. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18218>. Acesso em: 5 out. 2025.

MARIANO, C. M. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos**: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*. Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires. Formação e profissionalização docente. **Caderno Intersaberes**, v. 9, n. 17, 2020.

MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento da criança**: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MASSUCATO, Muriele; MAYRINK, Eduarda Diniz. **A função das listas na alfabetização**. 2013. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1360/a-funcao-das-listas-na-alfabetizacao> Acesso em: 10 dez. 2024.

MELLO, G. N. **Currículo da educação básica no Brasil**: concepções e políticas. São Paulo: CEESP, 2014.

MONTEIRO, Sara Mourão. A concepção de alfabetização na Política Nacional de Alfabetização/MEC/2019. **Revista Brasileira de**

Alfabetização, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.351. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/351>. Acesso em: 6 out. 2025.

MORENO, Jean Carlos. História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI. **História & Ensino**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 07–27, 2016. DOI: 10.5433/2238-3018.2016v22n1p07. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26158>. Acesso em: 5 out. 2025.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Essa base nacional comum curricular: mais uma tragédia brasileira? **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 2, p. 191-205, 2015.

A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2020. DOI: 10.47249/rba.2019.v1.348. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 6 out. 2025.

MOURA, A. A. de. et al. A psicopedagogia na alfabetização de crianças com dificuldades de aprendizagem. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 85–102, 2019. DOI: 10.22633/rpge.v23i1.11493. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11493>. Acesso em: 5 out. 2025.

MUELLER, R. R.; CECHINEL, A. A privatização da educação brasileira e a BNCC do Ensino Médio: parceria para as competências socioemocionais. **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e48/ 1–22, 2020. DOI: 10.5902/1984644435680. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/35680>. Acesso em: 5 out. 2025.

NASCIMENTO, M. S.; MORAES, G. P.; MACHADO, M. A. D.

Alfabetização científica e seus desafios no ensino fundamental. In: XII Congresso Nacional de Educação, **Anais...** Paraná: PUCPR, 2015. 9 p. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18615_10275.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JÚNIOR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 41, p. 31–44, 2016. DOI: 10.5585/eccos.n41.6807. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6807>. Acesso em: 5 out. 2025.

NÓBREGA, F. S.; LUCENA. E. A. Dificuldades de aprendizagem: as dificuldades de aprendizagem dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental I. **REDES-Revista Educacional da Sucesso**, v. 1, n.1, p. 8-18, 2020.

OLIVEIRA, Solange Gonçalves Santos. **A alfabetização científica no ensino fundamental: desafios encontrados pelos docentes em escolas municipais de Ilhéus-Bahia**. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Ilhéus, 2017.

ROCHA PAULA, Gilvana Costa. A Prática de Leitura Interdisciplinar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas Escolas da Rede Municipal da Sede no Município de São João do Sóter - Maranhão. **Revista Psicologia & Saberes**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 25-49, 2019. DOI: 10.3333/ps.v8i10.870. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/870>. Acesso em: 5 out. 2025.

PEREIRA, J. C.; TEIXEIRA, M. R. F. Alfabetização científica, letramento científico e o impacto das políticas públicas no ensino de ciências nos anos iniciais: uma abordagem a partir do PNAIC. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Águas de Lindóia-SP, 2015.

PERONI, V.; CAETANO, R. M.; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**,

Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez., 2017.

PERTUZATTI, L.; DICKMANN, I. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 777-795, out./dez. 2019.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. _____. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo**. São Paulo: Zahar, 1979. _____. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DE OLIVEIRA PIRES, Daniela; COMERLATTO, Luciani Paz; CAETANO, Maria Raquel. O neoconservadorismo e as consequências para a democratização da educação pública: A reforma do Ensino Médio e da BNCC. **Políticas Educativas – PoEd**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2019. p. 48-60. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/97717>. Acesso em: 5 oct. 2025.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**. 5. ed. São Paulo: Rêspel, 2016. 312 p.

RANGEL, F. A.; SOUZA, E. C. F.; SILVA, A. C. A. Métodos tradicionais de alfabetização no Brasil: processo sintético e processo analítico, v. 3 n. 1, **Universidade em Movimento: Educação, Diversidade e Práticas Inclusivas**, 2017.

RODRIGUES, Wanessa Cristina Maranhão de Freitas. **Formação continuada em educação física: um estudo sobre a proposta do município de Natal/RN**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SAE DIGITAL. **Letramento e alfabetização: entenda as diferenças**. 2025. Disponível em: <https://sae.digital/letramento-e-alfabetizacao/>. Acesso em: 02 jan 2025.

SANTOS, L. L. C. P.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, set.-dez., 2016.

SANTOS, Letícia Rodrigues; ANDRADE, Elisangela Ladeira de Moura. As contribuições da Teoria de aprendizagem de Lev Vygotsky para o desenvolvimento da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-15, 2021.

SASSAKI, Alex Hayato. Por que o Brasil vai Mal no PISA? Uma Análise dos Determinantes do Desempenho no Exame. **Policy Paper – Inesper**, v. 31, 2018, p. 1-27.

SASSERON, Lúcia Helena; DE CARVALHO, Anna Maria Pessoa. ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **Investigações em Ensino de Ciências**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 59–77, 2016. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/246>. Acesso em: 6 out. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SENA, Dianne Cristina Souza de. et al. **A BNCC em discussão na formação continuada de professores de Educação Física**: um relato de experiência– Natal/RN. *Motrivivência*, v. 28, n. 49, p. 227-241, 2016.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. Um olhar para a Alfabetização Mediado por conceitos da Teoria Histórico-Cultural. **Teoria e Prática da Educação**, v. 19, n. 3, p. 07-18. 2020.

SILVA, R. S. Apresentação. In: BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

SILVA, M. V. **A BNCC e as implicações para o currículo da educação básica**. Anais CONADIS. Campina Grande: Realize Editora, 2018.

SILVA, Francisca Marly Moreira da. et al. Letramento: Desafios e Perspectivas do Ensino nos Anos Iniciais. **ID on line. Revista de psicologia**, [S. l.], v. 13, n. 45, p. 276–286, 2019. DOI: 10.14295/online.v13i45.1718. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/1718>. Acesso em: 5 out. 2025.

SILVA, C. E. S; SILVEIRA, M. R. A. ; OLIVEIRA, C. Z. Letramento e letramento matemático: uma reflexão teórico-filosófica, **RBECM**, Passo Fundo, v. 2, n. 2, p. 207-224, jul./dez. 2019.

SILVA, F. F.; COELHO, E. D. S. Alfabetização e letramento: utilização dos métodos no processo de alfabetização e letramento dos alunos nos anos iniciais, **Revista Facimp - Empowerment**, v. 1, n. 1, p. 90-101, 2020.

SIPAVICIUS, Bruno Kestutis de Alvarenga; SESSA, Patrícia da Silva Sessa. A Base Nacional Comum Curricular e a área de Ciências da Natureza: tecendo relações e críticas. **Atas de Ciências da Saúde**, São Paulo, v. 7, p. 03-16, jan-dez 2019.

SOARES, Magda; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**. Belo Horizonte: Ceale/FAE-UFMG, 2005. *E-book*. 64 p. ISBN 8599372041.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2003. _____. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2017. _____. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2018. _____. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019. _____. **Alfaletrar**: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, M.; LEAL, T. F. **A proposta de ensino e avaliação de alfabetização em Lagoa Santa, Minas Gerais**. Brasília, v. 33, n. 108. p. 191-201, maio/ago. 2020.

SOARES, E. R. N.; FERNANDES, R. C. de A. **Trabalho pedagógico colaborativo no ensino fundamental**. São Paulo: Papirus, 2018.

SOUSA, F. G. A. de. et al. Possíveis implicações da Base Nacional Comum Curricular para a formação dos professores da Educação Básica. **Revista IMPA**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2020.

SOUSA, Vitória Lêda de. **A brincadeira na aprendizagem e o desenvolvimento da criança na educação infantil**. 2021. 40 f. Monografia (Pedagogia) - Escola de Formação dos Professores, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: [https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3523/1/VI T%C3%93RIA%20L%C3%8ADA%20DE%20SOUSA.pdf](https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3523/1/VI%20T%20C3%93RIA%20L%20C3%8ADA%20DE%20SOUSA.pdf). Acesso em: 5 out. 2025.

SOUZA, A. M. R.; GIORGI, M. C.; ALMEIDA, F. S. Uma análise discursiva da BNCC antes e depois do golpe de 2016. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 97-116, 2º sem. 2018.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de Jovens e Adultos: teoria e prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TORRES, C. A. **Paulo Freire e a Agenda da Educação**. Vozes, 1998.

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? In: CARVALHO, Maria A. F.; MENDONÇA, Rosa H. (orgs). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

VIDOTTI, Pedro Henrique Carbone. **A educação física e as dimensões do conhecimento na BNCC: um estudo a partir dos planos de ensino dos professores de uma rede municipal de ensino**. 2020. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física Escolar) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2020.

VIEIRA, K. P.; CHIARINI, T. **A asfixia da ciência e tecnologia brasileira**. Acervo online-Brasil, 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-asfixia-da-ciencia-e-tecnologia-brasileira/>.

Acesso em: 11 set. 2018.

ANEXOS

Declaração de inexistência de plágio ou autoplágio

Eu, **Paulo Rangel Germino da Silva**, declaro para os devidos fins que esse trabalho de Dissertação que tem como título: **Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, não constitui plágio ou autoplágio, total ou parcial, tal como definidos pela legislação de direitos autorais em vigor no Brasil, Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Declaro, ainda, estar ciente da possibilidade de reprovação do estudo citado, da aplicação de sanções administrativas e judiciais, caso seja constatado qualquer forma de plágio ou autoplágio.

Monteiro, Paraíba, 30 de Agosto de 2025.



Paulo Rangel Germino da Silva

065.214414.42

CPF

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmico, 31

Afetividade, 26

Alfabetização, 23, 30

Alfabetização, 13

Analítica, 100

Aprendizagem, 52

Atividades, 88

Atribuições, 35

Autênticos, 150

Autoestima, 33

Autônomos, 148

C

Cognitivos, 41

Competências, 21, 86

Complementares, 86

Comportamento, 119

Conceitos, 70

Consciência, 28

Conscientes, 31

Construtivismo, 115

Contemporâneas, 30

Convivência, 32

Corroboração, 54

Criatividade, 31

Curricular, 103

D

Década, 106

Decodificação, 28, 98

Definições, 70

Demonstração, 52

Desafios, 22

Desempenho, 22

Diretrizes, 100

Diversidade, 88

Domínio, 146

E

Educacionais, 29

Empregar, 150

Equitativa, 110

Especialistas, 102

Estímulos, 121

Estruturada, 110

Estudantes, 23, 152

F

Formação, 35

Formulação, 53

Fundamental, 13

H

Habilidades, 21

I

Inclusivo, 149

Indivíduo, 51

Infantil, 151

Instruções, 147

Interacionismo, 115

Interdisciplinar, 147

Interdisciplinares, 29

J

Jornada, 49

L

Leitores, 49

Leitura, 22

Letramento, 13

Linguagem, 21

N

Narrativas, 150

Notícias, 151

O

Objetivo, 105

Oralidade, 152

Ortográfico, 83

P

Pedagógica, 25

Pedagógicas, 122

Perseguição, 43

Preceitos, 70

Privilégio, 42

Professores, 102

Profissionais, 34

Propagandas, 151

Q

Qualidade, 85

R

Reflexivo, 149

S

Segmentos, 30

T

Técnico, 83

Tecnologias, 108

Temática, 24

Trajetória, 31

U

Universalização, 44

V

Vocabular, 99

Vulneráveis, 110

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP.

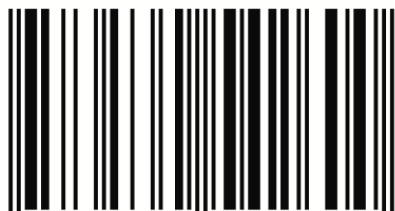
Telefone: +55(11) 5107- 0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL E A PROPOSTA DA BASE
NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

ISBN: 978-65-6054-260-0



9 786560 542600